

**Universidade de São Paulo  
Faculdade de Saúde Pública**

**Territorialidade e Promoção da Saúde na Vila de  
Paranapiacaba, SP.**

Elaine Cristina da Silva Colin

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Focesi Pelicioni

São Paulo  
2013

# **Territorialidade e Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba, SP.**

**Elaine Cristina da Silva Colin**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Focesi Pelicioni

São Paulo  
2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

## AGRADECIMENTOS

À querida professora e amiga Maria Cecília Focesi Pelicioni por compartilhar seus conhecimentos e sabedoria durante estes nove anos de convivência e acima de tudo pelo carinho, incentivo e amizade que foram fundamentais diante dos inúmeros momentos de alegrias e dificuldades inerentes à realização desta pesquisa.

Aos moradores da Vila de Paranapiacaba que compartilharam comigo suas experiências e visões de mundo tornando possível a realização deste estudo.

Aos professores: Marco Akerman, Juan Carlos Aneiros Fernandez, Isabel Maria Teixeira Bicudo e Renata Ferraz de Toledo que teceram contribuições fundamentais na etapa de conclusão deste trabalho.

Aos amigos e companheiros de jornada na pós-graduação: Sandra Costa de Oliveira, Paula Ischkanian, Thais Guerreiro e em especial ao amigo Edson Zombini que com a serenidade de suas palavras me trouxe um pouco de calma diante das dificuldades ao longo destes últimos anos.

Ao querido professor Américo Pelicioni e Andrea Focesi Pelicioni, pelo apoio e por me receberem sempre com carinho.

Aos funcionários da pós-graduação, em especial à Lívia, à Marilene e à Renilda pela ajuda e pelo esclarecimento de muitas das dúvidas que surgiram ao longo das diversas fases deste trabalho.

Aos dirigentes da Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense Ricardo Di Giorgio, Fabrício França, Carolina Estéfano e em especial, à Ana Paula de Oliveira Lepori, Diretora do

Departamento de Meio Ambiente pelo apoio, confiança e pelas valiosas dicas durante a finalização deste trabalho.

À equipe da Gerência de Educação e Extensão Ambiental da Prefeitura de Santo André: Guilherme de Souza e Josafá de Souza, em especial à Cinthia Ferreira, Bernardo Cano e Roberta Zanuto, pela amizade, apoio e incentivo.

Aos amigos: Ruth Ramos, Newton Gonçalves, Cristina Tamasiunas, Teresa França, Sidnei Ramos, Ingo Grantsau e Patrícia Cerqueira que me incentivaram e compartilharam comigo suas experiências contribuindo para o meu crescimento profissional e pessoal. Em especial, aos amigos Leandro Wada, Edilene Fazza e Alexandre Santos que além da amizade e apoio de sempre contribuíram com a realização desta pesquisa.

À minha amada família, em especial aos meus pais Adalgisa e Josenildo e irmãos Angélica e Murilo e aos meus sogros Dirce e José Colin que me apoiaram e souberam compreender as minhas inúmeras ausências nos encontros familiares.

Meu agradecimento mais especial é dedicado ao meu esposo Alexandre Colin que esteve ao meu lado e acompanhou de perto todas as etapas de pesquisa. Com todo seu amor, me ajudou a superar as dificuldades inerentes a esta jornada que não foram raras, sobretudo neste último ano. Agradeço pela paciência, pela ajuda, compreensão e por cada gesto de carinho.

“Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo.”

(Paulo Freire)

## APRESENTAÇÃO

Realizar uma pesquisa a partir das percepções e vivências de alguns moradores da Vila de Paranapiacaba, estimulou também a escrever um pouco sobre as minhas experiências e o que me motivou a desenvolver este estudo.

Sou filha de pernambucanos, mas nasci na cidade de São Paulo - SP no dia 8 de março de 1980. Morei por trinta anos na Zona Leste e estudei até o ensino médio em escola pública. Foi na Escola Estadual Professor Américo de Moura, a partir do encantamento pelas aulas de uma das professoras que optei pela área da Biologia como curso de Graduação. Ingressei na Universidade São Judas Tadeu em 1998 e os meus temas de maior interesse eram Fisiologia Humana e Genética, mas no curso havia várias disciplinas voltadas ao meio ambiente e foi em 1999 que este assunto tornou-se mais presente na minha vida em virtude da entrada na carreira pública.

Ingressei como agente ambiental no Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André - SEMASA. Foi na Gerência de Educação e Mobilização Ambiental que tive as minhas primeiras experiências de trabalho educativo com escolas e comunidades. Neste período, conheci a Vila de Paranapiacaba, foi encanto à primeira vista e ia até lá esporadicamente para monitoria de alunos da área urbana em um dos Reservatórios de água existentes no local.

Em 2001, com a criação de uma Subprefeitura na região comecei a trabalhar no Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Santo André, porém com um trabalho direcionado aos moradores da região de Paranapiacaba e Parque Andreense, localizada na área de manancial do município. Apesar da baixa densidade populacional, esta área era muito extensa e por suas particularidades exigia que as equipes fossem divididas em duas Sedes, sendo que o setor em que eu trabalhava foi direcionado ao Parque Andreense.

Em 2003, assumi a Encargatura de Educação Ambiental e passei a colaborar na coordenação das atividades educativas. Santo André já era uma referência em gestão ambiental e a fim de aprimorar meus conhecimentos e práticas iniciei o curso de Especialização em Educação Ambiental na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, em 2005. Na Subprefeitura, participei de diversas ações que visavam a estimular a comunidade a promover a conservação ambiental local e o engajamento

comunitário, no entanto, percebia que a participação nas ações promovidas pelo poder público ainda era muito baixa, apesar de todo o esforço das equipes da Prefeitura.

Isso me estimulou a desenvolver em 2007 também pela Faculdade de Saúde Pública uma pesquisa de mestrado sobre o assunto a fim de entender algumas representações sociais daquela comunidade sobre saúde e meio ambiente, bem como suas percepções sobre as instâncias participativas e programas educativos existentes no Parque Represa Billings III e Chácara Carreiras, dois dos loteamentos da região.

Em 2008, tive a oportunidade de assumir a Gerência de Recursos Naturais responsável pela gestão da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba. Pela primeira vez em quase 10 anos de serviço público comecei a ter um contato diário com os moradores locais, sobretudo com monitores e alunos do Programa de Jovens e era muito gratificante presenciar tamanho envolvimento, crescimento, reivindicações e conflitos, elementos necessários diante de uma relação mais dialógica entre governo e comunidade.

Neste ano, encerrou-se o período de 12 anos de gestão de um mesmo partido político. Permaneci por mais um ano nesta função e em 2010, voltei para Gerência de Educação e Extensão Ambiental no Parque Andreense, onde trabalho atualmente.

Os dois anos que convivi diretamente com a população da Vila de Paranapiacaba foram de grande aprendizado e associados às mudanças que vieram com uma nova gestão me motivaram a entender um pouco mais sobre aquela comunidade, ou seja, compreender o que diferenciava aqueles moradores dos que residiam nos outros loteamentos da região, suas experiências, percepções e como aí se relacionavam as questões de territorialidade, participação, educação e desenvolvimento local, sob o enfoque da Promoção da Saúde. Associar todas estas questões de modo que a descontinuidade da gestão pública não seja um fator determinante na qualidade de vida das comunidades tem sido um grande desafio. E é sob este prisma que esta pesquisa se fundamenta.

**A autora**

Silva Colin, EC. Territorialidade e promoção da saúde na Vila de Paranapiacaba, SP [Tese]. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da USP; 2013.

## Resumo

Os processos educativos, a participação e o empoderamento são essenciais à promoção da saúde e todos envolvem pessoas que vivem num determinado espaço, que têm seus valores e que possuem uma determinada forma de agir e interagir com o mundo. Não há processo educativo ou participativo efetivo que não considere o contexto em que o sujeito está inserido. Sob este prisma, deve-se refletir sobre a sua inserção no território em que vive e como isso se reflete na promoção de sua saúde. O cenário de estudo da presente pesquisa está localizado em uma das áreas de proteção ambiental do município de Santo André, a Vila de Paranapiacaba que além de patrimônio ambiental e histórico é um local turístico, portanto, a forma pela qual a comunidade está inserida no desenvolvimento local também interfere diretamente na territorialidade, e conseqüentemente, na proteção da área, na saúde ambiental e humana. Esta pesquisa teve como **objetivos**: identificar e analisar as ações voltadas ao desenvolvimento local da Vila de Paranapiacaba e as formas pelas quais os moradores locais estiveram inseridos nestes processos verificando em que medida essas ações colaboraram para fortalecer a territorialidade e a promoção da saúde. A partir de uma **metodologia** qualitativa, os instrumentos utilizados para realização desta pesquisa foram a análise documental e história oral. Os sujeitos foram adultos de ambos os sexos residentes na Vila de Paranapiacaba indicados pela técnica do *snowball sampling*. Os principais **resultados** obtidos mostraram que os processos educativos e de inclusão social promovidos pelo poder público, quando realizados de forma contínua e participativa, favoreceram o reforço à ação comunitária, pois colaboraram com a apropriação e a criação de uma identidade local, possibilitando inclusive a participação social. Por outro lado, a descontinuidade na gestão pública gerou um enfraquecimento dessa participação e em alguns casos começou a desencadear um processo de desapropriação do espaço social, pois a comunidade ainda não conseguiu se organizar e se empoderar. **Concluiu-se** que os processos educativos contínuos são fundamentais na construção da territorialidade e do empoderamento, assim como o engajamento social e a negociação são essenciais para o exercício da autonomia a fim de que a comunidade seja protagonista de sua própria história na construção de políticas públicas voltadas à promoção da saúde.

**Palavras-chave:** promoção da saúde, participação, educação, territorialidade, desenvolvimento local.

Silva Colin, EC. Territoriality and health promotion in Vila de Paranapiacaba, SP [Thesis]. São Paulo. Faculdade de Saúde Pública da USP; 2013.

## ABSTRACT

Educational processes, participation and empowerment are essential in health promotion and all involve people who live in a certain space, who have their values and possess a determined way of acting and interacting with the world. There are no effective educational or participatory processes which do not take into consideration the context in which the individual is inserted. Under this view, one must reflect regarding the insertion in the territory where the person lives and how this reflects in promoting health. The scenario of the present survey is located in one of the protected environmental areas in the municipality of Santo André, Vila de Paranapiacaba, which apart from being an environmental heritage is also an historic and tourist attraction: therefore, the manner in which the community is inserted in local development also interferes directly in the territoriality, consequently in protecting the area and in environmental and human health. This survey has the following **objectives**: to identify and analyze the actions concerning the local development of Vila de Paranapiacaba and the forms by which the locals are inserted in these processes, certifying how these actions collaborate to strengthen territoriality and promote health. Starting with a qualitative **methodology**, instruments used to carry out this survey were documental analysis and oral history. The subjects were adults of both sexes residing in Vila de Paranapiacaba, indicated by the snowball sampling technique. The main **results** obtained showed that the educational processes and social inclusion promoted by the public powers when done in a continuous and participatory manner favor the reinforcement of community action, as they collaborate with the appropriation and creation of a local identity, including allowing for social participation. On the other hand, the discontinuity in local government caused a weakening of the participation and in some cases started a chain reaction of processes of expropriation of social spaces, it was perceived that the community still has not managed to organize and empower itself. **It is concluded** that continuous educational processes are fundamental in building territoriality and empowerment, as well as social engagement and negotiation, are essential for the exercise of autonomy. For the community is the protagonist of its own history in the building of public policy in favor of health promotion.

**Key words:** health promotion, participation, education, territoriality, local development.

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Promoção da saúde e proteção do meio ambiente	17
1.2 A Educação e a Promoção da Saúde	31
1.3 A Participação e a Promoção da Saúde	41
1.4 O empoderamento e a Promoção da Saúde	50
1.5 Território e participação	55
1.6 Desenvolvimento local e saúde	60
1.7 Cenário de estudo da pesquisa	67
1.7.1 Paranapiacaba e sua história	73
1.7.2 Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba	79
2. OBJETIVOS	83
2.1 Objetivo Geral	84
2.2 Objetivos Específicos	84
3. METODOLOGIA	85
3.1 Os sujeitos da pesquisa	88
3.2 Instrumentos de pesquisa	91
3.2.1 A análise documental	92
3.2.2 A entrevista com base em história oral	94
3.3 A pesquisa e o seu tempo histórico	101
3.4 A seleção dos sujeitos de pesquisa	103
3.5 A análise dos dados coletados	108
3.6 Aspectos éticos da pesquisa	113
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	114
4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	115
4.1.1 Os sujeitos de pesquisa e suas experiências familiares	119

4.1.1.1 As vivências dos entrevistados durante a infância	120
4.1.1.2 As vivências dos entrevistados durante a adolescência	125
4.2 Análise das percepções e vivências dos entrevistados na Vila de Paranapiacaba	129
4.2.1 Percepções sobre as mudanças na Vila de Paranapiacaba	129
4.2.2 Vivências e percepções sobre o período de 2001 a 2008	143
4.2.2.1 Ações educativas desenvolvidas no território	155
4.2.2.2 Importância dos cursos de formação e do desenvolvimento local sob o olhar dos entrevistados	163
4.2.4 Percepções sobre a participação e a interação social na Vila	192
4.2.5 Percepções e vínculos com o território	205
5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
5.1 Conclusões finais	220
6. REFERÊNCIAS	223
7. ANEXOS	246
Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	247
Anexo 2 - Roteiro de entrevista	249
Anexo 3 - Principais funções da Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense	251
Anexo 4 - Currículo Lattes	252

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do município de Santo André e da área de estudo na Região Metropolitana de São Paulo e na região do Grande ABC	68
Figura 2 -	Divisão das bacias hidrográficas no município de Santo André	69
Figura 3 -	Área de atuação da Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense (SGRNPPA)	71
Figura 4 -	Foto Aérea da Vila de Paranapiacaba	73
Figura 5 -	Vista Aérea da Vila Velha	75
Figura 6 -	Vista Aérea da Vila Nova	76
Figura 7 -	Vista Aérea da Parte Alta da Vila	77
Figura 8 -	Área de abrangência do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba	80
Figura 9 -	Distribuição de loteamentos na região de Paranapiacaba e Parque Andreense e área de estudo	89
Figura 10 -	Sequência de entrevistas realizadas com uso da técnica snowball sampling com destaque às ocupações dos entrevistados	107
Figura 11 -	Caracterização dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade	116
Figura 12 -	Distribuição da população por nível de instrução do chefe de família e setor censitário na região administrada pela SGRNPPA conforme CENSO 2010	117
Figura 13 -	Caracterização dos entrevistados quanto à procedência	118
Figura 14 -	Caracterização dos entrevistados quanto à ocupação	118
Figura 15 -	Notícia* sobre o fim da Rede Ferroviária Federal	133
Figura 16 -	Notícia sobre a criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense	142

Figura 17 -	Notícia sobre a compra da Vila de Paranapiacaba	146
Figura 18 -	Notícia sobre os resultados do primeiro FIP	149
Figura 19 -	Notícia sobre as melhorias realizadas na área de estudo de 2002 a 2007	153
Figura 20 -	Notícia sobre a implementação do Trem Turístico e candidatura da Vila a Patrimônio da Humanidade	154
Figura 21 -	Notícia sobre o treinamento dos moradores da Vila de Paranapiacaba	164
Figura 22 -	Notícia sobre os benefícios do treinamento dos moradores da Vila de Paranapiacaba para o atendimento turístico	165
Figura 23 -	Notícia sobre a importância do turismo para a Vila de Paranapiacaba	169
Figura 24 -	Notícia sobre a redução do desemprego na Vila de Paranapiacaba	170
Figura 25 -	Notícia sobre o abandono da Vila de Paranapiacaba	181
Figuras 26 e 27 -	Notícias sobre a suspensão da candidatura de Paranapiacaba a Patrimônio da Humanidade	183
Figura 28 -	Notícia sobre os investimentos e eventos da Vila de Paranapiacaba	187

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 -	Caracterização das mulheres quanto à idade e tempo em que moram na Vila de Paranapiacaba	115
Tabela 2 -	Caracterização dos homens quanto à idade e tempo em que moram na Vila de Paranapiacaba	115
Tabela 3 -	Matriz: integração entre territorialidade e alguns dos campos de atuação da Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba período de 2001 a 2008	176
Tabela 4 -	Matriz: integração entre territorialidade e alguns dos campos de atuação da Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba período de 2009 a 2012	191

# 1. INTRODUÇÃO

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Promoção da saúde e proteção do meio ambiente

*“O exercício constante da “leitura do mundo” demanda necessariamente a compreensão crítica da realidade... A prática de constatar, de encontrar as (ou a) razões de ser do constatado, a prática de denunciar a realidade constatada e de anunciar a sua superação fazem parte do processo de leitura do mundo...” (PAULO FREIRE, 2000)*

O que teria a “leitura do mundo” a ver com a questão ambiental e a promoção da saúde? Talvez para muitas pessoas tal leitura seja ineficaz, afinal como ler o mundo? Em poucas palavras, Paulo Freire exprime exatamente o que isso significa, ou seja, compreender a realidade de forma crítica, questioná-la e interferir sobre ela de forma consciente.

Desde a infância estamos acostumados a simplesmente “ver o mundo” e a partir de um conjunto de “visões”, experiências vividas e da interação social surgem ideologias, pensamentos e paradigmas que nem sempre são utilizados para se fazer uma “leitura do mundo” com as características citadas acima. Quando falamos em saúde e meio ambiente, nossas concepções acabam se atrelando às nossas “visões de mundo”, visões que se configuram como representações sociais.

Segundo BOAS (2004), a representação social é um tipo de saber prático, decorrente da forma como os indivíduos sentem, assimilam, apreendem e interpretam o mundo dentro do seu cotidiano e é produzida coletivamente. Desta forma, a vivência de cada indivíduo determinará as suas visões de mundo e suas representações sociais de acordo com o contexto em que está inserido e suas relações dentro da sociedade.

No que se refere ao meio ambiente e à saúde, por muito tempo, apesar de parecer óbvia a relação, essas áreas eram tratadas de forma desconexa e reducionista, ou seja, a saúde era vista apenas como ausência de doença e o meio ambiente como natureza.

As questões relacionadas à saúde sempre estiveram presentes na história da humanidade, autores como SCLIAR (2005) e WESTPHAL (2006) relatam que documentos paleontológicos já indicavam que havia preocupação com a saúde humana. A idade média, por exemplo, foi considerada um período conturbado, principalmente por conta dos problemas de saúde que acometeram as populações à época.

Refletindo-se sobre a origem das questões ambientais, nota-se também que a problemática não é exclusiva da contemporaneidade e assim como as questões de saúde, é muito antiga. De acordo com SOFFIATI (2002, p. 45), as crises ambientais de raízes antrópicas têm ocorrido sempre, pois existem relatos de fatos relacionados à degradação ambiental na China antiga, na civilização índica, na civilização grega, entre outras.

Apesar das questões de saúde e meio ambiente terem suas raízes na antiguidade, o reconhecimento de sua interligação é recente. Para ilustrar tal fato, é pertinente relembrar a evolução do conceito de saúde ao longo do tempo. SCLIAR (2007) ao estudar a história deste conceito enfatiza a influência que o contexto social, econômico, cultural e político de cada população exerceu sobre ele.

Para muitos autores (RESTREPO, 2001; RIBEIRO, 2004; SCLIAR, 2005; WESTPHAL, 2006), um dos marcos desse processo se relaciona aos postulados de Hipócrates que datam do século V a.C. e inicialmente mencionavam a existência de quatro fluídos corporais ou humores (sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra) procedentes do coração, sistema

respiratório, fígado e baço que ao se desequilibrarem provocavam doenças. Com o tempo, a partir de observações empíricas foi publicada a obra “Sobre ares, as águas e os lugares” também de Hipócrates que apresentou uma relação causal entre fatores ambientais e doenças, representando um importante avanço no entendimento do processo saúde-doença e seus determinantes. No império Romano, a maior contribuição foi em relação à melhora das condições sanitárias nas cidades, com a construção de redes de esgoto, banheiros e rede de abastecimento de água. Percebe-se que tal medida teve influência dos estudos de Hipócrates, quanto à vinculação das condições ambientais com a saúde.

Na Idade Média, época em que ocorreu a epidemia da Peste Negra na Europa, houve poucos progressos em termos de higiene e saúde pública, o cristianismo manteve a ideia de cura pela fé, pois pregava que cuidar da alma era mais importante do que do corpo. Nos séculos XV e XVI, destacaram-se os postulados do suíço Paracelsus que afirmava que as doenças eram causadas por agentes externos. Neste período, com as grandes navegações havia um embate entre o conhecimento europeu e as culturas do novo mundo. No século XVII, com o desenvolvimento das ciências começaram a acontecer mudanças significativas na medicina, sobretudo com o avanço da microbiologia.

O século XVIII foi marcado por uma ampliação do conceito de saúde. Neste período, pensadores iluministas defendiam que o homem era racional e que era o único que podia mudar a sua situação e muitas vezes não o fazia porque não lhe era dado o conhecimento necessário. A educação surgiu então como um importante meio para promover a saúde (RESTREPO, 2001).

Segundo SCLIAR (2007), os maiores avanços nas ciências ocorreram a partir no início do século XIX, com a revolução pasteuriana e o nascimento da epidemiologia, a partir dos estudos pioneiros do médico John Snow sobre a

cólera em Londres e a utilização de dados estatísticos nos estudos sobre os processos de saúde-doença. A relevância dos estudos de Snow esteve vinculada principalmente às suas contribuições no entendimento do processo de transmissão da cólera vinculando-o ao consumo de água contaminada. Em meados deste século, a medicina social se fortaleceu e passou a relacionar o estado de saúde de uma população com suas condições de vida.

Com a Revolução Industrial, as condições de vida dos trabalhadores incluindo mulheres e crianças tornaram-se cada vez piores. Neste período se sobressaíram os dados do relatório "*The Sanitary Conditions of the labouring population of Great Britain*", elaborado em 1842 por Edwin Chadwick, um dos pioneiros da saúde pública inglesa que demonstrou a "relação da doença com a imundície do ambiente, com a falta de escoamento, de abastecimento de água e de meios para remover refugos das casas e das ruas" (ROSEN, 1994, p. 165) e divulgou a ideia de que "a doença causava pobreza e que isso causava ônus à sociedade como um todo" (RIBEIRO, 2004, p.74). Também foi notória a atuação do patologista alemão Rudolf Virchow, que por meio de seus estudos declarou que as causas ou determinantes das patologias se relacionavam com as condições de vida da população, sobretudo, dos pobres. Virchow criticava a prática médica da época e começou um movimento voltado para a Reforma Médica.

RESTREPO (2001) afirma que Sigerist, precursor da Promoção da Saúde, ao analisar as ações de Virchow fez uma interessante observação indicando que o fracasso de tal Reforma ocorreu por ter sido um movimento projetado dos médicos para as pessoas, sendo que se as mesmas tivessem sido protagonistas no processo, teriam alcançado melhor êxito. Percebe-se no discurso de Sigerist o reconhecimento da importância da participação popular na área da saúde.

Todos os fatos mencionados acima colaboraram para o avanço da medicina e do próprio conceito de saúde, divulgado em uma carta de princípios pela Organização Mundial da Saúde em 1948, como sendo “o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social” e não apenas ausência de enfermidades. Conforme SCLIAR (2007), este conceito refletia não só os avanços na área, mas também o contexto histórico da época, pois se relacionava também com as aspirações dos movimentos sociais pós-guerra. Mas ainda assim, este conceito envolvia dimensões subjetivas.

É pertinente mencionar que por volta de 1950, diversas catástrofes ambientais começaram a interferir na saúde humana e conseqüentemente no sistema econômico vigente, quando as questões ambientais passaram a ser discutidas ainda que localmente. Alguns acontecimentos importantes ocorreram naquele período: a morte de cerca de 1600 pessoas em 1952 em decorrência do ar densamente poluído (smog) de Londres; os casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata (Japão) entre 1953 e 1965; o lançamento do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson em 1962 que trazia uma série de narrativas demonstrando que o uso de pesticidas e o modelo de desenvolvimento econômico estava prejudicando a qualidade do ar, da água, do solo e provocando diversos desmatamentos; a divulgação do relatório *Limites do Crescimento* elaborado pelo Clube de Roma em 1968 que alertava quanto aos perigos do desenvolvimento desenfreado tanto para a sociedade quanto para o ambiente (DIAS, 2003). No entanto, por falta de divulgação desses agravos só começou-se a discuti-los após 1972 época da realização da Conferência de Estocolmo onde também concluiu-se que sem a educação nenhuma proposta se efetivaria.

As questões ambientais e de saúde tem estado sempre relacionadas, assim nesta mesma década emergiram destas duas áreas movimentos em diversas regiões do mundo que apesar de terem sido realizados de forma

desconexa, ao longo do tempo contribuíram positivamente para os avanços e o estabelecimento de relações entre ambas.

Em 1974, a partir da divulgação do documento “A New Perspective on the health of Canadians” (Informe Lalonde) surgiu um novo conceito de campo da saúde, no qual, todas as causas de doenças e mortes decorrem de quatro fatores determinantes e interligados: as características biofísicas do indivíduo, o estilo de vida, a inadequação dos serviços de saúde e do ambiente (BUSS, 2000, PELICIONI, 2000).

É pertinente ressaltar que o Informe Lalonde foi publicado dois anos após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Ambiente Humano em Estocolmo, evento que representou um marco nas discussões dos problemas ambientais, pois considerou a influência humana e o histórico de problemas que o desenvolvimento econômico estava acarretando ao ambiente e conseqüentemente à saúde.

A partir daí, outros documentos foram gerados em Conferências, Congressos e Encontros sobre esses assuntos, como um esforço em tornar os conceitos de saúde e meio ambiente mais amplos e principalmente contribuir para a construção de políticas públicas efetivas que pudessem estimular o envolvimento da população na identificação, planejamento e implementação de ações e na criação de ambientes mais saudáveis e a melhoria da qualidade de vida.

Entre os eventos realizados na área da saúde, se destacam: a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde (1978) que enfatizou na Declaração de Alma-Ata o conceito ampliado de saúde, considerando o bem estar físico, mental e social; a I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde (1986) que produziu entre seus resultados a Carta de Ottawa no qual se propôs como estratégias de ação prioritárias a criação de

políticas públicas saudáveis; o reforço à ação comunitária; a criação de ambientes favoráveis à saúde, o desenvolvimento de habilidades pessoais e a reorientação dos serviços de saúde.

No mesmo ano, foi realizada no Brasil a VIII Conferência Nacional de Saúde que foi um marco entre os eventos realizados no país, por proclamar a saúde como direito e ampliar seu conceito considerando além dos fatores sociais, também o meio ambiente como um de seus determinantes, por declarar a importância ao estímulo à participação da população nos processos decisórios e expandir a responsabilidade sobre a saúde também para os governos locais. Estas recomendações e outras, dois anos depois foram incorporadas à Constituição Federal Brasileira.

É relevante lembrar o contexto histórico brasileiro que antecedeu a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde. Com o fim da ditadura militar na década de 1980, os anos subsequentes não foram fáceis, o país passou por uma séria crise econômica e vivia um conturbado processo de democratização política. Neste período, alguns movimentos sociais ganharam mais força, como o movimento sanitário iniciado em meados da década de 1970 (BERTOLOZZI e GRECO, 1996).

WESTPHAL (1992) afirma que o movimento sanitário defendia as necessidades da maioria da população e tinha como principal objetivo a transformação político-social da saúde e do país. Nesse período houve muitas críticas quanto ao modelo de assistência à saúde vigente: criticava-se o entendimento da relação saúde-doença sob o ponto de vista apenas biológico em detrimento dos fatores de determinação social. Um dos primeiros resultados desse movimento foi a criação dos Departamentos de Medicina Preventiva nas Faculdades de Medicina, como uma forma de difundir um pensamento crítico da saúde. Na década de 1980, estimulou-se a integração das ações de saúde e o debate da reforma sanitária ganhou muita força com a

politização da população sobre a questão. GERSCHMAN (1995) diz que a partir de 1982, com a assinatura dos convênios das Ações Integradas de Saúde (AIS), houve as primeiras tentativas de descentralização do Sistema de Saúde, pois as AIS, já previam a existência de instâncias de participação da população na gestão dos serviços de saúde. Apenas em 1986, quando foi realizada a VIII Conferência Nacional de Saúde, é que o projeto da Reforma Sanitária foi definido.

Em 1988, durante a II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde realizada em Adelaide, Austrália, foram resgatados os pressupostos de Alma-Ata e Ottawa e apresentado o conceito de Políticas Públicas Saudáveis, caracterizadas pelo “interesse e preocupação explícitos de todas as áreas das políticas públicas em relação à saúde e à equidade e pelos compromissos com o impacto de tais políticas sobre a saúde da população” Além disso, ressaltando a importância da equidade em saúde, definiu-se como áreas prioritárias de ações o apoio à saúde da mulher, alimentação e nutrição, combate ao consumo de álcool e tabaco e a criação de ambientes saudáveis, destacando que “políticas que promovam a saúde só podem ter sucesso em ambientes que conservem os recursos naturais, através de estratégias de alcance, global, regional e local” (BRASIL, 2001, p. 26 e 30).

No mesmo ano de realização da II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, no Brasil foi promulgada a Constituição Federal que dedicou artigos específicos à saúde e ao meio ambiente. Nela destacam-se: o artigo nº 23 que estabelece a competência da União, Estado e Municípios no cuidado à saúde, proteção ao meio ambiente, bem como a promoção de programas habitacionais e de saneamento básico, além do combate à poluição e ações de preservação das florestas e sua fauna; o artigo nº196 que define saúde como o direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua

promoção, proteção e recuperação e o artigo nº 225, que dispõe sobre o direito de todos “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Conforme as discussões sobre saúde e meio ambiente se ampliavam, legislações gerais e mais específicas eram promulgadas no intuito de garantir que as ações necessárias fossem realizadas de forma efetiva, porém era mais um discurso teórico do que prático.

Em 1991, em Sundsvall (Suécia), ocorreu a III Conferência Internacional de Promoção da Saúde nela foi salientada a interdependência entre meio ambiente e saúde e o papel de cada ator social na criação de ambientes favoráveis e promotores de saúde. A Declaração produzida a partir dos seus resultados trouxe quatro aspectos fundamentais para um ambiente promotor de saúde: a dimensão social que inclui as relações sociais, a perda de valores e herança cultural, a dimensão política relacionada à participação democrática nos processos decisórios e compromisso com os direitos humanos e a paz; a dimensão econômica baseada nos princípios do desenvolvimento sustentável e a dimensão de gênero, enfatizando a importância de se reconhecer e utilizar a capacidade e o conhecimento das mulheres em todos os setores. A Declaração de Sundsvall foi um importante documento que subsidiou inclusive grande parte das discussões da Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

A IV Conferência Internacional de Promoção da Saúde foi realizada em Jacarta, na Indonésia, em 1997, onde se destacou como determinantes da saúde as relações sociais, a paz, renda, justiça social, ecossistemas estáveis, uso sustentável dos recursos, equidade e a pobreza como a maior ameaça à saúde. Como ações prioritárias foram indicadas: a promoção da

responsabilidade social para com a saúde; o aumento dos investimentos, a expansão de parcerias, o aumento da capacidade comunitária e a necessidade de se obter infraestrutura para a promoção da saúde.

Em 2000, na cidade do México, foi realizada a V Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, que a focou como prioridade fundamental das políticas em todos os seus níveis. Nela reforçou-se a importância da participação social ativa e a necessidade de elaboração de planos de ação nacionais.

A importância de estratégias e planos de ação nacionais também foi ressaltada no documento “Health and Sustainable Development: addressing the issues and challenges”, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2002, para a 2ª Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável na África do Sul, evento que teve como objetivo avaliar as mudanças que ocorreram no mundo em virtude dos compromissos assumidos na Rio 92. Neste documento, foram evidenciadas por meio de estudos de caso a importância de ações intersetoriais e planejamento em escala nacional e local para o combate à pobreza, prevenção de doenças e combate às ameaças ambientais globais, incluindo a Promoção da Saúde das presentes e futuras gerações como uma das premissas para que o desenvolvimento seja sustentável (WHO, 2002).

Muitas das informações deste documento foram abordadas na VI Conferência Mundial sobre Promoção da Saúde, aconteceu em Bangkok, na Tailândia, em 2005 e identificou como fatores críticos o aumento das desigualdades, os padrões de consumo, as mudanças no meio ambiente global e a urbanização. Como estratégia de ação definiu-se a promoção da Saúde no contexto da globalização ressaltando a importância da advocacia em saúde, o investimento em políticas sustentáveis, construção de capacidades, regulamentação de legislações, viabilização de parcerias. Foram definidos

nesse evento quatro compromissos: o desenvolvimento da agenda global, a promoção da saúde como responsabilidade de todos os governos, o foco na construção de capacidades da comunidade e da sociedade civil e a necessidade de uma boa prática administrativa.

No mesmo ano de realização da Conferência em Bangkok, foi publicado pela Organização Mundial da Saúde a Avaliação Ecosistêmica do Milênio que alertou sobre a magnitude das mudanças na estrutura e funcionamento dos ecossistemas mundiais em decorrência das ações humanas, sendo que tais transformações estão ocorrendo em níveis e velocidade jamais vistos. Três dos resultados mais significativos se relacionaram com a degradação dos serviços dos ecossistemas (produção de água, alimentos, entre outros), maior probabilidade de mudanças não lineares (ocorrência abrupta de desastres naturais, mudanças climáticas) e exacerbação da pobreza para algumas populações (WHO, 2005). É importante ressaltar que todas essas mudanças socioambientais têm consequência direta na saúde humana.

A VII Conferência Mundial sobre Promoção da Saúde foi realizada em Nairobi (Quênia), em 2009, onde as estratégias e ações prioritárias propostas desta vez se relacionaram com o fortalecimento de lideranças e forças de trabalho, fortalecimento dos sistemas de saúde, priorização de alianças e ações intersetoriais, empoderamento de comunidades e indivíduos, ampliação dos processos participativos, construção e aplicação do conhecimento.

Em junho de 2013, ocorreu em Helsinque, na Finlândia, a VIII Conferência Mundial sobre Promoção da Saúde. Neste evento, foi reforçada a importância da inclusão e integração da saúde como prioridade em todas as políticas. Uma das recomendações que se destacou ao final da Conferência foi a sugestão de que a população devidamente esclarecida analise criticamente e se posicione contra os interesses de mercado que mantém um modo de produção e de consumo inadequado e insalubre (PELICIONI, 2013).

Tendo em vista a questão dos interesses de mercado e a forma de produção e consumo inadequados, convém lembrar que um ano antes da VIII Conferência Mundial sobre Promoção da Saúde, foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) que visou à renovação do compromisso político assumido nas duas Cúpulas (Rio 92 e Rio +10) que a antecederam e a avaliação dos resultados já obtidos, bem como o compromisso com novos desafios. O documento resultante da Conferência com o tema “O futuro que queremos” destacou a saúde como condição, resultado e indicador das três dimensões do desenvolvimento sustentável, reforçando a necessidade de ações sobre os determinantes sociais e ambientais como forma de criar sociedades inclusivas, equitativas e economicamente produtivas (ONU, 2012).

Os resultados de todas essas conferências e os de outros eventos que as antecederam, pesquisas e práticas sociais, econômicas, políticas e ambientais ao longo do tempo vêm evidenciando a relevância das interfaces entre saúde e ambiente bem como a importância da saúde pública, que segundo PHILIPPI JR e MALHEIROS (2005) tem o objetivo de estudar e buscar soluções para os problemas que agravam a saúde e interferem na qualidade de vida da população, considerando os sistemas sociocultural, ambiental e econômico.

Para MINAYO (2002, p.175):

"a busca por aprofundar conceitos no encontro das áreas de saúde e ambiente é crucial, pois quando uma definição das relações entre elas se produz, sua decodificação na prática tem consequências reais, tanto para a natureza quanto para a população viva que a habita, sejam vegetais, animais ou gente."

Analisando a citação acima fica explícita a necessidade de transcender o aspecto conceitual, transformando-o em prática. MINAYO (2002), afirma que a

interligação entre saúde e ambiente ocorre de forma difusa e que muitas vezes, se limita mais ao discurso do que à prática. A fim de aproximar estes dois conceitos como uma construção teórico-prática que tem como marco a sustentabilidade ecológica e social, a democracia, os direitos humanos e a qualidade de vida, a autora defende a abordagem ecossistêmica da saúde que tem como objetivo “desenvolver novos conhecimentos sobre a relação saúde-meio ambiente, em realidades concretas, de forma a permitir ações adequadas e saudáveis das pessoas que aí vivem”, de acordo com esta concepção a gestão do ecossistema deve estar atrelada à responsabilidade individual e coletiva sobre a saúde.

De acordo com FORGET e LEBEL (2001), a abordagem ecossistêmica da saúde, envolve o entendimento dos processos de saúde-doença considerando-os sob a perspectiva de sistemas complexos e das relações entre a natureza e a sociedade humana. Trata-se de uma abordagem holística que reconhece a saúde como parte dos sistemas biológicos e sociais variando os seus níveis de complexidade. Deste modo, explora as relações entre os vários componentes destes sistemas para definir e avaliar os determinantes da saúde humana e a sustentabilidade do ecossistema. Segundo os autores, neste processo, a pesquisa sob a perspectiva da abordagem ecossistêmica da saúde deve se basear em três pilares: transdisciplinaridade, participação e equidade.

Para WALTNER-TOEWS et al. (2002), o enfoque ecossistêmico da saúde por contemplar o global permite o estudo de diferentes níveis da sociedade: o microsocial (indivíduo, família e comunidade) e o macrossocial (cidade, região, país) e afirma que todos os problemas de saúde se relacionam com tais níveis, mas nem sempre estas conexões são claras, sendo necessário estudos mais aprofundados de base científica e com a participação da população, pois esta abordagem exige a negociação e a cooperação dos grupos de interesse.

Corroboram com as ideias acima, as observações de MINAYO (2002) que destaca como questões metodológicas fundamentais da abordagem ecossistêmica da saúde: o mapeamento da história das interações entre os problemas ambientais e seus reflexos na saúde considerando também o contexto atual, realização de diagnósticos interdisciplinares considerando aspectos biológicos, econômicos, antropológicos, culturais, sociais, históricos, químicos e outros, incluindo instrumentos que garantam a participação social.

Um fator importante e que deve ser considerado nessa abordagem é que os ecossistemas são complexos e apresentam certa imprevisibilidade, sendo assim, a gestão ecossistêmica da saúde deve ser adaptativa e levar em conta a conexão entre os seus diferentes componentes, para isso deve ajudar as comunidades a estabelecerem metas sustentáveis a partir da construção de conhecimentos (NIELSEN, 2002). Portanto, o componente educativo dentro desse processo é fundamental.

Pelo que foi exposto depreende-se que o enfoque ecossistêmico da saúde se relaciona com o conceito de sustentabilidade, pois integra ambiente, economia e comunidade de forma a tornar possível a promoção da saúde.

Este breve resgate histórico sobre a relação saúde e meio ambiente, a sua inclusão nas agendas públicas, a reflexão sobre a prática e as tentativas de criação de políticas públicas mais intersetoriais, holísticas e participativas, mostram que após 35 anos de Alma-Ata, ainda não foi possível “alcançar a saúde para todos no ano 2000” por uma série de questões de ordem política, social, econômica e cultural. Essa meta foi então substituída pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que foram estabelecidos pela ONU em 2000, após análise dos maiores problemas mundiais trazendo propostas de inúmeras áreas a serem verificadas em 2015. Este compromisso evidenciou o forte reconhecimento de que o crescimento econômico, a distribuição de renda e o investimento em capital humano tem um enorme impacto sobre a

qualidade de vida das pessoas e a sua saúde. Neste cenário, é preciso, portanto, a partir dos anseios e representações sociais dos sujeitos criar condições para que as mesmos possam ter um maior controle sobre suas vidas, se modifiquem, assim como o seu entorno, como condição fundamental para que se concretizem os pressupostos da promoção da saúde.

## 1.2 A Educação e a Promoção da Saúde

A Promoção da Saúde é definida como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (BRASIL, 2001). Oriundo da Carta de Ottawa, documento resultante da I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde que ocorreu em 1986, conforme já citado anteriormente essa definição tem sido utilizada até hoje. A educação e a participação aparecem aí como condições indispensáveis à promoção da saúde.

Mas que saúde seria esta? Qual teoria da educação poderia melhor contribuir para a Promoção da Saúde? Antes de responder a estas perguntas, é preciso ponderar sobre dois aspectos: a diferença entre prevenção de doenças e promoção da saúde e verificar qual a abordagem educativa é mais adequada para atender aos pressupostos da Promoção da Saúde.

Para CZERESNIA (2003), prevenção é se antecipar visando ao controle da transmissão da doença e a redução do risco de que ela ocorra por meio da divulgação de informações e recomendações de mudanças de hábitos. Já o conceito de promoção objetiva aumentar a saúde em seus aspectos gerais e não é focalizada apenas em uma ou outra doença, se relaciona a verbos como fomentar, impulsionar, viver, instituir, criar, dirigir, enfim, ações próprias da vida. As estratégias de promoção visam à transformação das condições e

estilos de vida e demandam o fortalecimento individual e coletivo para atuação sobre os fatores determinantes da saúde, na criação de ambientes favoráveis à saúde, na ampliação da autonomia dos sujeitos, na construção de políticas públicas intersetoriais, de modo que os indivíduos possam assumir uma postura mais protagônica em busca de qualidade de vida.

OLIVEIRA (2005) diz que a prevenção sofreu grande influência dos princípios da biomedicina, relacionando-se ao binômio saúde-doença e às práticas behavioristas e individualistas, sem considerar a influência do social na determinação da doença. A autora destaca ainda que diversas pesquisas têm demonstrado que pessoas bem informadas nem sempre adotam os comportamentos que são trabalhados nas ações preventivas e que as diversas campanhas que acontecem até hoje, do tipo “Não fume”, “Faça sexo seguro”, “Faça exercícios”, denotam ainda o foco na prevenção e responsabilização individual e as causas sociais acabam não tendo a atenção desejada.

De acordo com MEYER et al (2006, p. 1336):

“os projetos de educação em saúde geralmente partem da perspectiva de transmissão de um conhecimento especializado, que “a gente detém e ensina” para uma “população leiga”, cujo saber viver é desvalorizado e/ou ignorado nesses processos de transmissão. Assume-se que, para “aprender o que nós sabemos”, deve-se desaprender grande parte do aprendido no cotidiano da vida.”

Devemos lembrar que a educação implica em um processo interno, portanto, não é possível transmitir conhecimentos para outras pessoas e sim criar condições para sua construção. Quanto a esta sobreposição dos conhecimentos do educador ou do técnico sobre os dos que “aprendem”, HILLMAN (2004) defende que o ensinar e aprender são processos inerentes à natureza humana e que às vezes a educação pode separar estes dois

momentos. Segundo o autor, “aprendemos aquilo que é oficialmente ensinado e reaprendemos o contrário, ou aquilo que está mais profundamente em nosso mundo interno” (p.7). Sendo assim, “o aprender e o ensinar devem seguir uma variedade de pensamento, pois uma dimensão não é boa para todos” (p.8). Daí a importância do respeito ao conhecimento prévio dos indivíduos, aos seus interesses e aos processos educativos dialógicos.

Referindo-se ao impacto de campanhas informativas BATISTA (2007), alerta que o simples conhecimento sobre o risco por meio de informações não é condição suficiente para reação. Quanto a isso, PELICIONI (2000, p. 32), afirma que:

“A informação por si só não leva as pessoas a adotarem estilos de vida saudáveis, a lutar pela melhoria de suas condições de vida e ambientais, ou a modificar práticas que conduzam à doença. A informação é um aspecto imprescindível da educação, mas deve permitir a promoção de aprendizagens significativas para que funcione”.

Pela citação acima fica evidente que ações pontuais baseadas apenas na transmissão de informações não garantem a mudança de atitude desejada no campo da saúde, ou seja, não se trata apenas de mudar comportamento, uma aprendizagem significativa deve considerar além da tendência à reação, os aspectos cognitivos e afetivos dos indivíduos.

Para SACRISTÁN E PÉREZ GÓMEZ (1996, p. 46) práticas educativas baseadas apenas no “processamento” de informações apresentam uma lacuna afetiva que é a “dimensão energética da conduta humana”, ou seja, deixam de estabelecer relação com os sentimentos, a motivação e a interação que são fatores de fundamental importância na educação. Os autores ressaltam que a aprendizagem significativa valoriza os conhecimentos pré-existentes dos indivíduos e como processo permite que este conhecimento seja mais

resistente ao esquecimento e tenha uma probabilidade maior de se tornar uma prática transformadora.

Comparando prevenção de doenças e promoção da saúde, percebe-se que esta última tem uma atuação mais ampla, pois não se relaciona apenas a controle de enfermidades. É pertinente ressaltar que prevenir e controlar as doenças são ações importantes que devem estar atreladas a processos de promoção da saúde, mas não devem ser confundidas nos âmbitos conceitual e prático. CZERESNIA (2003) afirma que assim como os projetos de prevenção utilizam temas específicos (saúde-doença, transmissão e risco), os projetos de promoção da saúde em determinados momentos também utilizam tais conceitos fazendo com que haja muitas vezes uma indiferenciação entre as práticas.

Trabalhar a prevenção à luz dos princípios da promoção da saúde pressupõe que a população participe de todo o processo, da problematização até a proposição de soluções e que não seja mobilizada apenas segundo os problemas identificados pela instituição e os objetivos de um programa específico. Neste sentido, a participação e a educação se tornam características essenciais aos processos de promoção à saúde.

A definição e a prática educativa, assim como diversos conceitos sofrem a influência do contexto histórico em que estão inseridos. LUZZI (2012, p. 22 e 23), ressalta que a “educação que um povo assume, é o resultado do diálogo de um conjunto de forças sociais em conflito, que representam concepções sobre o conhecimento, a aprendizagem, a sociedade e o mundo” em um determinado momento histórico e que por isso, a prática educativa é contextual e dinâmica.

Quanto à relação entre o contexto social e o conceito de educação, FREIRE (1986, p. 49) afirma que não é a “educação que modela a sociedade, mas ao

contrário, a sociedade é que modela a educação, segundo os interesses dos que detém o poder”, daí a necessidade de uma educação crítica, libertadora e voltada à mudança social, uma educação que não reproduza a ideologia dominante e não seja neutra, pois a neutralidade é o que o sistema quer que sejamos.

PELICIONI (2007, p. 325), afirma que a educação é um processo intencional e tem como objetivo “prover situações ou experiências que estimulem a expressão potencial dos seres humanos”. Dessa forma, nesta prática está inerente uma intencionalidade, portanto, a educação não é e nem deve ser neutra.

No contexto das práticas de saúde e meio ambiente, a educação evoluiu não só em termos de abordagens, mas também em abrangência conceitual e prática. Por muito tempo, as ações educativas nestas áreas se relacionaram com o reducionismo de seus conceitos, ou seja, saúde era vista como ausência de doença e meio ambiente como natureza. Não que isso não ocorra mais, porém, há diversos documentos e relatos de práticas que preconizam e mostram ações educativas em saúde e meio ambiente de forma mais ampla com outros enfoques.

PELICIONI e PELICIONI (2007, p. 321), afirmam que a educação em saúde, é parte da saúde pública e da medicina, dessa forma, sua prática refletiu e reflete a época em que foi ou é desenvolvida e suas concepções, sempre devem ser analisadas considerando sua localização no tempo e no espaço. As autoras, ao fazerem uma retrospectiva histórica sobre educação e promoção da saúde, destacam que durante o início do século XX, a educação em saúde era denominada educação sanitária e se restringia ao indivíduo e ao “ensino de hábitos de higiene”, concepção condizente com o movimento sanitarista que ocorria na época. A educação sanitária era baseada em uma abordagem tradicional de ensino caracterizada conforme MIZUKAMI (1986) por uma

metodologia passiva e pela “transmissão” de ideias e informações, a partir de modelos pré-estabelecidos.

Considerando algumas abordagens educativas que se desenvolveram ao longo da história, destacam-se: além da tradicional, a comportamentalista, baseada no direcionamento do comportamento humano que é mantido por determinados condicionantes ou reforços utilizando metodologias mais individualistas; a abordagem cognitivista que visa o desenvolvimento da inteligência priorizando as atividades do indivíduo inserido em uma situação social, privilegiando mais o processo do que o produto e a abordagem sociocultural idealizada por Paulo Freire na década de 1960. De acordo com esta abordagem a educação deve ser crítica, problematizadora, interacionista e dialógica, os indivíduos são sujeitos de sua educação e por meio da reflexão sobre o seu ambiente se tornam conscientes e comprometidos com a intervenção na realidade para transformá-la (MIZUKAMI, 1986).

BRANDÃO (2006, p. 83), afirma que antes de se difundirem pelo mundo as ideias de educação relacionada à transformação social, a mesma era pensada como algo que “preserva, que conserva, que resguarda justamente de se mudarem, de se perderem as tradições, os costumes e os valores de um povo”, sendo a inserção da abordagem sociocultural uma transição importante, inclusive considerando o desenvolvimento das sociedades.

Tendo em vista a amplitude dos objetivos da promoção à saúde, a abordagem educativa que condiz com seus pressupostos é a abordagem sociocultural, principalmente por seu caráter interacionista e transformador da realidade. Dentro da complexidade em que vivemos, praticamente todas as áreas de conhecimento passaram por algum tipo de fragmentação, na educação este processo não foi diferente e hoje nos deparamos com uma série de educações com distintos objetivos e adjetivos, educação para a paz,

educação para o trânsito, educação sexual, educação nutricional, educação em saúde, educação ambiental, entre tantas outras.

Qual seria mais adequada no âmbito da promoção da saúde? Certamente todas elas têm como base a mesma educação, o que muda é apenas a abordagem e em maior ou menor grau exercem influência sobre a saúde dos indivíduos e da coletividade. Nesta pesquisa vamos nos ater à educação em saúde e educação ambiental.

O primeiro ponto em comum entre elas é que apesar da adjetivação, dizem respeito ao mesmo processo educativo, e como dito anteriormente apenas as abordagens são diferentes, assim como parte de seu objeto de estudo "onde quer que se realize, sofre a influência de diversas ordens em razão do elo que mantém com a sociedade" (CARNEIRO, 1987, p.84). Dessa forma, as suas práticas têm influência direta das representações sociais e paradigmas de um determinado tempo e espaço.

É pertinente ressaltar que o termo educação em saúde começou a ser utilizado em meados da década de 1960, precedendo um período de avanços significativos na área da educação, da saúde e de meio ambiente, enquanto que o termo educação ambiental começou a ser utilizado mundialmente na década de 1970. Nesse período, emergiram em vários locais, em diferentes países movimentos sociais tanto na área da saúde como na área ambiental (DIAS, 2003; PELICIONI e PELICIONI, 2007).

Segundo VASCONCELOS (2004, p. 68), até a década de 1970 a saúde foi "basicamente uma iniciativa das elites políticas e econômicas" e o método de educação popular de Paulo Freire veio contribuir para orientar a aproximação entre intelectuais e classes populares. STOTZ (2005) diz que a educação popular reconhecia os grupos oprimidos e procurava incorporar os seus modos

de sentir, pensar e agir em busca de mudança social, a partir do povo e não para o povo visando à participação popular e uma análise crítica da realidade.

SCHERER-WARREN (2002), ratifica a informação acima, ao afirmar que a educação popular surgiu como uma forma de resgate da dignidade das classes mais oprimidas da sociedade, sendo o processo educativo fundamental para a construção dos sujeitos.

De acordo com BRANDÃO (2001, p.131), a educação popular se funde com a área da saúde no momento em que: “a ação médica e a de outros profissionais da “área da Saúde” não se limita a uma assistência a clientes do povo” e se estende de forma a contribuir com o diálogo e a busca de soluções sociais entre os técnicos e a população.

Nota-se que a educação popular é democrática e valoriza os saberes e valores dos indivíduos, em uma construção compartilhada de conhecimentos. É problematizadora, dialógica e deve favorecer a interação e a negociação entre os diversos atores na resolução de problemas sociais. Para VASCONCELOS (2004), no campo da saúde a educação popular favoreceu o rompimento do biologicismo, da tradição autoritária e normatizadora dos serviços de saúde em relação à população, colaborou para ampliar a participação popular. O autor enfatiza que o adjetivo popular não se refere à clientela deste tipo de educação, mas sim à sua perspectiva política e transformadora.

Pelas características citadas acima, fica evidente a importância dos preceitos da educação popular como parte de qualquer estratégia voltada à promoção da saúde, portanto, tais atributos devem também estar presentes nos processos de educação em saúde e ambiental. Estes processos educativos possuem definições um pouco distintas, porém sempre complementares.

Para REIS (2006, p.19), a educação em saúde é “um processo teórico-prático que visa integrar os vários saberes: científico, popular e do senso comum, possibilitando aos sujeitos envolvidos uma visão crítica, uma maior participação responsável e autônoma frente à saúde no cotidiano”.

Segundo CANDEIAS (1997, p.210), “entende-se por educação em saúde quaisquer combinações de experiências de aprendizagem delineadas com vistas a facilitar ações voluntárias conducentes à saúde”. A autora explica que esse processo deve contar com diversos tipos de intervenções educativas planejadas e que durante o processo devem ser criadas condições para que os indivíduos possam agir em prol de sua saúde.

No que se refere à educação ambiental, REIGOTA (2010, p.10) diz que:

“A Educação Ambiental deve ser entendida como **educação política**, no sentido de que ela **reivindica e prepara os cidadãos** para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e **ética nas relações sociais e com a natureza.**” (grifo nosso)

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental instituída pela lei 9.795/99, a educação ambiental compreende:

“os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes, competências para a conservação do meio ambiente, bem do uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

É pertinente mencionar que os fatores característicos da educação ambiental citados nesta lei estão inter-relacionados e são interdependentes, pois à medida que novos conhecimentos são construídos, novas habilidades são desenvolvidas refletindo-se diretamente em ações.

A Política Nacional de Educação Ambiental foi promulgada há 14 anos, e percebe-se que ainda existe certa distância entre teoria e prática, pois muitas ações educativas nesta área ainda são realizadas sob um viés ecológico, sem considerar os aspectos sociais, culturais e políticos que as envolvem. REIGOTA (2010), explica que este fato se relaciona à manutenção de representações sociais de meio ambiente ligadas aos seus aspectos naturais, o que acaba influenciando as práticas educativas nesta área.

Existe uma série de representações tanto sobre educação em saúde quanto em educação ambiental e é fundamental lembrar que o processo educativo sendo o mesmo deve-se basear na teoria crítica da educação se o objetivo for a formação de cidadãos críticos e reflexivos e não a manutenção do *status quo*. O que muda é a abordagem: educação voltada para a saúde ou para o ambiente.

A teoria crítica da educação surgiu no século XIX como uma corrente hermenêutica e antipositivista. Seus principais teóricos foram Adorno, Marcuse, Fromm, Lowenthal e Pollok. Essa linha teórica se baseia na razão crítica e emancipável que permite conhecer o mundo e intervir sobre ele, neste processo o indivíduo assume o papel de protagonista. Há o predomínio de processos educativos mais práticos e construtivistas. Essas características vão ao encontro das ideias de Paulo Freire, pois além da perspectiva crítica envolvem a construção da autonomia para transformação da realidade e à libertação (LUZZI, 2003; 2012).

No tocante aos processos de educação em saúde e ambiental, PELICIONI (1999, p. 2) diz que tanto uma como a outra:

“tem como objetivos formar a consciência dos cidadãos e transformar-se em filosofia de vida de modo a levar à adoção de comportamentos saudáveis e ambientalmente adequados, investindo nos recursos e

processos ecológicos do meio ambiente e na prevenção, promoção e manutenção da saúde.”

A citação acima explicita que apesar da diferença de abordagem estes processos não devem acontecer isoladamente, pois são emancipatórios, interdependentes e essenciais quando se pretende realizar transformações sociais, pois por meio deles são criadas condições para que a população assuma sua própria vida com maior autonomia possibilitando que novas “visões” sejam adquiridas e se possam fazer novas “leituras” do mundo.

### 1.3 A Participação e a Promoção da Saúde

Emancipação social é, em seu âmago, descobrir-se capaz de realizar o processo emancipatório por si mesmo... Por isso, participação é a alma da educação, compreendida como processo de desdobramento criativo do sujeito social, porque educar de verdade é motivar o novo mestre e emancipá-lo, não repetir discípulos (DEMO, 1994).

Quando o autor afirma que a “participação é a alma da educação, compreendida como processo de desdobramento criativo do sujeito social” e que “educar de verdade não é repetir discípulos”, o autor enfatiza uma das características mais importantes do processo educativo, ou seja, a possibilidade de emancipação dos sujeitos e conseqüentemente de transformação social. Isto significa contribuir para formá-los únicos, formá-los para que se realizem, desenvolvam suas potencialidades e para que se libertem. Uma das maneiras de perceber tal mudança está relacionada com o tipo de participação praticada por cada cidadão, ou seja, verificando se esta se caracteriza como forma de intervenção no meio ambiente e na sociedade visando à sustentabilidade e a

melhoria da qualidade de vida ou apenas ratifica o modelo vigente de organização e desenvolvimento.

Desde a Declaração de Alma Ata a participação é citada como fator essencial aos cuidados exigidos na atenção primária de saúde. Ao longo do tempo esta ação tem se mantido como requisito básico dos documentos resultantes das Conferências de Saúde. Na Carta de Ottawa, por exemplo, uma das estratégias prioritárias da Promoção da Saúde configurou-se como um reforço à ação comunitária.

Na Declaração de Adelaide (1988) foram estabelecidas relações entre as ações comunitárias e as políticas públicas saudáveis. Os resultados do encontro de Sundsvall (1991) indicaram a capacitação da comunidade e dos indivíduos como estratégia fundamental para um maior controle sobre a saúde e ambiente por meio de educação, além da maior participação nos processos de tomada de decisão (MS, 2001).

Como já foi citado, as conferências que aconteceram nos anos de 2000, 2005, 2009 e 2013 no México, em Bangkok, Nairobi e Helsinque, respectivamente também trouxeram contribuições relevantes e entre as recomendações feitas a ampliação da participação, da capacitação e dos espaços de empoderamento das comunidades foram citados como essenciais.

Participação, cidadania e emancipação social são temas que se tornam cada vez mais comuns nos discursos de organizações, movimentos sociais, sindicatos e principalmente no cenário político. Qual a relação dessas ações com os processos educativos e com a promoção da saúde?

A participação que se faz urgente e necessária não é a que se caracteriza apenas pelas consultas feitas à população, mas aquela que permite ao ser

humano uma visão emancipatória em que ele/ela interage com o meio na condição de sujeito.

Sabe-se que a participação é uma das condições fundamentais do ideário democrático. UGARTE (2004) afirma que relacionar o conceito de democracia a uma forma de governo em que os cidadãos participam é uma meia verdade, pois é preciso saber quem são esses cidadãos e de qual modalidade de participação se fala, como se dá, para quê e para quem.

Diversos autores têm enfatizado a polissemia do termo “participação”, daí a necessidade de se refletir que tipo de prática participativa cria possibilidades para a transformação social. Para UGARTE (2004, p. 94), a “noção de participação encontra-se fortemente determinada pela teoria de democracia que tomamos como marco de referência”.

Considerando as teorias democráticas difundidas no século XX, três correntes distintas podem ser identificadas: a institucionalista marcada pelos postulados de Schumpeter, a participativa que contou com as contribuições de Rousseau, John Stuart Mill e Cole e a corrente deliberativa de Habermas, Cohen e Bohman. Tendo em vista a participação no âmbito da promoção da saúde, serão destacadas a seguir apenas as correntes participativa e deliberativa.

PATEMAN (1992), em sua obra clássica “Participação e Teoria Democrática” faz uma análise comparativa das principais características dos postulados de Rousseau, Stuart Mill e Cole. Segundo a autora, o diferencial da abordagem destes teóricos é que consideram a participação além da questão institucional, pois reconhecem que a interação de indivíduos em processos participativos resulta em um efeito psicológico positivo, ou seja, a participação tem uma função educativa. Rousseau defendia que a participação acontece na tomada de decisões, existindo uma estreita relação entre o interesse público e

privado. Enfatizava que quanto mais o cidadão participa, mais aprende a fazê-lo e com isso obtém um maior controle sobre o curso de sua vida, sendo importante o reconhecimento de que todos são igualmente dependentes entre si e igualmente sujeitos à lei. Outra função da participação defendida por Rousseau é a de integração, isto é, permite que cada cidadão se sinta pertencente à sua comunidade.

Stuart Mill assim como Rousseau, também reconhecia a função educativa da participação, pois afirmava que quando o indivíduo toma parte nos assuntos públicos, toda a situação se modifica, porém destacava que o direito de voto e a participação no governo de nada serviam se o indivíduo não fosse preparado para participar em um nível local, pois é neste processo que ele aprende a se autogovernar, um ambiente propício para isso, segundo suas teorias, seria o ambiente de trabalho. Por outro lado, Mill rejeitava a ideia de Rousseau quanto à igualdade política, o que conferia certa ambiguidade aos seus postulados.

De acordo com PATEMAN (1992, p.53), Cole tinha a participação como ideia central de sua teoria, defendia uma prática de organização em associações de acordo com os interesses dos envolvidos. Segundo ele, “o indivíduo é mais livre onde ele coopera com seus iguais na feitura das leis”, o autor também refutava as formas de representação afirmando que as mesmas eram enganosas, pois “ao escolher seu representante, o homem comum, não tem outra opção exceto deixar que os outros o governem”.

Dessa forma, Cole, assim como Stuart Mill, acreditavam que apenas em nível local e em associações locais seria possível “aprender democracia”. Outro aspecto abordado por Cole é que as desigualdades econômicas e sociais resultavam em “grandes desigualdades de educação, poder e controle do ambiente” sendo fatal para a democracia verdadeira.

Apesar dessas teorias datarem do século passado, percebe-se nas características citadas acima que as mesmas continuam válidas até os dias de hoje, sobretudo por sua função educativa e de desenvolvimento de habilidades sociais e políticas. Pateman, na década de 1990 enfatizava a importância de se avaliar a viabilidade da democracia participativa, questionando as definições de participação e analisando se era ou não uma utopia. MANSBRIDGE (1999) afirma que a participação faz cidadãos melhores, mas que os tipos de mudança promovidos entre os que participam não são facilmente mensurados pelas ciências sociais, indicando os teóricos da democracia participativa já mencionados, como fundamentais para o entendimento de tais mudanças.

Além da função educativa e de integração, a participação ganhou maior importância quando estas funções se fundiram com as possibilidades de deliberação. Jürgen Habermas, ao contrário de Rousseau não acreditava que o processo deliberativo pudesse ser reduzido à vontade da maioria e considerando a reflexividade da ação social, criou a Teoria da Ação Comunicativa que de acordo com AVRITZER (2000, p.38) se caracteriza pela “construção da ordem social através da partilha de significados”, ou seja, envolve a utilização da linguagem, as orientações que cada indivíduo possui sobre a realidade em que vive, uma finalidade específica e a reflexão sobre o mundo.

Transpondo essa ideia para o cenário político, tal teoria questionou a legitimidade de algumas decisões nesse campo. Para Habermas as normas ou ações válidas seriam aquelas em que as pessoas afetadas pudessem concordar como participantes de um discurso racional. Neste caso, o diferencial de um sistema democrático não seria apenas a quantidade de votos, mas sim o resultado do debate político e negociação com os envolvidos. Neste processo, diferentes concepções e identidades culturais entrariam em contato e a legitimidade da influência pública só ocorreria após tais debates argumentativos acontecerem.

Segundo AVRITZER (2000 p.42), Joshua Cohen e James Bohman também trouxeram colaborações à teoria da democracia deliberativa. Cohen resgatou a importância da pluralidade de valores nos debates mencionada por Habermas a fim de se chegar a um consenso, porém considerava que poderiam haver situações em que tal acordo não seria possível, e mesmo assim a decisão seria considerada legítima desde que houvesse um processo inclusivo e de troca de razões. Para Bohman a deliberação ocorre na medida em que os participantes em atividades conjuntas reconhecem que eles influenciaram e contribuíram para que certos desfechos ocorressem.

Deste modo, segundo as características citadas, o processo deliberativo para ser legítimo depende de participação ativa e refletida dos cidadãos. Um dos pontos fracos dessas teorias de acordo com UGARTE (2004, p. 99) é a “aposta em uma opinião pública, responsável, informada e disposta a participar, capaz de exercer uma função propositiva inteligente e de controle do poder político, que na verdade parece utópica”. Daí se destaca a importância dos processos educativos dialógicos e condizentes com o contexto em que os sujeitos estão inseridos para que haja uma visão da realidade mais crítica e participação mais qualificada voltada para a mudança social.

É importante ressaltar que o significado do termo participação também foi se modificando ao longo do tempo, de acordo com o contexto histórico, social e político. BRICEÑO-LEÓN (1998) ao fazer um resgate histórico da participação na América Latina explica que nos anos de 1950 a ideia de participação remetia à subversão e devia ser combatida. Com o passar dos anos, o termo foi assumindo perspectivas e conotações diferentes como uma forma de manipulação ideológica para legitimação de instituições ou de se conseguir mão de obra barata para construção de escolas e outros equipamentos públicos; como facilitadora da ação médica em ações preventivas e só passou a ter um significado voltado para transformação com a ação dos movimentos sociais iniciados na década de 1970, momento em que

se verificou a importância dos processos educativos das populações mais pobres para poder garantir os seus direitos, surgindo mais tarde a participação como organização democrática e de transformação social.

ADORNO (1992, p.113) afirma que os movimentos sociais iniciados nas décadas de 1960-1970 representaram uma forma de rejeição e protesto ao contexto da época, porém o termo era utilizado de forma abrangente relacionando-se a todo movimento coletivo contrapondo-se à participação que neste período era caracterizada como uma forma de cooptação institucional. O autor destaca como modelo histórico os movimentos operários evidenciando o campo de conflito existente entre a forma de organização da sociedade e os anseios dos atores sociais. Destaca que os movimentos sociais tinham como premissas “o direito em função da mudança social e da perspectiva da sociedade como campo em construção” buscando novas identidades sociais.

Segundo SCHERER – WARREN (2001), o movimento social é resultante de um conjunto de fatores sócio-político-culturais envolvendo diversas redes de relações sociais e que transcende a prática localizada de uma organização, sendo fundamental para a transformação da sociedade.

De acordo com SOUZA (2008), a importância dos movimentos sociais se relaciona com o desencadeamento do processo de organização popular, pois a população superou as saídas individuais para recorrer a alternativas coletivas de enfrentamento da problemática social. Com isso, tais movimentos colaboraram também para a criação de uma sociedade civil mais participativa.

Muitos autores, (DAGNINO, 2004; CASTRO e CANHEDO, 2005 e TATAGIBA, 2005) têm enfatizado como marco formal da democracia participativa a própria promulgação da Constituição Brasileira de 1988 que instituiu vários instrumentos de participação direta e indireta, mas também

ressaltam ao mesmo tempo o grande desafio em consolidar tal condição participativa.

Para FREIRE (1993, p.88) a participação é uma atividade essencial para a construção de uma sociedade mais justa e não se configura como um *slogan*, mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática. Só se aprende democracia pela prática da participação, pois ninguém a vive plenamente nem tampouco a ajuda a crescer “se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico e se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa deste direito, que no fundo, é o direito também a atuar”.

Segundo ARNSTEIN (2002, p. 5), “existe uma diferença fundamental entre passar pelo ritual vazio da participação e dispor de poder real para influenciar os resultados do processo”. Sendo assim, é necessário entender as diferentes formas de participação e suas possibilidades. Para isso, a autora apresenta uma tipologia de 8 níveis de participação que são classificados de acordo com o “nível de poder” dos cidadãos:

- Não participação: se caracteriza como manipulação (1) e terapia (2);
- Concessão mínima de poder: se relaciona a informação (3), consulta (4) ou pacificação (5);
- Níveis de poder cidadão: parceria (6), delegação de poder (7) e controle cidadão (8).

Analisando os “níveis” mencionados, LIST (2006), afirma que há uma gradação que justifica a classificação desta tipologia como “escada de participação”, na qual os primeiros degraus representam as formas de

manipulação e ou cooptação passando em níveis mais avançados por uma interação e aprendizagem mútua e por fim pela mobilização e o *empowerment*.

O indivíduo que exerce a sua participação de forma plena reconhece que o desenvolvimento de sua habilidade participativa é fruto de uma construção social. Estar presente em ações pontuais não caracteriza efetivamente a participação emancipatória porque na prática ela deve envolver toda a coletividade, levando a uma dimensão política. Só assim poderá interferir nos vários setores da sociedade, modificar a relação com o Estado e conseqüentemente produzir mudanças sociais marcadas pela melhoria da qualidade de vida.

A importância da participação social relacionada à resolução dos problemas socioambientais como forma de se promover saúde e o desenvolvimento sustentável implica em perceber que o grande desafio da sociedade atual, é compreender que não é a natureza que se encontra em desequilíbrio, mas sim a própria sociedade. O ser humano em sua relação com o mundo vive no limiar entre o fatalismo diante de mudanças sociais e uma visão imediatista de solução de problemas, com uma forte dificuldade para realizar alterações que priorizem aspectos que erroneamente julgam externos a ele, como por exemplo: o meio ambiente. Isso fica explícito na ruptura ainda existente entre o homem e o ambiente em que vive. Neste sentido, romper paradigmas e valores pode significar a perda de sua condição de aparente “conforto”. Esta estagnação não permite, portanto que os indivíduos melhorem sua qualidade de vida e construam ambientes e comunidades saudáveis, dentro de paradigmas sociais que permitam a preservação da vida e do planeta.

#### 1.4 O empoderamento e a Promoção da Saúde

Para WESTPHAL (2006), o princípio da participação está intrinsecamente ligado ao fortalecimento da ação comunitária e ao “empowerment” coletivo, pois apenas dessa forma a população se tornará capaz de exercer controle sobre os determinantes da saúde. As ações que estejam desvinculadas deste princípio contrariam o significado de promoção da saúde.

De acordo com BAQUERO (2012), apesar da palavra “empowerment” ter começado a ser utilizada a partir de movimentos sociais ocorridos nos Estados Unidos, na década de 1960, como uma forma de emancipação social, a autora explica que suas origens datam do século XVI, com o movimento da Reforma Protestante na Europa, o qual envolvia o protagonismo em busca de justiça social.

Assim como o conceito de participação, o termo “empowerment” é polissêmico, GOHN (2004) alerta que no Brasil, a palavra pode ser utilizada tanto para se referir a processos que estimulem grupos e comunidades a melhorarem suas vidas de forma autônoma quanto a simples integração dos excluídos.

À luz da promoção da saúde este processo deve ir além da inclusão social e criar condições para que “grupos de indivíduos, organizações e comunidades utilizem seu “poder” para coletivamente analisar problemas, propor soluções, administrar recursos e agir efetivamente para transformar suas vidas e seus ambientes” (CERQUEIRA E COE,1996).

GOHN (2004, p. 23), afirma que o foco do empoderamento é criar condições para que a comunidade seja “protagonista de sua própria história” e gere “processos de desenvolvimento auto-sustentável”.

Portanto, o “empowerment” ou “empoderamento” é uma forma de a comunidade exercer a sua participação de forma autônoma. Neste processo a participação “não é ausência, superação, eliminação do poder, mas outra forma de poder” (DEMO, 1988, p. 20).

É preciso lembrar que as estruturas de poder afetam a vida das pessoas em todos os sentidos. RESTREPO (2000) diz que o fortalecimento das comunidades não se relaciona com o poder que se caracteriza como coercitivo ou paternalista. Citando Labonte, a autora destaca a diferença entre “poder sobre” e “poder com”, sendo o primeiro um tipo de poder ideológico que mantém as pessoas marginalizadas e o segundo um tipo de poder que influencia a mudança com o outro. O empoderamento, sob seu ponto de vista deve desafiar as estruturas opressivas e permitir que as pessoas tenham controle sobre as suas vidas.

Para CARVALHO (2004), no campo da saúde há uma dificuldade na utilização do termo empoderamento em virtude das múltiplas interpretações do que é encontrado na literatura sobre o assunto. O autor distingue duas noções distintas sobre o “empowerment”: a psicológica, que se caracteriza por um sentimento do indivíduo de maior controle sobre sua vida e de pertencimento a um grupo; e a comunitária, que se caracteriza como um “processo e um resultado, de ações que afetam a distribuição do poder levando a um acúmulo, ou desacúmulo de poder (“disempowerment”) no âmbito das esferas pessoais, intersubjetivas e políticas”. Quanto ao “empowerment” psicológico o autor alerta que o foco individual pode ignorar o contexto político e histórico que as pessoas vivem e se tornar um discurso vazio, caso não considere o debate sobre os problemas que as cercam e as soluções. Já o comunitário necessariamente deve considerar o funcionamento da vida em sociedade e “o reconhecimento da mútua relação de condicionamento e determinação entre as macroestruturas e a ação de sujeitos

individuais e coletivos”. Implica em desenvolver habilidades e um “pensamento reflexivo que qualifique a ação política” (p.1092).

O “empowerment” individual e coletivo se interrelacionam, porém WALLERSTEIN citada por RESTREPO (2000, p.10), diz que:

“o “empowerment” individual, realmente não é “empowerment”, pois por si só é um processo social. O “empowerment” psicológico se reforçaria através da participação em ações coletivas, mas também através de estratégias eficazes de ensino..., pesquisa participativa e outras estratégias de participação que aumentem o conhecimento pessoal e a consciência sobre os direitos e deveres em saúde e que fortaleçam a auto-cuidado e o desenvolvimento de habilidades pessoais e estilos de vida saudáveis.”

FREIRE e SHOR (1986, p. 135) compartilham da mesma visão de Wallerstein ao considerar o “empowerment” um processo social. Segundo os autores, o “empowerment” individual envolve um nível de autonomia insuficiente para provocar as mudanças necessárias na sociedade e afirmam que:

“quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertar através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empowerment ou da liberdade.”

É relevante destacar que apesar desse processo individual não ser suficiente para a mudança social, é extremamente necessário para que ela aconteça.

Tendo em vista a origem do termo “empowerment” nos Estados Unidos, FREIRE ao dialogar com SHOR (1986, p.138) explicou que acreditava que o conceito de “empowerment” estava ligado às classes sociais, no sentido de que deveria ser mais do que uma ação individual, deveria criar condições para que

as classes dominadas dentro de um processo político buscassem sua liberdade, tendo a educação como uma frente de luta.

Quanto ao processo educativo para o “empowerment”, WALLERSTEIN (2009, p.83) o classifica como fundamental, desde que considere “as múltiplas verdades do desenvolvimento comunitário” sendo “a questão ética central corrigir os desequilíbrios entre os múltiplos poderes, seja em relação a quem “detém” o conhecimento ou a quem “controla” o financiamento”, possibilitando assim, um processo “autêntico de participação e empoderamento”. Fica evidente a necessidade de uma construção conjunta e dialógica entre técnicos e comunidade para que estes processos se efetivem.

Um processo de “empowerment” deve estar voltado à construção da autonomia e à mudança social no campo da promoção da saúde. É importante mencionar que a autonomia não se trata de uma liberdade absoluta, pois é uma potencialidade do ser humano que pondera a questão de sabermos o que fazer entre o que é dado e o que realmente queremos, ou seja, a autonomia refere-se à “capacidade dos sujeitos de lidar com a sua rede de dependências”. É um processo de “co-constituição” de maior capacidade dos sujeitos de compreenderem e agirem sobre si mesmos e sobre o contexto conforme objetivos democraticamente estabelecidos” (ONOCKO CAMPOS E CAMPOS, 2006, p. 670).

Nos processos de “empowerment” LAVERACK e LABONTE (2000), destacam que é necessária a utilização de uma abordagem do tipo *bottom-up*, pois segue a lógica de planejamento de ações a partir da identificação de questões que são relevantes para a comunidade e permitem o desenvolvimento de estratégias para resolvê-las por meio do diálogo e da negociação. Essa abordagem se contrapõe à do tipo *top-down* que segue uma lógica de cima para baixo, ou seja, é determinada pelas instituições e seu foco é a prevenção de doenças. Os autores alertam que o “empowerment” é um

conceito complexo, sendo fundamental entendê-lo para que possa ser estimulado em programas de promoção à saúde.

Pela polissemia que também envolve o conceito de “empowerment”, a avaliação torna-se complexa e deve considerar uma série de fatores. LAVERACK e WALLERSTEIN (2001, p. 181) indicam nove áreas organizacionais que influenciam o “empowerment” comunitário, são elas: participação; liderança; avaliação do problema; estrutura organizacional; mobilização de recursos; coesão comunitária; transparência (esclarecer os porquês); papel dos atores externos e gestão do programa. Considerando essas nove áreas as autoras reforçam o “empowerment” como processo e resultado, deixando claro que a avaliação se dá a médio e longo prazos. A comprovação dos resultados é mais complexa, pois exige um tempo maior de observação. No entanto, o processo pode ser verificado por meio da interação entre capacidades, habilidades e recursos nos níveis individual e coletivo durante o período de tempo de um programa, bem como pelo nível de mudança nas condições de saúde e nas estruturas interpessoais e políticas.

Considerando a relevância do “empowerment” para os processos de promoção à saúde, estimular a participação e a construção da autonomia são essenciais. Por outro lado, cabe verificar se o governo e as instituições realmente querem criar condições para que este tipo de participação e de poder aconteçam, se os conselhos gestores e outros mecanismos legais de participação têm colaborado de fato com o desenvolvimento do controle social, bem como se a população está realmente preparada e possui habilidades para colocar em prática uma participação ativa, crítica e emancipatória.

O estímulo à participação configura-se como parte do processo educativo e do “empowerment”. Assumir-se como sujeito e protagonista das mudanças

sociais é condição fundamental do processo pedagógico da participação, sobretudo no âmbito da gestão ambiental local.

### 1.5 Território e participação

Como foi visto, os processos educativos, a participação e o empoderamento são essenciais à promoção da saúde e à proteção do meio ambiente e todos envolvem indivíduos. Pessoas que vivem num determinado espaço, que têm determinados valores, que seguem e/ou têm determinada cultura, que possuem uma determinada forma de agir e interagir com o mundo e com os demais indivíduos que o cercam.

Não há processo educativo ou participativo válido e efetivo que não considere a realidade e o contexto em que o sujeito está inserido. Sob este prisma, deve-se refletir sobre a inserção do sujeito no território em que vive e a sua relação com a cultura e com o desenvolvimento deste território e por que não com o desenvolvimento do próprio sujeito?

HAESBAERT (2004), alerta que território é um termo interdisciplinar e em virtude disso envolve diferentes perspectivas. O autor identifica duas ideias centrais sobre o conceito incluindo a questão da dominação (dentro de uma visão jurídico-política) e a apropriação. Para ele, ambas abrangem relações de poder, sendo a primeira mais funcional e a segunda mais simbólica.

Segundo CORREA (1998), o território é o espaço revestido de sua dimensão política e/ ou afetiva, portanto, não se trata apenas de um lugar, mas da produção social daquele espaço.

Para SACARDO E GONÇALVES (2007, p.113), o território é “um espaço vivo e está em constante construção e reconstrução”, pois além da rede de serviços

que existe no local, equipamentos de lazer e oferta de trabalho e renda, inclui também dimensões subjetivas “que decorrem das relações estabelecidas pelos sujeitos com seu território”.

SANTOS (2003, p.96) define território como o “chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence... é a base do trabalho, das trocas materiais e espirituais e da vida”.

Dentro de uma abordagem mais clássica da geografia RAFFESTIN (1980) citado por SAQUET (2007, p.77) entende o território como um “espaço modificado pelo trabalho que revela relações de poder”, sendo o espaço o “palco pré-existente ao território”. SAQUET esclarece que esta visão de espaço é um tanto superficial, pois limita-se a “natureza-superfície”, quando na verdade é um elemento constituinte do território. Por outro lado, destaca que esta posição de Raffestin é um diferencial, à medida que enfatiza a transformação dos recursos naturais como instrumento de poder. Outro diferencial da teoria de Raffestin é a afirmação que o território é produzido por uma combinação de redes para que a sociedade construa a sua autonomia.

DEMATTEIS (2008, p.34), por sua vez, afirma que o território não é apenas uma superfície sobre a qual se projeta alguma atividade humana, mas é também o “meio e a matriz de um futuro, visando à proteção do conjunto de condições necessárias à vida”. O autor defende que para melhorar a qualidade do ambiente e a própria sociedade a ação política deve considerar a territorialidade que sob seu ponto de vista envolve relações dinâmicas entre a economia, a cultura, as instituições e o poder com os “elementos materiais e imateriais, vivos e inertes, que são próprios do território onde se habita, se vive e produz”. Considerando os diversos estudos sobre o tema, DEMATTEIS explica que a territorialidade “não é o resultado do comportamento humano sobre o território, mas sim o processo de construção de tais comportamentos” identificando assim duas abordagens distintas da territorialidade: uma passiva

que exclui os sujeitos e outra ativa que engloba ações coletivas e se baseia em estratégias de inclusão. Sob esta perspectiva, propõe um modelo de sistema local territorial (Slot) que é composto por quatro elementos fundamentais:

- A rede local de sujeitos: que envolve a rede de interações entre os atores sociais de forma individual e coletiva;
- O *milieu* local: que engloba o conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento local no contexto territorial;
- A relação de interação entre a rede local de sujeito, o milieu e os ecossistemas locais que gera os processos de transformação simbólica e material do ambiente;
- A interatividade entre as redes locais e globais.

Outra importante perspectiva sobre o território é a de SACK (1986, p.20) que o define como “resultado de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações”. Percebe-se neste conceito pela menção da palavra controle, uma característica voltada à questão do poder sobre o espaço e as pessoas. Para este autor, a territorialidade se relaciona à forma como as pessoas “usam a terra, organizam o espaço e como dão significados ao lugar”, assim, envolve segundo este autor a definição da área, a comunicação e o controle social.

Para LITTLE (2002) a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Quando este processo ocorre significa que o sujeito se apropriou, ou seja, territorializou o espaço. Ao se apropriar, o sujeito se sente pertencente àquele território.

Apesar dos diversos olhares sobre a questão do território, o processo de produção social no espaço está inerente a todas as definições apresentadas. Em relação à questão do território e da territorialidade no campo da saúde,

MONKEN et al. (2008) diz que nos últimos anos está ocorrendo um interesse maior na aproximação entre alguns conceitos da área de geografia e da saúde, sobretudo, no Brasil. Os autores exemplificam como origem desta aproximação a abordagem ecológica das doenças utilizada em epidemiologia em meados do século XX, mas tendo em vista a teoria da multicausalidade, tal abordagem foi superada. Por volta da década de 1970 com o surgimento da Epidemiologia Social a questão do espaço geográfico passou a ser considerado de forma mais ampla, incluindo as relações sociais nos estudos de situação de saúde. MONKEN et al (2008) ressaltam que:

“a adoção do espaço geográfico (e não do espaço simplesmente) na saúde pública vem ao encontro de um desejo de transformação social e de demonstração dos efeitos deletérios das desigualdades sociais na saúde das populações, numa espécie de reação às concepções da epidemiologia clássica.”

Os autores afirmam que apesar desse avanço, o interesse pelo território na saúde é recente e é oriundo de um processo histórico que impulsionou essa relação entre a saúde coletiva e a geografia, tendo a Reforma Sanitária Brasileira e a implantação do Sistema Único de Saúde papéis fundamentais, uma vez que geraram uma discussão sobre o funcionamento dos serviços sob o ponto de vista de sua base territorial.

BARCELLOS (2008) destaca a importância de todo o histórico do entendimento do processo saúde-doença nos espaços geográficos, mas afirma que o trabalho da saúde considerando estes espaços, ou seja, a interação dos grupos sociais, sua cultura, suas relações com o ambiente em que vivem e modos de vida ainda é um desafio, porém fundamental para compreender os processos que os tornam vulneráveis.

Considerando as definições e observações acima, percebe-se que a territorialidade pode influenciar diretamente no cuidado que os sujeitos têm com o espaço em que vivem. O cenário de estudo da presente pesquisa está

localizado em uma das áreas de proteção ambiental do município de Santo André, a Vila histórica de Paranapiacaba. O local é considerado patrimônio cultural e ambiental e as formas de participação da comunidade nas decisões e gestão local estão vinculadas diretamente às experiências de vida de cada indivíduo e à territorialidade, ou seja, a forma pela qual as dimensões objetivas (características gerais do local, serviços públicos prestados, oportunidades de trabalho e renda, etc) se relacionam com as dimensões subjetivas (aspirações, afetividade, a relação com as demais pessoas da comunidade etc) e a experiência de vida de cada membro.

Conforme Sacardo e Gonçalves (2007, p. 126):

“uma política verdadeiramente emanada do território, é rica de um processo de participação dos indivíduos e grupos sociais, que se sentem identificados e próprios gestores, tomadores de decisão de seus destinos, co-partícipes desde a formulação, implementação e avaliação de processos e resultados, garantindo uma governança que possibilite a sustentabilidade de suas políticas, voltadas à melhoria da qualidade e vida de seus territórios”.

Enfim, a territorialidade, assim como a proteção ao meio ambiente e a promoção à saúde não dependem apenas dos sujeitos em si e suas habilidades participativas, mas também de políticas públicas transparentes e efetivas que valorizem a participação social.

## 1.6 Desenvolvimento local e saúde

Tendo em vista que o cenário de estudo da presente pesquisa além de patrimônio histórico é um lugar turístico, a forma pela qual a comunidade está inserida no desenvolvimento local também interfere diretamente na territorialidade e conseqüentemente na proteção da área, logo, na saúde ambiental e humana.

Para relacionar desenvolvimento e saúde é preciso mencionar os determinantes sociais da saúde, que por sua vez, incluem as condições socioeconômicas, culturais e ambientais de uma sociedade, as condições de vida e trabalho de seus membros, como habitação, saneamento, ambiente de trabalho, serviços de saúde e educação, incluindo também as relações sociais e comunitárias.

Segundo AKERMAN (2005 e 2008), muitos estudos relatam o vínculo entre o desenvolvimento econômico-social e a saúde, mas apenas nas últimas décadas se intensificaram os debates sobre o assunto. O autor afirma que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu em 2000 uma Comissão sobre a Macroeconomia e a Saúde (CMS), composta por economistas de renome e peritos de saúde pública, para estudar as ligações entre um maior investimento na saúde, o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza. E destaca que quatro anos depois foi criada a Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (CDSS), na qual se reafirmou a inter-relação saúde-desenvolvimento e o primeiro documento elaborado por este grupo criticou o informe prévio da OMS produzido pela Comissão de Macroeconomia e Saúde que tratou o assunto de forma utilitarista, ou seja, a saúde como recurso para o desenvolvimento econômico.

Relembrando os Objetivos do Milênio (ODM) estabelecidos no ano 2000, a visão de desenvolvimento discutida e estimulada é a que vai além do

crescimento econômico e que privilegia a saúde, a educação e a conservação do meio ambiente como base para o desenvolvimento. De acordo com a Organização Panamericana da Saúde (OPS, 2012), o trabalho para alcançar os ODM permitiu reconhecer de novo o papel dos determinantes sociais da saúde, em especial para os grupos mais vulneráveis e que o propósito da criação da Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde era realizar uma análise minuciosa do impacto das condições socioeconômicas sobre a saúde da população, enfatizando as consequências das desigualdades, da pobreza e da exploração de alguns grupos populacionais para a saúde e a partir disso, propor ações para mitigar a situação encontrada.

Ao falar sobre desenvolvimento, considerando as diversas dimensões que esta palavra pode assumir de acordo com os adjetivos que a acompanha, AKERMAN (2008, p.45) lembra o quão complexa é a conexão entre desenvolvimento e saúde, ressaltando a importância de se refletir sobre “sua direção, intenção, foco e atores beneficiados”.

Diversos autores (SACHS, 2005, AKERMAN, 2008, VEIGA, 2008) citam a utilização errônea do termo desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. VEIGA (2008, p.56) explica que o crescimento é um fator importante para o desenvolvimento, mas “não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa”, portanto estão intrinsecamente ligados, mas não têm o mesmo sentido. Quanto ao aspecto qualitativo do desenvolvimento, DALLABRIDA (2006, p.88) classifica como imaterial e o relaciona à “capacidade coletiva para realizar ações de interesse societário”.

Sob a perspectiva dos ODM, o tipo de desenvolvimento que vem ao encontro de suas diretrizes é o sustentável, uma vez que prima pela conjugação das questões sociais, econômicas e ambientais, de modo que satisfaça as necessidades das gerações atuais sem comprometer as gerações

futuras. SACHS (2005, p. 214) defende que esta definição ainda deveria ser desdobrada em “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo”. Diante da complexidade de nossa sociedade o equilíbrio que se busca entre os pilares deste tipo de desenvolvimento, acaba sendo uma utopia.

Para LEFF (2001):

“as características de utopia presentes na ideia de desenvolvimento sustentado, se movimentam em parâmetros de racionalidade próximos, senão idênticos, aos do projeto iluminista: manipulação do futuro; suspensão de conflitos e correção de deficiências através da implementação de uma solução ótima; apelo à possibilidade de estabelecer uma etapa mais avançada do que a anterior, se determinado modelo for estabelecido e seguido; conceber a humanidade como um só e com o mesmo destino universal (organizando-a sob um mesmo eixo temporal como ocorre com a ideia de progresso – destino, aqui, sendo uma categoria fundamental de futuro comum); recuperação de uma noção de totalidade centralizada na relação homem/ natureza e na construção de uma visão holística da realidade; manutenção do planejamento como requisito fundamental, já que desenvolvimento sustentável requer uma nova e complexa síntese de planejamento nacional adequada às novas tecnologias e contratos sociais” (p. 282).

A “manipulação do futuro” mencionada por LEFF é uma das características que denotam o paradoxo entre o desenvolvimento sustentável e a imprevisibilidade considerando o contexto complexo em que vivemos. Dessa forma, este tipo de desenvolvimento demanda uma abordagem de longo prazo em que devem ser consideradas novas incertezas, “incluindo as preferências das gerações futuras e do mundo onde elas se formarão” (SCHUSSEL, 2004, p.63).

Considerando o objeto de estudo desta pesquisa e o processo de desenvolvimento em uma escala geográfica territorial, é necessário refletir sobre o desenvolvimento local. VÁZQUEZ-BARQUERO (2009) afirma que a política de desenvolvimento local surgiu e se desenvolveu na década de 1990,

nos países emergentes e de desenvolvimento tardio da América Latina como uma forma das comunidades e territórios responderem aos desafios apresentados diante da pobreza e do aumento das competências dos mercados nacionais e internacionais visando ao crescimento da produtividade, equidade, coesão social e conservação dos recursos naturais e culturais sob um enfoque territorial.

Mas como pensar em desenvolvimento local diante da globalização? Esta é uma questão que AROCENA (2001) fundamenta a partir de três ideias distintas: sobreposição do global sobre o local; o desenvolvimento local como uma forma de remediar os males da globalização e a compreensão da relação local-global dentro da complexidade social. O autor explica que o global é determinante na sociedade, mas ao mesmo tempo em que une, separa e produz certa “desterritorialização”, fragmentação e exclusão e a escala local colabora com a minimização de tais problemas na construção de uma sociedade mais justa e democrática, portanto, o desenvolvimento local deve necessariamente estar articulado aos processos de globalização e ser entendido dentro de sua complexidade. GALLICHIO (2002, p.78) ratifica esta ideia ao afirmar que:

“Não se pode analisar um processo de desenvolvimento local sem se referir à sociedade global em que está inscrito. O global está presente em cada processo de desenvolvimento. Mas, o global, a análise das grandes determinações sistêmicas e estruturais, não esgota o conhecimento da realidade. Portanto, no nível local se encontram aspectos que são específicos e que não são o simples efeito da reprodução das determinações globais.”

Além dos aspectos citados acima, falar sobre desenvolvimento local não se trata apenas de dar uma ênfase à questão espacial, ou seja, “o desenvolvimento local não é “mais local” quando a referência é um bairro ou um pequeno município. O “tamanho do lugar” é decorrência de acúmulos e de

densidades sociais que o constroem como referência, o que não caberia em qualquer escala prefixada”. Portanto, o local não é algo dado, mas sim fruto de uma construção social, “na qual a população se constitui em sujeito ativo que desenha o território” (SILVEIRA, 2010, p. 45 e 49).

Segundo GALLICHIO e WINCHESTER (2003, p.18), considerando a multidimensionalidade do desenvolvimento local, o mesmo deve considerar quatro dimensões básicas:

- Econômica: relacionada à criação, acumulação e distribuição de riqueza;
- Social e cultural: referente à qualidade de vida, equidade e integração social.
- Ambiental: envolve os recursos naturais e a sustentabilidade a médio e longo prazo.
- Política: vinculada à governabilidade do território e a definição de um projeto coletivo específico, autônomo e sustentado pelos próprios atores locais.

BUARQUE (2004, p.25) compartilha desta caracterização de desenvolvimento local ao defini-lo como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Para o autor, este tipo de desenvolvimento deve considerar as potencialidades locais, colaborar com a elevação das oportunidades sociais e a economia local assegurando a conservação ambiental. Nestas conceituações há dois aspectos importantes: a ideia de sustentabilidade e a característica endógena do processo.

Quanto à tríade social-econômico-ambiental, essa ideia vai ao encontro das premissas do método de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS) um modelo que foi desenvolvido a partir da Agenda 21 Global,

documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. De acordo com a Agenda 21, o desenvolvimento sustentável deve envolver a participação de diversos atores sociais na execução de ações integradas em nível local. As primeiras iniciativas surgiram no final da década de 1990, como parte da parceria entre o Programa do Governo Federal Comunidade Ativa e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Além do desenvolvimento econômico a metodologia visava à construção de capital humano e capital social.

O capital humano refere-se ao conjunto de conhecimentos e habilidades que uma pessoa possui e o capital social às formas de organização social que facilitem a cooperação para benefício mútuo. Ambos envolvem o desenvolvimento de habilidades e o reforço à ação comunitária, princípios básicos da promoção da saúde.

A característica endógena do desenvolvimento local define que o processo deve se dar de dentro para fora e de baixo para cima, pois como afirma BOISIER (2004) a endogeneidade deve ser entendida como uma crescente capacidade territorial para optar por estilos de desenvolvimento próprios capazes de modificar qualitativamente seu funcionamento. Sob este prisma, o autor enfatiza que a endogeneidade só é possível no contexto de uma cultura produtora de identidade territorial.

Para diversos autores (AROCENA 2001, BOISIER, 2004, VÁZQUEZ-BARQUERO, 2009), um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento local é a capacidade de constituição dos atores locais, isto é, para que se obtenham resultados positivos é imprescindível que a população tenha uma participação ativa nesse processo, daí a importância de investir em capital humano e capital social.

Referindo às várias abordagens de estudos para verificação em que medida os determinantes sociais da saúde (DSS) impactam as iniquidades em saúde, BUSS e FILHO (2007, p.82) mencionam que tem sido verificado um “desgaste do chamado “capital social”, ou seja, das relações de solidariedade e confiança entre pessoas e grupos, como um importante mecanismo por meio do qual as iniquidades de renda impactam negativamente a situação de saúde”. Os autores alertam que não são as sociedades mais ricas que possuem os mais altos níveis de saúde, mas sim as que são mais equitativas e possuem coesão social.

Pelo exposto, depreende-se que a saúde tem impacto sobre o desenvolvimento socioeconômico, assim como as condições sociais, econômicas, políticas e a interação social refletem-se na saúde. Nesse contexto, para que o desenvolvimento local colabore efetivamente para a promoção da saúde, os processos educativos, a participação, a territorialidade, a formação de capital social e o empoderamento devem estar conjugados e vinculados a políticas públicas inclusivas e intersetoriais.

## 1.7 Cenário de estudo da pesquisa

### 1.7.1 Características gerais do município de Santo André e da área de estudo

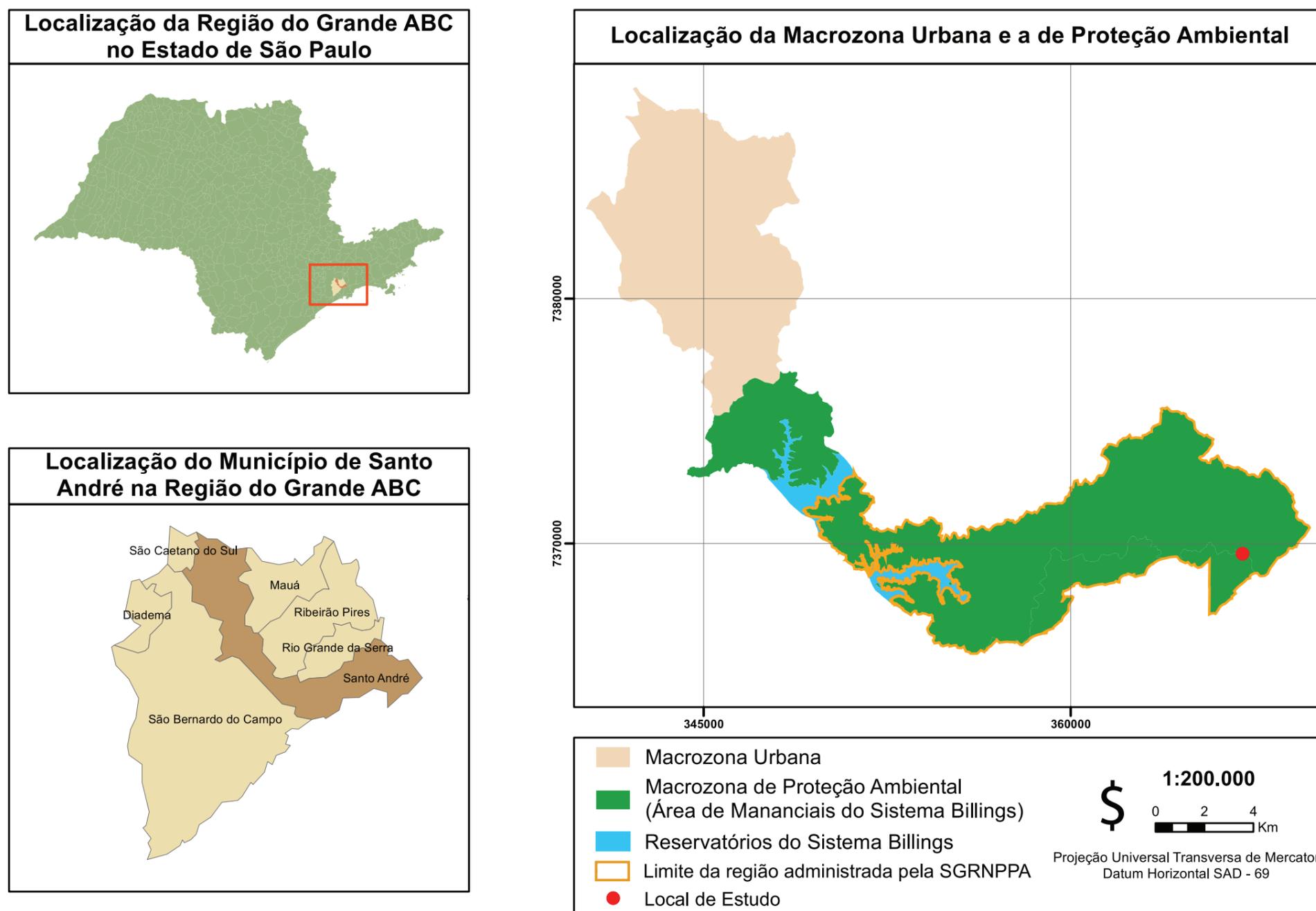
Santo André localiza-se na porção sudeste da região metropolitana de São Paulo e faz parte da região do Grande ABC (Figura 1).

O município possui um território com 175 km<sup>2</sup> de área, tem uma população de 673.396 habitantes (IBGE, 2009) e abrange três bacias hidrográficas (Figura 2):

- a. a bacia do Rio Tamanduateí que corresponde em torno de 38% do território, onde se encontra a área mais densamente urbanizada e as principais atividades econômicas do município;
- b. a bacia da Represa Billings, ou mais propriamente, das sub-bacias dos Rios Grande e Pequeno que corresponde a 55% do território municipal, com alguns núcleos localizados de ocupação urbana;
- c. a bacia do Rio Mogi, na vertente marítima da Serra do Mar que corresponde a 7% do território do município.

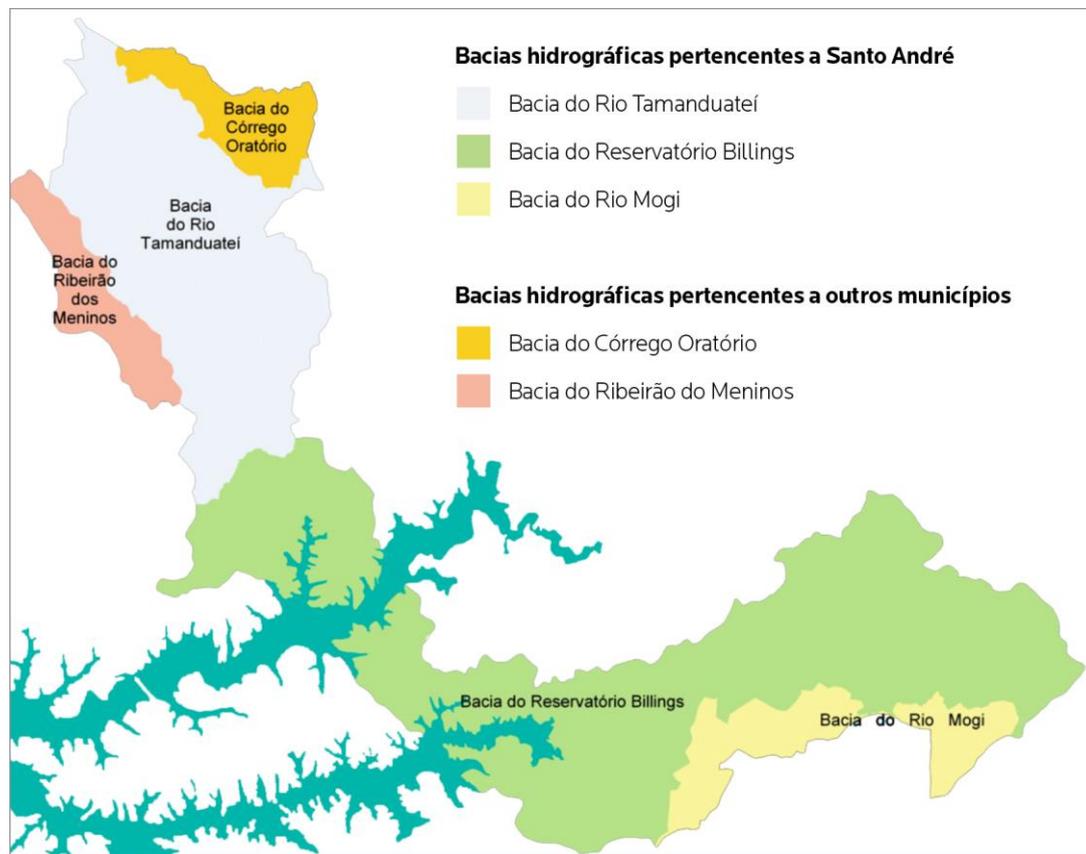
Em função da importância ambiental, a área da Bacia Billings encontra-se sob uma legislação especial, a Lei de Proteção das Bacias Hidrográficas dos Mananciais de Interesse Regional do Estado de São Paulo, de 28 de novembro de 1997, visando proteger a qualidade da água da Represa Billings, responsável pelo abastecimento do Grande ABC e de parte da Região Metropolitana de São Paulo.

Figura 1 – Localização do município de Santo André e da área de estudo na Região Metropolitana de São Paulo e na região do Grande ABC



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André - Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, 2013

Figura 2 – Divisão das bacias hidrográficas no município de Santo André



Fonte: PMSA, 2008

O município de Santo André possui 55% do seu território em área de proteção aos mananciais, com um total de 15.913 habitantes nestas áreas. Grande parcela dessa população ocupa áreas de risco, como encostas de topos de morro e áreas críticas, como nascentes e margens da represa. Na região de Paranapiacaba e Parque Andreense a população é de 6.029 habitantes (PMSA, 2011).

A ocupação irregular das áreas de mananciais de Santo André tem implicado em vários impactos locais e regionais. Os impactos locais mais freqüentes são movimentos e remoções de terra; destruição e substituição da vegetação nativa; assoreamento de córregos; contaminação do solo, das nascentes, de águas subterrâneas e superficiais pelo despejo de esgoto e

deposição inadequada de resíduos sólidos. Os problemas regionais são representados pela contaminação e poluição das águas da represa Billings, captadas para o abastecimento da população, representando riscos à saúde humana e ambiental.

As questões ambientais ligadas ao saneamento configuram-se num problema de primeira ordem, em virtude do comprometimento da salubridade humana e ambiental. A instalação de sistemas de abastecimento e tratamento de água e rede coletora de esgoto nas comunidades mais adensadas das áreas de proteção aos mananciais representa sob uma determinada ótica, um estímulo à ocupação, o que poderia comprometer ainda mais a conservação dessas áreas.

A fim de minimizar os problemas decorrentes da ocupação desordenada nas áreas de mananciais do município, em 2001 houve a descentralização da administração dessas áreas ficando sob responsabilidade do Serviço Municipal de Saneamento de Santo André (SEMASA) a administração da porção leste destas áreas. No mesmo ano, foi criada a Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, responsável pela administração de 87 km<sup>2</sup> das áreas de mananciais do município de Santo André. Em 2008, esta unidade administrativa passou a se chamar Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, mantendo as mesmas funções (Anexo 3).

Figura 3 – Área de atuação da Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense (SGRNPPA)



Fonte: PMSA. Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, 2013.

As principais responsabilidades da Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense são o provimento de serviços públicos à população da região e o desenvolvimento de políticas públicas de manutenção e de conservação e preservação do patrimônio natural, humano e histórico da região de Paranapiacaba e Parque Andreense.

As ações desenvolvidas na região buscam a sustentabilidade local por meio da integração entre o poder público, os moradores, as entidades da sociedade civil e o ambiente natural.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Santo André - PMSA (2006), com a descentralização administrativa houve uma solidificação do poder público na região, com ações de prestação de serviços públicos; de estímulo ao

uso e à ocupação do solo de forma ambientalmente sustentável; de geração de trabalho e renda; de controle ambiental, entre outras providências.

Ao contrário dos loteamentos localizados nas áreas de mananciais do município mais próximas à macrozona urbana, a região de Paranapiacaba e Parque Andreense sofreu uma pressão por urbanização diferenciada e em menor escala em função de três aspectos: isolamento geográfico causado pela ruptura física do território municipal, imposta pela presença da Represa Billings, pela distância da área urbana central e também em função da legislação ambiental e de uso e ocupação do solo mais restritiva. A região caracteriza-se pela baixa densidade populacional, grandes propriedades sem uso ou ocupação e a presença de uma grande área industrial da empresa Solvay-Indupa do Brasil SA, do setor químico.

Atualmente, no território andreense localizado nas áreas de mananciais administradas pela Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense (SGRNPPA), a expansão da ocupação está sob controle, em virtude das ações de fiscalização, licenciamento e educação ambiental realizadas pelo poder público, porém ainda verifica-se a ocorrência de impactos negativos associados direta e indiretamente às ações humanas na região. Os loteamentos da região possuem características semelhantes, porém também apresentam peculiaridades que demandam ações específicas principalmente com a comunidade residente no local.

Entre as áreas com características diferenciadas, destaca-se a Vila de Paranapiacaba (figura 4).

Figura 4 – Foto Aérea da Vila de Paranapiacaba



Fonte: Foto disponibilizada pela Gerência de Projetos da SGRNPPA, 2010.

#### 1.7.1.1 Paranapiacaba e sua história

O surgimento da Vila de Paranapiacaba está ligado à história do desenvolvimento econômico de São Paulo (início do século XIX). Devido à necessidade de aumentar a produção cafeeira para exportação à Europa e aos EUA, o café se “expandiu” pela região do Oeste Paulista, no interior do Estado. A região era ideal para o plantio, mas a distância do Porto de Santos fazia com que o escoamento da produção fosse lento, além disso, o transporte era feito no lombo de burros e mulas.

Fazia-se urgente, então, dar maior velocidade ao escoamento de café, em particular na transposição das escarpas da Serra do Mar. Coube à Inglaterra, maior interessada no movimento de importação e exportação brasileira, a iniciativa de melhorar o transporte (PMSA, 1991).

A partir de 1850, João Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, empenhou-se na construção de uma ferrovia. Em 1860, as obras foram iniciadas e da Inglaterra vieram a tecnologia da máquina a vapor, pessoal operacional, técnico, administrativo, o material e o capital necessários para dar início a uma grande obra de engenharia que se propunha a vencer as dificuldades de uma serra íngreme e perigosa. Para vencer as escarpas da serra, adotou-se um sistema conhecido por funicular, muito utilizado nas minas de carvão do norte da Inglaterra, onde 4 máquinas fixas tracionavam e movimentavam cabos de aço de duas pontas, os “*tail-end*”, que eram presos nos “serra-breques” para realizar o movimento de subida pelos planos inclinados da serra.

Com a inauguração da ferrovia (São Paulo Railway), em 1867, foi necessário fixar parte dos operários no local para cuidar da manutenção do sistema ferroviário. Assim, foi construída a Estação Alto da Serra, último ponto antes da descida da serra.

Com o novo sistema de transporte, a produção de café e sua comercialização aumentavam cada vez mais, daí houve a necessidade de duplicar a ferrovia. A duplicação teve início em 1896. De acampamento, a vila tornou-se moradia fixa de operários e do engenheiro-chefe. Este passou a morar no alto de uma colina, numa construção conhecida como “Castelinho” de onde podia se observar e controlar todo o movimento, enquanto para os operários foram sendo construídas diversas moradias ao estilo inglês (MARTINS, 2003).

Paranapiacaba teve seu crescimento marcado pela existência de dois núcleos urbanos, bastante diferenciados entre si:

- a) Parte Baixa – Vila Velha: contava com toda infraestrutura e obras de saneamento modernas, em uso na Europa. Foi o primeiro núcleo de

ocupação, sendo originalmente o acampamento operário denominado Vila Velha (Figura 5). Com a construção do segundo sistema funicular, em 1896, esse núcleo foi se expandindo, mas de forma mais rígida e planejada, levando à implantação da Vila Nova ou Vila Martin Smith (Figura 6). As casas em estilo inglês, feitas de madeira, telhados inclinados com chaminés, eram propriedade da empresa, mas concedidas para a moradia de funcionários ligados à atividade ferroviária.

Figura 5 – Vista Aérea da Vila Velha



Fonte: Foto disponibilizada pela Gerência de Projetos da SGRNPPA, 2010.

Figura 6 – Vista Aérea da Vila Nova



Fonte: Foto disponibilizada pela Gerência de Projetos da SGRNPPA, 2010.

- b) Parte Alta – Morro ou Vila dos Aposentados (Figura 7), o outro lado da estrada de ferro, foi sendo ocupada já em 1860 por comerciantes atraídos pelo crescimento da região em função da atividade ferroviária, logo depois, por funcionários aposentados, que apegados à Vila, não quiseram abandoná-la.

Figura 7 – Vista Aérea da Parte Alta da Vila



Fonte: Foto disponibilizada pela Gerência de Projetos da SGRNPPA, 2010.

Essa ocupação do morro teve uma característica urbana diferente da Vila Inglesa, marcada pela ocupação, sobretudo de imigrantes portugueses. As casas, de uso comercial e residência, ocupavam as ruas estreitas crescendo de forma desordenada e sem planejamento. A Parte Alta não se beneficiava da infraestrutura da Parte Baixa, pois não estava sob a administração dos ingleses, faltando, no início, condições mínimas de higiene e saneamento (PMSA, 1991).

Em 1946, a São Paulo Railway Co. foi encampada e todo seu patrimônio foi incorporado ao da União. Posteriormente, em 1956, passou a ser administrado pela Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Terminou então, a presença inglesa na vida de Paranapiacaba, fato que ficou marcado na memória dos antigos ferroviários como o início da deterioração da vila.

Em 1987, a Vila de Paranapiacaba foi tombada como patrimônio histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico,

Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). O Sistema Funicular, o conjunto arquitetônico e o conjunto ferroviário que fizeram a vila surgir e se desenvolver, constituem um exemplar único no mundo, sendo de interesse local e mundial sua conservação, pois representa uma tecnologia de engenharia mecânica bastante avançada para o período em que foi construído.

Em junho de 2001, foi feita a proposta de compra de Paranapiacaba pela Prefeitura Municipal de Santo André - PMSA. Esta proposta ocorreu na ocasião em que a Rede Ferroviária passava por processo de liquidação – tinha de vender cerca de 30 mil imóveis para o pagamento de dívidas; boa parte delas de origem trabalhista. E a Vila, entre outros terrenos e imóveis históricos, constava da lista de bens a serem vendidos.

Em janeiro de 2002, a Vila foi comprada da Rede Ferroviária - RFFSA pela Prefeitura de Santo André. Em relação a este ato, MORETTO NETO (2005, p.14) afirma:

“A Administração Municipal não assumiu apenas uma propriedade composta por vários imóveis em alto estado de degradação, junto assumiu a responsabilidade pelos habitantes que neles residem, uma população cujo diagnóstico social se assemelhava a situação física dos imóveis: abandonada, sem perspectivas e desagregada.”

No trecho acima fica explícita a intrínseca relação entre ambiente e comunidade, ou seja, o poder público não assumira apenas o patrimônio histórico e ambiental, mas também o patrimônio humano do território, cumprindo assim o seu papel.

Segundo a Prefeitura Municipal de Santo André - PMSA (2008), a Vila de Paranapiacaba abriga 0,2% da população total do município de Santo André, com 1.418 habitantes. Dos moradores, 50,5% são homens e 49,5% são mulheres.

### 1.7.1.2 Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba

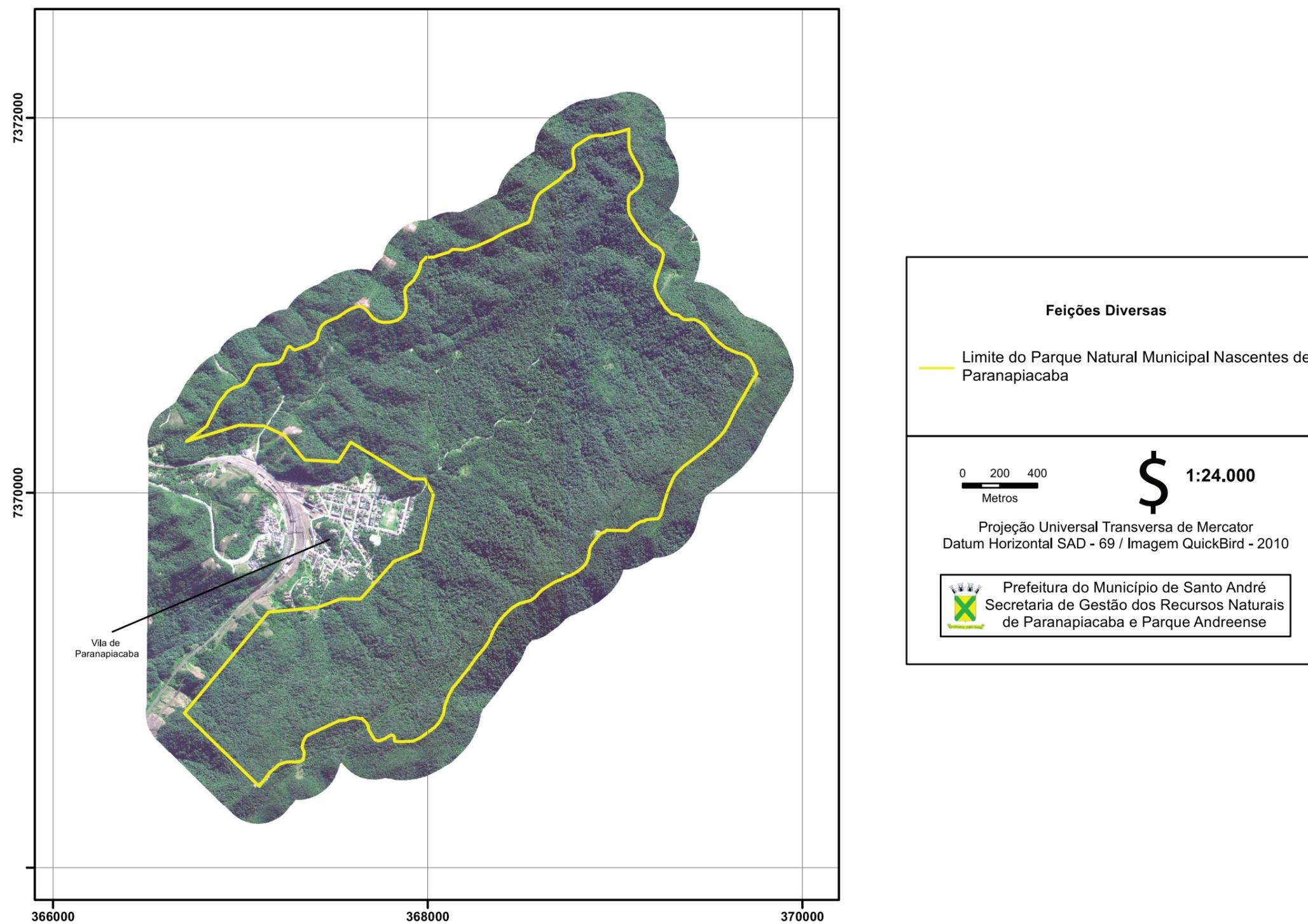
É relevante destacar que além da parte baixa da Vila, o poder público também adquiriu a área verde de entorno com 4.261.179,10 m<sup>2</sup>, onde em 2003 foi criado o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba – PNMNP (Figura 8). A área possui um grande número de nascentes de fundamental importância para o abastecimento de água da população da Região Metropolitana de São Paulo.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) regulamentado pela lei nº 9.985/2000, o PNMNP se caracteriza como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, entendido como:

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (BRASIL, art. 7 § 1º, 2000).

Antes da criação do Parque, era comum a prática do turismo predatório que causava impactos consideráveis na área como a abertura e/ou ampliação de clareiras para montagem de barracas; focos de incêndio por fogueiras feitas por campistas; danos à vegetação nas trilhas usadas como acesso para acampamentos; uso de vegetação nativa para armação de barracas, suportes diversos e forração do solo no entorno das barracas, poluição de cursos e quedas d'água, execução de barragens em córregos utilizados para a captação e abastecimento público de água; perseguição, caça e afugentamento de animais silvestres, entre outros.

Figura 8 – Área de Abrangência do PNMNP (foto aérea)



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André - Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, 2013

Com a criação do Parque e a implantação de sua estrutura, as práticas e impactos negativos, acima descritos, foram mitigados por meio de constante fiscalização, contando também com ações de educação ambiental que ampliaram a sensibilização da população, que atualmente está se apropriando destes locais e ajudando na sua conservação (PMSA, 2008).

A Unidade de Conservação (UC) é controlada com vigilância e portaria nas principais entradas e as visitas são conduzidas por monitores ambientais. Os usos permitidos se restringem ao ecoturismo (visitação de trilhas, arborismo), pesquisa científica (mediante autorização da chefia da UC) e atividades de educação ambiental. As atividades desenvolvidas se limitam àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a Unidade objetiva proteger.

Transformar a área de patrimônio natural em uma UC, segundo critérios do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, proporcionou à gestão pública municipal e à comunidade local criar instrumentos para garantir a proteção da natureza e potencializar o desenvolvimento sustentável da Vila de Paranapiacaba, além de garantir a conservação da rica biodiversidade local.

É importante citar que o Parque Natural - PNMNP é um importante atrativo turístico da região e possui um regulamento próprio para ordenar o uso da área. Como um dos critérios adotados pode-se citar a restrição de que qualquer visitação só seja realizada com o acompanhamento de monitor ambiental credenciado pela Prefeitura (PMSA, 2008).

Em 2012, foram concluídos os estudos que subsidiaram a elaboração do Plano de Manejo Participativo do Parque, documento técnico mediante o qual foram definidas as normas de uso da Unidade de Conservação, a partir de seu zoneamento para os próximos cinco anos.

A Vila de Paranapiacaba foi escolhida como cenário desta pesquisa em virtude do grande envolvimento de seus moradores no desenvolvimento local. Além disso, a partir da análise das atas das reuniões do Conselho de Representantes da região e dos grupos de trabalho/comissões desta instância participativa, durante o período de 2006 a 2008, percebeu-se que os moradores da Vila apresentavam maior frequência e colaboração com o grupo comparado a outros membros da comunidade de outros loteamentos, estendendo as suas sugestões e críticas inclusive à realização de atividades práticas em parceria com o poder público no local e em que moravam.

## **2. OBJETIVOS**

---

## 2. OBJETIVOS

Por tudo que foi descrito anteriormente, decidiu-se realizar uma pesquisa com os objetivos expressos a seguir:

### 2.1 Objetivo Geral:

Identificar e analisar a inserção dos moradores da Vila de Paranapiacaba no território em que vivem e como isso se reflete na promoção de sua saúde.

### 2.2 Objetivos Específicos:

- a) Identificar e analisar as principais mudanças físicas e de envolvimento comunitário na gestão da Vila de Paranapiacaba.
- b) Identificar as ações educativas que têm sido realizadas na área de estudo.
- c) Investigar as percepções da comunidade da Vila de Paranapiacaba acerca do local em que mora, sua relação com o território e as formas pelas quais tem participado da gestão da área.
- d) Verificar em que medida essas ações realizadas são ou não promotoras da saúde e voltadas para a proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento local.

## **3. METODOLOGIA**

A thin vertical black line is positioned to the right of the section header, extending from the top of the header text down to the bottom of the page.

### 3. METODOLOGIA

Considerando a natureza do presente estudo, adotou-se na pesquisa uma abordagem metodológica quali-quantitativa, sendo que o levantamento de dados quantitativos limitou-se à caracterização dos entrevistados.

Conforme MINAYO E SANCHES (1993), a abordagem qualitativa possibilita uma aproximação entre o sujeito e o objeto. Além disso, deve ser utilizada no estudo de fenômenos específicos. Esta afirmação é ratificada por NOGUEIRA-MARTINS E BÓGUS (2004), quando citam que a pesquisa qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda, o foco de sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, buscando mais a compreensão do que a explicação dos fenômenos estudados.

Esta abordagem privilegia o entendimento dos processos pelos quais as pessoas constroem significados, ou seja, envolve o conhecimento sobre as suas vivências e as representações que têm de suas experiências cotidianas, portanto, é dinâmica e considera as percepções, crenças e valores dos atores envolvidos no estudo. Os significados sob a perspectiva citada “tem função estruturante em torno do que as coisas significam, as pessoas organizarão de certo modo suas vidas, incluindo seus próprios cuidados com a saúde” (TURATO, 2005, p.509).

POPE e MAYS (2009) afirmam que uma das características essenciais da pesquisa qualitativa é o fato das pessoas participarem dos estudos no ambiente em que vivem considerando as interações com outros atores sociais e o contexto em que estão inseridas.

Esta informação é ratificada por FERNANDEZ e SACARDO (2008) ao citarem que neste tipo de pesquisa o objeto de estudo é compreendido mediante sua realidade complexa e contexto histórico. Segundo os autores,

neste caso, o “conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento”(p.39) e a linguagem se configura como um elemento essencial que subsidia o entendimento dos significados que o sujeito atribui a esta realidade. Neste sentido, todos “os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a freqüência e a interrupção, a fala e o silêncio” (p.41).

Outro aspecto relevante da pesquisa qualitativa se refere à sua natureza empírica e à possibilidade de “desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupo particulares” (MINAYO, 2010, p. 57). Ao explicar as diversas influências teóricas sobre a pesquisa qualitativa em saúde, MINAYO (2010) menciona que este tipo de abordagem visa a compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores e pode envolver estudos sobre os valores culturais e representações sobre sua história e/ou temas distintos, relações entre indivíduos, instituições ou movimentos e ainda processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas.

A autora ainda afirma que as questões que envolvem estes fatores são mais bem respondidas pela Sociologia Compreensiva, pois neste caso é considerada a realidade humana vivida socialmente, na qual o significado atribuído pelos sujeitos tem papel central. A autora expõe que há diferentes métodos possíveis para realização de estudos sob tal perspectiva, sendo comuns em todos eles, as seguintes características:

- “a) seu foco é a experiência vivencial e o reconhecimento de que as realidades humanas são complexas;
- b) o contato com as pessoas se realiza nos seus próprios contextos sociais;
- c) a relação entre o investigador e os sujeitos investigados enfatiza o encontro intersubjetivo, face a face e a empatia entre ambos;
- d) os textos provenientes de análises compreensivas apresentam a realidade de forma dinâmica e evidenciam o ponto de vista dos vários

atores ante um projeto social sempre em construção e em projeção para o futuro” (p.100).

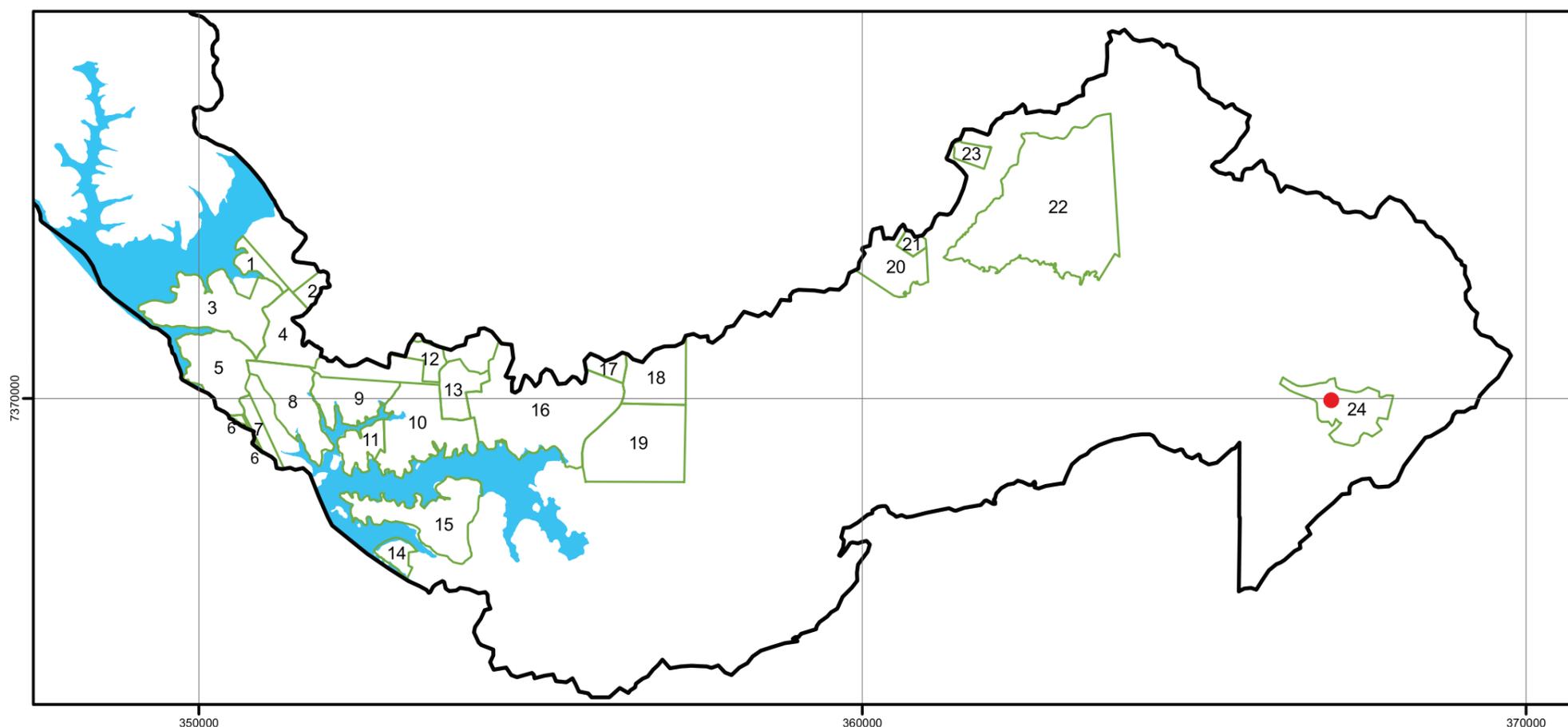
A pesquisa qualitativa construída sob as bases da Sociologia Compreensiva, não se preocupa com processos de quantificação, porém para que não haja reducionismos é fundamental que estes tipos de estudo estejam devidamente contextualizados, histórica, cultural e politicamente (MINAYO, 2010).

### 3.1 Os sujeitos da pesquisa

A população de estudo foi composta por adultos de ambos os sexos residentes na Vila de Paranapiacaba (Figura 9).

De acordo com o breve levantamento histórico realizado sobre a Vila de Paranapiacaba realizado, percebeu-se que houve dois momentos distintos que durante a pesquisa de campo foram considerados: o período anterior e posterior à compra da Vila pela Prefeitura de Santo André, tornando-se, portanto importante saber: como era a Vila? O que mudou? Se mudou, como a comunidade e o poder público contribuíram para isso? Para os que moravam há pouco tempo no local, como vinham participando das ações? Como estes fatores colaboraram ou não com a promoção da saúde local? As ações realizadas foram promotoras da saúde e voltadas para a proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento local?

**Figura 9 - Distribuição de loteamentos na região de Paranapiacaba e Pq. Andreense e área de estudo (loteamento 24)**



Loteamentos			Feições	\$ <b>1:85.000</b> 0 1 2 Km Projeção Universal Transversa de Mercator Datum Horizontal SAD - 69
01 - Parque Represa Billings 2 02 - Chácaras Engenho da Serra 03 - Jardim Club de Campo 04 - Sítio Taquaral 05 - Parque Represa Billings 3 06 - Colônia dos Pescadores 07 - Parque Billings 08 - Acampamento Anchieta Bloco A 09 - Acampamento Anchieta Bloco B	10 - Acampamento Anchieta Bloco C 11 - Acampamento Anchieta Bloco D 12 - Jardim Alteza 13 - Jardim Guaripocaba 14 - Jardim das Garças 15 - Parque das Garças 16 - Parque Rio Grande 17 - Parque América Gleba A 18 - Parque América Gleba B	19 - Parque America Gleba C 20 - Estância Rio Grande 21 - Jardim Silvia 22 - Jardim Joaquim Eugênio de Lima 23 - Chácaras Carreira 24 - Paranapiacaba	Loteamentos Reservatórios do Sistema Billings Local de estudo	

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo André - Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, 2013

Para responder a estas questões de fundo foi relevante recrutar as pessoas da comunidade de acordo com o tempo que residiam no local e a participação das mesmas nas questões relacionadas à gestão da Vila, seja nas instâncias participativas, e/ou como empreendedoras ou integrantes de associações de moradores ou outros grupos existentes. Desta forma, os critérios para escolha dos sujeitos de pesquisa foram:

- Tempo de residência na Vila de Paranapiacaba – a pesquisa foi feita com moradores que habitavam o local há 6 anos, no mínimo, e que acompanharam pelo menos uma mudança de gestão.
- Assiduidade e forma de participação na gestão local - considerando que havia instâncias participativas locais e grupos característicos ligados ao turismo, a frequência em reuniões e a participação em ações ligadas aos processos educativos promovidos pelo poder público, à monitoria, conservação da Vila e Parque ou outras atividades vinculadas ao empreendedorismo foram relevantes na identificação dos sujeitos. Este critério foi observado por meio da análise de atas de reuniões realizadas por um período de 4 anos (2007 a 2010) como parte de duas das instâncias participativas que existiam no local (Comissão de Monitores e Fórum de empreendedores), relatórios de gestão e também pela percepção dos sujeitos desta pesquisa.

### 3.2 Instrumentos de pesquisa

A pesquisa qualitativa possibilita a utilização de variadas técnicas de investigação priorizando, como já foi citado, o significado dos eventos e/ou fatos estudados em detrimento da frequência ou outros dados numéricos correlacionados a eles. Deste modo, os procedimentos adotados para a coleta de dados constituem-se como elementos fundamentais para delineamento de um estudo (GIL, 2008).

A importância da etapa da coleta de dados é explicitada por MINAYO (1994, p.20), ao afirmar que “as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo ... os grupos sociais são mutáveis ... tudo está em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado”.

Por envolver a compreensão subjetiva das pessoas sobre as suas percepções e/ou experiências, a pesquisa qualitativa abrange a observação direta ou participante, análise documental, entrevistas, história oral, pesquisa-ação, entre outras técnicas e/ou métodos de investigação que podem ser utilizados de forma conjugada ou não (GIL, 2008; POPE e MAYS, 2009; MINAYO, 2010).

Com base no que foi exposto e no objeto desta pesquisa optou-se pela utilização do método de entrevista com base em história oral associada à análise documental.

### 3.2.1 A análise documental

A análise documental busca distinguir informações factuais nos documentos a partir das questões de interesse da pesquisa. Sua utilização é recomendada quando há dificuldade para o acesso aos dados, necessidade de validar informações obtidas por outras técnicas de coleta ou quando o problema é estudado a partir da própria fala dos indivíduos (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Conforme GIL (2008), a pesquisa documental se diferencia da pesquisa bibliográfica em virtude de suas fontes, ou seja, seu diferencial é que a base de dados geralmente não passou por um tratamento analítico.

Para CELLARD (2008), este tipo de análise é relevante uma vez que contribui para observação do processo histórico que envolve indivíduos, instituições, conhecimentos, valores, entre outros aspectos possíveis. Desta forma, segundo o autor, a dimensão cronológica favorece também a compreensão social, sobretudo, em pesquisas em que as experiências de determinados indivíduos ou grupos são consideradas como objetos de estudo.

Nesta pesquisa, a análise documental fez-se necessária, pois possibilitou o entendimento do contexto em que os sujeitos estavam inseridos; sua história; caracterização das ações de educação em saúde, ambiental e patrimonial desenvolvidas na região de estudo, bem como a obtenção de dados quanto às formas de participação da comunidade local nestas ações. Para isso, foram utilizados os seguintes documentos:

- Atas de reuniões da Comissão de monitores e Fórum de Empreendedores da Vila de Paranapiacaba realizadas entre os anos de 2007 e 2010;

- Relatórios de gestão da Prefeitura com o resumo dos principais ações realizadas na Vila de Paranapiacaba e resultados alcançados;
- Notícias de jornais e revistas sobre a Vila de Paranapiacaba publicados entre os anos de 2000 a 2012.

As atas de reuniões e relatórios de gestão contribuíram para identificar o primeiro sujeito de pesquisa e para ratificar as indicações feitas pelos demais sujeitos quanto aos novos entrevistados nos casos em que eram monitores ou empreendedores de outros segmentos. Além disso, os relatórios foram utilizados para obtenção de informações quanto aos processos de formação desenvolvidos no local de estudo.

Foram selecionadas as atas do período de 2007 a 2010, pois compreendiam 2 anos dos trabalhos de diferentes gestões públicas. Quanto aos relatórios de gestão, foram utilizados os que englobavam o período de 2001 a 2008 envolvendo os diversos setores que atuavam na gestão da área de estudo. Para os anos de 2009 a 2012, foi possível o acesso apenas aos relatórios quanto às atividades ligadas à monitoria e ações educativas.

As notícias de jornais e revistas levantadas corroboraram na complementação das falas dos sujeitos de pesquisa de acordo com o contexto histórico de seus depoimentos.

Estas notícias foram selecionadas em sites de jornais de grande circulação no Estado de São Paulo e Região do Grande ABC e no acervo de documentos impressos do Museu de Santo André. Foram digitalizadas cerca de 140 matérias publicadas sobre o local de estudo. Sendo que 115 delas compreendiam o período de 2001 a 2012.

Segundo LUDKE e ANDRÉ (1986), o processo de análise documental pode considerar os seguintes pontos de análise: a de registro relacionada a características específicas, como por exemplo, a frequência com que um tema, uma expressão, uma pessoa ou item aparece nos textos e a de análise de contexto que como o próprio nome diz se relaciona com o conjunto de circunstâncias ou situações que envolvem o objeto de estudo. No caso desta pesquisa, o segundo ponto de análise foi o mais adequado em virtude do objeto e também da utilização da entrevista com base em história oral neste estudo.

### 3.2.2 A entrevista com base em história oral

Diversos autores (GIL, 2008; POPE e MAYS, 2009; MINAYO, 2010; FLICK, 2011) abordam a entrevista como uma técnica privilegiada de comunicação nas pesquisas qualitativas, pois possibilita o conhecimento direto da realidade e é flexível podendo ser adaptada de acordo com as necessidades do pesquisador.

De acordo com POPE e MAYS (2009), a entrevista é um processo dinâmico no qual o pesquisador cria condições para que o respondente resgate diferentes aspectos de seu conhecimento e/ou percepções sobre um determinado objeto de estudo.

MARCONI e LAKATOS (2003) afirmam que a entrevista possibilita a averiguação de fatos, levantamento de opiniões, experiências, percepções, sentimentos, anseios; conduta atual ou do passado e motivações dos entrevistados. Sendo que as suas principais vantagens se relacionam com a possibilidade de aplicação com diversos públicos independentemente da escolaridade; flexibilidade, permitindo esclarecimentos ou aprofundamentos das questões; observação gestual ou de conduta durante a entrevista e

fornecimento de dados singulares que não se encontram em fontes documentais.

Por outro lado, as autoras também mencionam que o instrumento apresenta algumas limitações ou desvantagens como: incompreensão das questões pelo entrevistado, disposição ou receio do mesmo para participar da pesquisa, possibilidade de ser influenciado pelo pesquisador e maior tempo de realização e custo comparados a outros meios de investigação. Algumas destas limitações podem ser solucionadas ou minimizadas pelo pesquisador a partir da realização de pré-testes e o estabelecimento de uma relação amigável com o entrevistado.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao tipo de entrevista a ser realizada. Segundo MINAYO (2010), a sua forma de organização é o que a caracteriza, podendo ser classificada como uma sondagem de opinião (perguntas fechadas), entrevista semi-estruturada (perguntas abertas e fechadas); em profundidade (fala livre sobre um único tema), focalizada (visa a esclarecer um problema específico), projetiva (com o uso de dispositivos visuais) ou aberta, sendo que neste caso pode também servir de base para a realização de história oral.

Tendo em vista os objetivos deste estudo, foram focadas as experiências pessoais dos sujeitos de pesquisa, mas não sob um ponto de vista puramente biográfico, pois foram considerados eventos e temas específicos que se relacionavam às suas vivências em determinadas etapas de suas vidas e percepções correlacionando-as ao contexto em que estavam inseridas. Deste modo, na etapa de campo foram utilizadas entrevistas abertas com elementos de história oral.

FLICK (2011) explica que a perspectiva de pesquisa baseada em experiências pode tanto considerar aspectos particulares (pessoais) como mais

gerais (relativos ao contexto sociopolítico). Segundo o autor, neste processo é possível compreender como as pessoas se relacionam com os eventos ou fatos estudados e de que maneira lidam ou enfrentam estes acontecimentos e as suas consequências.

A história oral em pesquisas qualitativas corresponde a um importante instrumento para “descoberta, exploração e a avaliação de como as pessoas compreendem seu passado, vinculam sua experiência individual a seu contexto social, interpretam-na e dão-lhes significado, a partir do momento presente” (MINAYO, 2010, p.158).

Segundo ALBERTI (1989, p.52), a história oral é “um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”.

Este método permite ao pesquisador analisar não apenas a conjuntura de fatos passados, mas também os atuais. Para HAREVEN (1984), a pesquisa histórica pode dar visibilidade tanto às transformações que ocorreram propondo modelos para mudanças futuras quanto para identificar problemas atuais.

De acordo com MEIHY (2011), a história oral pode ser utilizada de forma pura se baseando apenas na análise das narrativas ou de forma híbrida considerando além das entrevistas outras fontes documentais como memórias escritas, dados estatísticos, reportagens ou outros produtos historiográficos.

Conforme PORTELLI (1997, p. 16): “a história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos...”. Para este

autor, um dos aspectos éticos mais importantes ao trabalhar com a história oral é o respeito pelo “valor e pela importância de cada indivíduo (...) cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras” (p.17). O autor fala ainda sobre a importância de se manter uma relação de horizontalidade com o entrevistado para que a troca e dialogicidade sejam possíveis e que, além disso, o pesquisador saiba ouvir.

Cada sujeito de pesquisa tem uma memória diferente que se relaciona com um tempo e um espaço, porém a mesma se relaciona com as experiências que este sujeito teve em grupo. HALBWACHS (2003), afirma que a memória individual está enraizada em diferentes contextos e que não está inteiramente isolada, pois geralmente necessita recorrer a pontos de referência que estão fora de si, seja nas relações com outras pessoas ou pelo que é determinado pela própria sociedade. Segundo o autor, as memórias individuais estão contidas na memória coletiva, mas esta última não se confunde com a primeira e nem com a história.

De acordo com POLLAK (1992, p.5), a memória se refere a acontecimentos vividos pessoal ou coletivamente em um grupo ao qual o indivíduo sente pertencer e a história é a reconstrução destes acontecimentos em um período determinado. Para o autor “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” e é um fator de extrema importância nos processos de reconstrução da identidade individual e coletiva.

SANTOS (2003, p. 273) defende que a memória é o resultado de um processo de interação social, portanto, ao mesmo tempo em que é individual traz consigo algo da coletividade. Já a história é o resultado das experiências que se acumulam ao longo do tempo. Conforme afirma a autora, a história é mais ampla e vale-se da memória para compreender o presente a partir das reconstruções que são feitas do passado. Devemos lembrar que a memória é

seletiva e cada indivíduo guarda o que foi importante ou ainda permanece importante para si.

ALBERTI (2005, p.25) diz que “considerar a pluralidade e a diversidade de versões e experiências no decorrer de uma análise científica resulta em um conhecimento acurado – porque cuidadoso – a respeito do objeto de reflexão”, o método não é um “fim em si mesmo, mas uma forma de conhecimento”. Segundo a autora, dependendo do objetivo da investigação, o método pode ser realizado por meio de entrevistas temáticas.

É importante frisar que a história oral possui modalidades diferentes e não deve ser confundida com a história de vida que por sua vez envolve “a descrição minuciosa de determinadas realidades sociais e do conhecimento indireto de experiências pessoais” (FERNANDES e GATTAS, 1956).

Segundo MEIHY (2011, p.82) a história de vida é “uma narrativa de longo curso e versa sobre os aspectos continuados da experiência das pessoas. Trata de um tipo de narração com começo, meio e fim, em que os momentos extremos – origem e atualidade – tendem a ganhar lógica explicativa”. Neste caso a experiência é abordada em seu sentido mais amplo e o pesquisador deve permitir que os sujeitos falem de forma mais livre.

A história oral temática, como o próprio nome diz, envolve entrevistas sobre temas específicos e não abrange necessariamente a totalidade da existência do indivíduo, permitindo, dessa forma, depoimentos mais numerosos. Neste caso, o uso do roteiro de entrevista se torna fundamental para que os detalhes procurados sejam explicitados (FREITAS, 2006).

MEIHY (2011) afirma que alguns projetos temáticos vêm combinando algo de história oral de vida, o que segundo este autor tem sido relevante, pois além de possibilitar o “enquadramento de dados objetivos do narrador com as

informações colhidas” considera uma “mescla de situações vivenciais, na qual a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador” (p.89).

No tocante ao mencionado acima, THOMPSON (2002) afirma que raramente são bem representados nas pesquisas os aspectos mais significativos da vida da maioria das pessoas e uma das esferas mais importantes que ficam ocultas são os fatos que se referem às relações familiares, incluindo as diferentes experiências da infância em todos os estratos sociais. Segundo o autor, estas relações podem ser reveladoras, principalmente quanto aos valores construídos durante a vida de cada indivíduo. Esta ideia é ratificada por PRATTA e SANTOS (2007) ao mencionarem que a família é o primeiro grupo social do qual os indivíduos fazem parte, desempenhando um papel fundamental no amadurecimento e desenvolvimento biopsicossocial de cada pessoa, preparando-as para o exercício da cidadania.

Tendo em vista o que foi exposto, os tópicos que serviram de base para as entrevistas foram:

- **Família, infância e adolescência:** principais vivências neste período incluindo a relação com os pais, amigos e primeiras oportunidades de participação em família ou em outros grupos.
- **Chegada na Vila, percepções e interação social:** motivos que fizeram os sujeitos de pesquisa morarem no local de estudo, sentimentos e percepções sobre a Vila e Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba e as relações com os outros membros da comunidade comparando o período em que chegaram na área de estudo ao tempo presente.

- **Participação e relação com o poder público:** origem da participação em ações promovidas pelo poder público, percepções, motivações, visões sobre as ações desenvolvidas e perspectivas para o futuro.

A utilização de um roteiro (anexo 2) teve por objetivo ajudar os sujeitos de pesquisa a resgatarem as lembranças de suas experiências em determinados períodos de suas vidas e ao mesmo tempo buscou orientar os depoimentos em torno de um eixo de reflexão que do passado ao presente, tinha por referências os processos de interação social e com o ambiente englobando além das vivências, suas percepções e opiniões sobre os temas de interesse deste estudo.

O roteiro não foi utilizado de forma rígida. Como os sujeitos estavam narrando algumas de suas experiências de vida, naturalmente alguns tópicos foram abordados sem que a pesquisadora precisasse mencioná-los. Manteve-se certa flexibilidade no intuito de estimular e permitir que os entrevistados trouxessem outros acontecimentos que fossem significativos para eles, respeitando o tempo e forma de expressão de cada um dos sujeitos.

Para detectar possíveis falhas na redação das perguntas das entrevistas, foi feito um pré-teste no próprio local de estudo. Por meio da análise de atas de reuniões da Comissão de Monitores Ambientais foram escolhidas 3 pessoas para que participassem da etapa de pré-teste.

Nosso primeiro contato com os sujeitos da pesquisa ocorreu em fevereiro de 2012. Foram feitas cerca de 10 visitas (com duração de cerca de 8 horas cada uma) ao local de estudo entre o período de fevereiro a junho de 2012.

Durante cada entrevista tentou-se manter a cordialidade e em alguns momentos a pesquisadora também falou de si aos entrevistados à medida que

os mesmos faziam alguns questionamentos. Outro aspecto importante é que as entrevistas foram realizadas em suas respectivas residências. Apenas três entrevistas foram realizadas nos locais de trabalho dos entrevistados. Este processo foi significativo, pois possibilitou que os participantes se sentissem mais à vontade para falar de si próprios.

De acordo com MEIHY (2013), a escolha do local para realização das entrevistas é fundamental, devendo ser feita de modo que produza as melhores condições para o entrevistado, sendo recomendável que esta decisão seja feita pelo próprio sujeito de pesquisa.

Um dos aspectos fundamentais da história oral é a gravação das narrativas. Quanto a isso não houve oposição por parte dos entrevistados, mas foi interessante notar que após o término das gravações, alguns pareciam se soltar e falar mais, fazendo algumas críticas a acontecimentos ou pessoas ligadas à Vila ou ao poder público. Tais informações foram anotadas para complementação ou análise das gravações, caso fosse necessário. Cada relato foi realizado em um período de duas a quatro horas.

### 3.3 A pesquisa e o seu tempo histórico

Apesar de um dos aspectos de investigação desta pesquisa considerar as vivências dos sujeitos durante o período da infância e adolescência, seu recorte histórico principal se situa entre os anos de 2001 e 2012.

Como já foi citado este período foi escolhido, pois possibilitou a análise dos depoimentos dos sujeitos desta pesquisa considerando dois diferentes contextos históricos da Vila de Paranapiacaba, sendo um período anterior à compra da Vila pela Prefeitura e outra posterior.

É pertinente frisar a questão do tempo histórico em uma pesquisa que considera as experiências e memórias dos sujeitos, pois como afirma HALBWACHS (2003) os processos sociais carregam dimensões temporais que trazem projeções tanto para o passado como para o futuro. De acordo com o autor, as percepções individuais variam de acordo com a sua participação nesse ou naquele pensamento coletivo atingindo assim as suas lembranças mais ou menos remotas.

ONOCKO CAMPOS e FURTADO (2008) afirmam que as narrativas em pesquisas qualitativas são resultado da inter-relação das forças sociais e podem conter equacionamentos de acordo com o fluxo histórico e social. Segundo as autoras:

“A narrativa abre-se à interpretação ao mesmo tempo em que estabelece condições para sua circulação, recepção e produção. Assim, articula relações de poder, políticas, identitárias, do contexto, percebidas tanto diacrônica quanto sincronicamente, o que denota a complexa relação das narrativas com os discursos sociais. Na relação entre texto, narrativa e discurso poderiam ser vistas as condições para inserção e circulação dos dizeres sociais, das ideologias e das realidades da vida cotidiana” (p. 1093).

A realização de pesquisas a partir das experiências de vida dos sujeitos exige certa relativização. Deste modo, é preciso diferenciar as temporalidades diacrônica e sincrônica. De acordo com ROCHA (1988), a diacronia se caracteriza pelo entendimento de um fato a partir dos acontecimentos que o antecederam e a sincronia pelo esquema interpretativo da realidade social.

Para JAMESON (2011) a distinção entre o diacrônico e o sincrônico se faz necessária para que não se deturpe as perspectivas de tempo e espaço confundindo o diacrônico com o tempo e a história e o sincrônico com o mero presente.

Considerar o tempo na análise visa contextualizar não só as percepções dos sujeitos, mas identificar a temporalidade em um contexto determinado. Esta pesquisa retratou diferentes momentos das experiências de vida dos entrevistados considerando seus aspectos diacrônicos, ou seja, a sucessão de acontecimentos que ocorreram ao longo do tempo histórico deste estudo e seus reflexos e/ou consequências sobre as vivências e percepções dos sujeitos de pesquisa quanto a determinados temas ou situações.

### 3.4 A seleção dos sujeitos de pesquisa

Segundo FERNANDES e GATTÁS (1956), a seleção dos sujeitos é uma etapa fundamental em pesquisa com utilização da história oral. Os autores afirmam que os critérios de escolha são diversos e podem estar relacionados às fases de organização de personalidade e/ou tipos de ajustamentos sociais que estejam relacionados ao objeto de estudo.

Para ALBERTI (2005), a seleção dos sujeitos de pesquisa deve ser feita a partir da posição do entrevistado no grupo e do significado de sua experiência. Dessa forma, convém selecionar pessoas que viveram, presenciaram, participaram de situações ligadas ao tema. Sob este aspecto, os entrevistados são tomados como “unidades qualitativas” de informação que seriam mais representativos diante do foco de estudo. Outro aspecto salientado pela autora é a possibilidade de selecionar entrevistados que sejam capazes de fornecer além de suas experiências ou perspectivas particularizadas a visão geral a respeito do universo pesquisado.

Neste sentido, CAMARGO (1977) em sua obra “História oral e história” citada por ALBERTI (2005) faz uma caracterização do que a autora classifica como um “bom entrevistado”:

“Aquele que, por percepção aguda de sua própria experiência ou pela importância das funções que exerceu, pode oferecer mais do que o simples relato de acontecimentos, estendendo-se sobre impressões de época, comportamento de pessoas ou grupos, funcionamento de instituições e, num sentido mais abstrato, sobre conflitos, formas de cooperação e solidariedade grupal, situações de impacto, etc. Tais relatos transcendem o âmbito da experiência individual, e expressam a cultura de um povo....” (p. 4-5).

Considerando que as entrevistas desta pesquisa contemplaram algumas percepções dos sujeitos, o roteiro utilizado possibilitou uma leitura mais ampla sobre o contexto em que estavam inseridos.

Existiam na Vila, grupos diferenciados de acordo com o segmento de atuação e trabalho na área de estudo: monitores ambientais e culturais e empreendedores da área de gastronomia, hospedagem e alimentação. Na comunidade, a primeira entrevista foi feita com um monitor ambiental local a partir da análise da frequência/assiduidade e forma de participação nas reuniões da Comissão de monitores ambientais e culturais da Vila de Paranapiacaba. Quanto à forma de participação, foram consideradas as contribuições oferecidas ao grupo, postura pró-ativa, proposição de soluções para os problemas enfrentados, colaboração com o grupo e realização de atividades de intervenção fora das reuniões com os demais monitores, com outros membros da comunidade ou ainda com o poder público.

FERNANDES e GATTÁS (1956) ao discutirem sobre as implicações da seleção de sujeitos em pesquisas com uso de fontes orais criticam as escolhas baseadas em intensidades de participação em situações sociais, uma vez que podem parecer representantes típico-ideais criando uma condição limitante quando deveria ser mais dinâmica.

Sob este prisma cabe ressaltar, que nesta pesquisa a característica participativa dos sujeitos não se relacionou apenas a aspectos quantitativos (frequência em reuniões), mas, sobretudo à forma como estes exerciam a sua

participação, ou seja, se era mais ativa ou não. Além disso, a seleção foi realizada a partir dos objetivos deste estudo e de modo a garantir uma variabilidade de papéis exercidos pelos entrevistados na Vila de Paranapiacaba, bem como gênero e tempo de residência no local.

Quanto ao número de entrevistas necessárias às pesquisas que utilizam a história oral, não há um número definido, pois isso dependerá do que se pretende investigar. Neste tipo de pesquisa a escolha dos entrevistados já segue algum critério qualitativo, portanto, a quantidade de entrevistados não é o fator mais relevante.

De acordo com MINAYO (2010), o número de entrevistados depende dos objetivos da pesquisa, dos critérios de saturação e do tipo de história oral adotados. A autora exemplifica que em histórias orais temáticas podem ser utilizadas várias narrativas.

ALBERTI (2005, p. 36) explica que “o número de entrevistados de uma pesquisa de história oral deve ser suficientemente significativo para viabilizar certo grau de generalização dos resultados do trabalho”. Sendo assim, não há como definir a amostra sem que se vá a campo. A amostra se define conforme a pesquisa avança.

O encerramento das entrevistas foi realizado na medida em que se percebeu uma heterogeneidade do grupo entrevistado e um padrão repetido nas respostas dadas, ou seja, por saturação.

Segundo FONTANELLA et al. (p.17-23, 2008), o fechamento amostral por saturação teórica deve ocorrer quando os dados obtidos começam a apresentar repetição ou redundância. Este processo é resultante de um balanço que o pesquisador faz a fim de valorizar, no conjunto das informações obtidas as diferenças ou, em contraposição, o que se repete.

Os elementos que indicaram tal saturação são explicitados nas informações apresentadas como resultados desta pesquisa no que se relaciona às percepções dos entrevistados quanto às mudanças na Vila de Paranapiacaba, relações sociais na comunidade e com o ambiente em que vivem e às ações promovidas pelo poder público do período em que chegaram no local até 2012.

É relevante destacar que apesar de terem sido feitas 22 entrevistas, a saturação foi alcançada em torno da décima sexta, sendo que a continuidade das mesmas ocorreu a fim de reafirmar este ponto de saturação. Segundo ALBERTI (2005), este procedimento é de suma importância, uma vez que a saturação é determinada por uma impressão do pesquisador, sendo que para validá-la é necessário ultrapassar o ponto de saturação percebido.

Voltando à seleção dos sujeitos, após a identificação do primeiro participante, os outros foram definidos por meio da utilização da técnica de amostragem da “Bola de Neve” conhecida como “snowball sampling”.

Trata-se uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede. A amostra se caracteriza pela identificação dos casos de interesse a partir da própria população que está sendo pesquisada, ou seja, “os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto” (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 332).

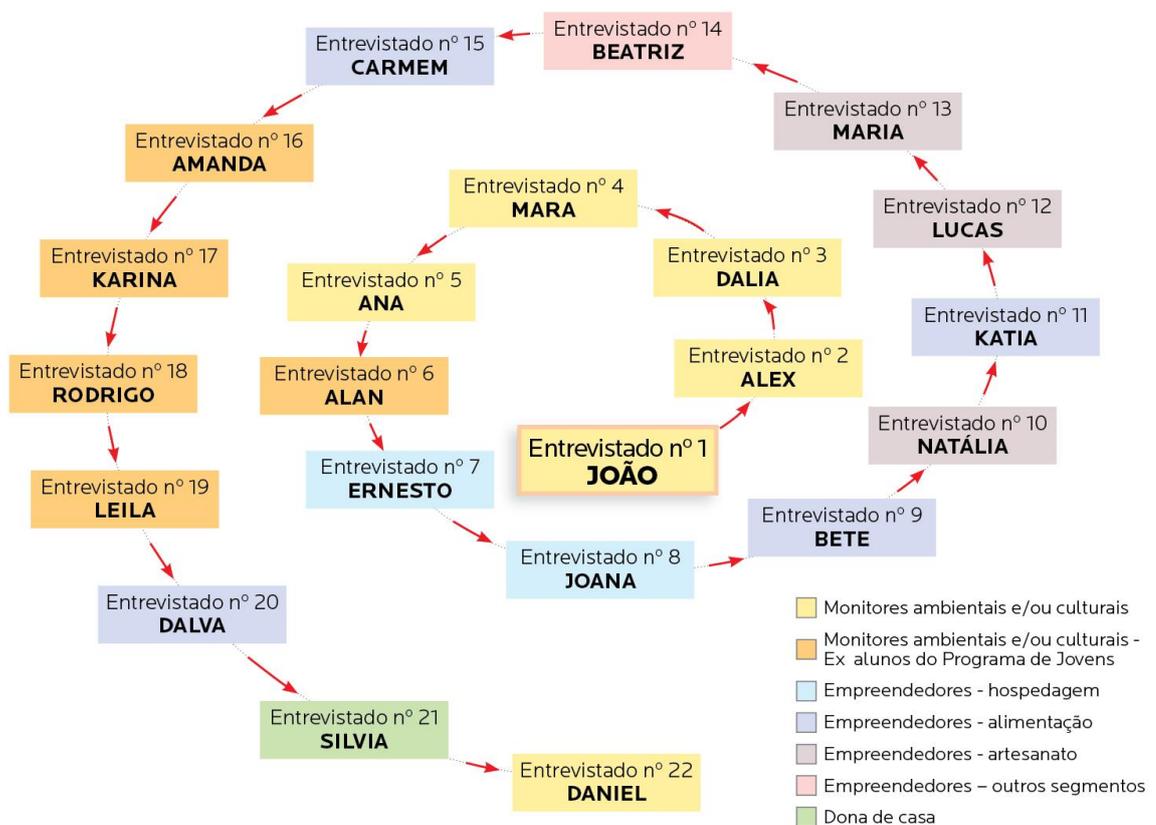
Dessa forma, durante a coleta de dados foi solicitado aos entrevistados que indicassem outras pessoas com perfil participativo ativo para também serem entrevistadas, o que facilitou a abordagem e tornou positiva a receptividade dos participantes. Na medida em que se percebeu que as indicações estavam seguindo certa homogeneidade, a pesquisadora passou a solicitar aos

entrevistados duas indicações, sendo pelo menos uma delas, de uma pessoa que tinha uma ocupação diferente da que o entrevistado exercia.

Este procedimento foi necessário, uma vez que a técnica “snowball sampling” é não probabilística, ou seja, não permite que se determine a probabilidade de seleção de cada participante na amostra. Por outro lado, por utilizar cadeias de referência facilitam a identificação dos sujeitos de pesquisa (ALBUQUERQUE, 2009).

A seguir, é apresentada uma figura esquemática quanto à ordem das entrevistas a partir da técnica *snowball sampling* evidenciando as indicações feitas de acordo com a ocupação de cada entrevistado (figura 10).

Figura 10 – Sequência de entrevistas realizadas com uso da técnica *snowball sampling* com destaque às ocupações dos entrevistados.



De acordo com a figura 10, é possível notar que o grupo de pessoas entrevistadas foi bem heterogêneo, incluindo monitores ambientais e culturais, empreendedores dos segmentos de hospedagem, artesanato e gastronomia e uma dona de casa.

Garantir a heterogeneidade é importante, pois segundo GUERRA (2006) a mesma assegura que a pesquisa aborde a realidade considerando certas variações, seja dos sujeitos ou das situações de estudo. Nesta investigação, a seleção dos sujeitos se pautou na diversificação externa, ou seja, considerou certa variabilidade de atores no contexto pesquisado.

### 3.5 A análise dos dados coletados

Considerando a metodologia descrita, a análise dos resultados foi realizada pela triangulação dos dados obtidos no levantamento de notícias publicadas, relatórios de gestão referentes ao período de 2000 a 2012 inclusive e nos relatos obtidos por entrevistas com os participantes da pesquisa.

A triangulação envolve a fusão de diferentes métodos e técnicas de pesquisa abrangendo a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo (TRIVIÑOS p.138, 1987).

MINAYO (2010) afirma que esta abordagem de análise compreende a integração dos processos e resultados incluindo os atores envolvidos na pesquisa não apenas como objetos, mas sobretudo, “como sujeitos de auto-avaliação, uma vez que são introduzidos na construção do objeto de estudo” (p.362).

Segundo SOUZA E ZIONI (2003, p.78), a triangulação dos dados é uma estratégia metodológica que permite “uma maior validade dos dados e uma inserção mais aprofundada dos pesquisadores de onde emergem os fatos, as falas e as ações dos sujeitos”.

As etapas para realização da triangulação foram baseadas em MINAYO (2010):

- a) Levantamento das fontes de informação primárias e secundárias por meio de documentos (relatórios da Prefeitura de Santo André e reportagens);
- b) Organização do material coletado por assunto e ano;
- c) Organização e realização do trabalho de campo junto aos sujeitos de pesquisa;
- d) Transcrição dos depoimentos dos entrevistados em sua totalidade e de forma fidedigna;
- e) Classificação de trechos dos depoimentos por tema de interesse da pesquisa;
- f) Escolha das reportagens a serem apresentadas de acordo com os depoimentos selecionados;
- g) Análise das informações obtidas cruzando as fontes escritas e orais que decorreram das entrevistas a partir do contexto em que os sujeitos estavam inseridos e da revisão bibliográfica.

Tendo em vista o exposto, as análises documentais e das entrevistas foram realizadas de forma conjunta e complementar, sendo que para alguns temas de estudo os dados foram interpretados por um processo de categorização seguindo a metodologia de Análise de Conteúdo proposta por BARDIN (2011). Segundo a autora, esta metodologia se constitui como um conjunto de técnicas que tem como principal objetivo o “conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica e histórica... por meio de um

mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de amostra de mensagens particulares” (p.44). É feita uma análise para desvendar os reais significados, aquilo que está implícito nas palavras sobre as quais se faz o estudo.

Nesta pesquisa, algumas falas foram destacadas para justificar e compreender os aspectos de maior relevância referentes ao objeto de estudo. Foram aqui analisadas tanto as informações que se repetem quanto as que representam diferenças diante da percepção dos entrevistados, pois essas informações foram de suma importância na compreensão das representações do grupo como um todo e também na sua especificidade que se tornou explícita a partir de percepções diferentes sobre um mesmo assunto.

Ao analisar os relatos feitos em história oral, além das falas, é importante descrever algumas expressões corporais e emoções dos entrevistados, pois como afirma SMITH (2002, p. 78) a expressão falada é “inseparável da emoção e do gesto, pois as expressões corporais fornecem imagens desprovidas de palavras que tentam aprofundar a síntese feita por quem fala”. Outro aspecto citado pelo autor é que a forma de enunciação das palavras com repetições, variações em força e intensidade representam um “esforço por transmitir significado, não apenas informações”.

Os resultados foram agrupados de acordo com 6 blocos temáticos de análise listados a seguir:

1. **Experiências familiares:** envolveu as vivências dos entrevistados durante a infância e a adolescência;
2. **Percepções sobre a Vila de Paranapiacaba:** considerou as transformações que ocorreram no local ao longo do tempo e afetaram a territorialidade;

3. **Vivências e percepções sobre o período de 2001 a 2008:** evidenciou as experiências e percepções dos sujeitos quanto às ações decorrentes da gestão pública, incluindo a identificação das ações educativas desenvolvidas no território e suas influências sobre o desenvolvimento local.
4. **Vivências e percepções sobre o período de 2009 a 2012:** apresentou as experiências e percepções dos sujeitos quanto às ações desenvolvidas pelo poder público numa situação de descontinuidade de gestão.
5. **Percepções sobre a participação e a interação social na Vila:** envolveu aspectos relacionados à importância da participação e da integração social para os sujeitos enfatizando os fatores que facilitaram ou dificultaram estes processos.
6. **Percepções e vínculos com o território:** identificou as ligações dos sujeitos com o território em que vivem considerando os aspectos positivos ou negativos que os envolvem.

Para os blocos temáticos de análise de 1 a 4 foram destacados os aspectos mais relevantes ou singulares citados pelos entrevistados e para os blocos 5 e 6 houve um processo de categorização.

BARDIN (2011, p.147) explica que a “categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos por diferenciação e, em seguida por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”. Neste processo, os resultados dos reagrupamentos originam títulos genéricos que se identificam como uma ou mais categorias de análise.

Segundo a autora, a categorização pode ter como critério a semântica (relativa a temas específicos), a sintática relacionando-se a verbos ou adjetivos, o léxico que envolve a classificação segundo o sentido das palavras ou o critério expressivo referente a aspectos diversos da linguagem.

Os depoimentos destacados no bloco temático de análise 5 (participação e integração social) tiveram como característica comum o reforço de ideias que remetiam a fatores que facilitaram ou dificultaram a participação social dos sujeitos de pesquisa.

O mesmo ocorreu nos depoimentos do bloco temático 6 (vínculos com o território), em que predominaram os aspectos positivos ou negativos que poderiam ou não fortalecer a territorialidade.

Dessa forma, para estes dois itens de análise, inicialmente houve uma categorização temática e em seguida dentro de cada tema houve uma categorização lexical, esse processo originou para o bloco temático de análise referente à participação 7 categorias e para o bloco relativo aos vínculos com o território 5 categorias de análise.

A categorização, de acordo com BARDIN (2011) permite conhecer “índices invisíveis” criando uma representação simplificada dos dados brutos para posteriores inferências. Outro aspecto levantado pela autora é que as categorias criadas devem ser coerentes com o material de análise escolhido e com a revisão bibliográfica que embasou a pesquisa.

Os resultados destes processos serão apresentados no capítulo de análise e discussão dos dados obtidos, tendo como base o referencial teórico apresentado neste estudo.

### 3.6 Aspectos éticos da pesquisa

Antes da realização das entrevistas a presente pesquisa teve seu projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública- USP. Por se tratar de um estudo com envolvimento de seres humanos, as resoluções 196/1996 e 304/2000 do Conselho Nacional de Saúde foram seguidas em todos os seus aspectos éticos.

Foram utilizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 1) para anuência de participação dos sujeitos da pesquisa. Nos quais, foram apresentados os principais objetivos da pesquisa e garantida a confidencialidade das informações captadas. Para maior segurança quanto aos dados coletados todas as entrevistas foram gravadas e transcritas de forma fidedigna. As gravações após 5 anos serão destruídas.

Ressalta-se ainda que a participação dos sujeitos nesta pesquisa ocorreu de forma espontânea e que para maior segurança dos mesmos, seus nomes reais não foram mencionados.

## **4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**



## 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Participaram desta pesquisa 22 moradores da Vila de Paranapiacaba, sendo 15 mulheres e 7 homens. As tabelas e os gráficos a seguir demonstram o perfil dos entrevistados segundo idade, tempo em que moram no bairro e região de origem, respectivamente.

Tabela 1: Caracterização das mulheres quanto à idade e tempo em que moram na Vila de Paranapiacaba

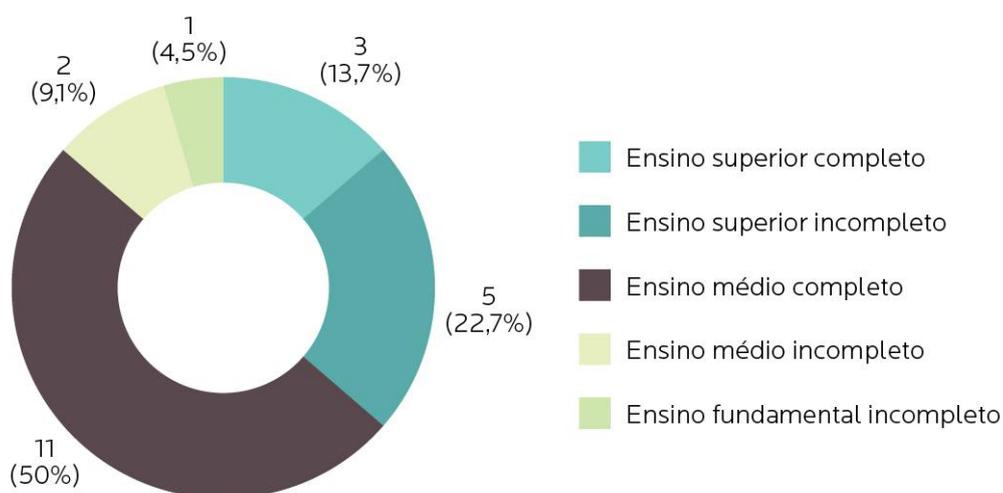
Idade		Período em que residem na Vila de Paranapiacaba	
Faixa etária	Quantidade	Tempo	Quantidade
20-30	1	6-10 anos	4
31-40	4	11-20 anos	3
41-50	4	21-30 anos	1
51-60	6	+ de 31 anos	7
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>Total</b>	<b>15</b>

Tabela 2: Caracterização dos homens quanto à idade e tempo em que moram na Vila de Paranapiacaba

Idade		Período em que residem na Vila de Paranapiacaba	
Faixa etária	Quantidade	Tempo	Quantidade
20-30	2	6-10 anos	3
31-40	0	11-20 anos	3
41-50	4	21-30 anos	1
51-60	1	+ de 31 anos	0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>Total</b>	<b>7</b>

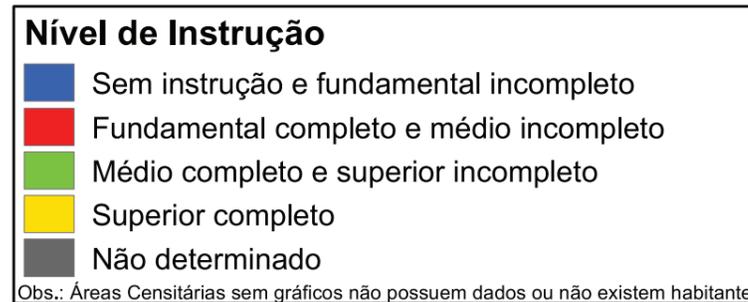
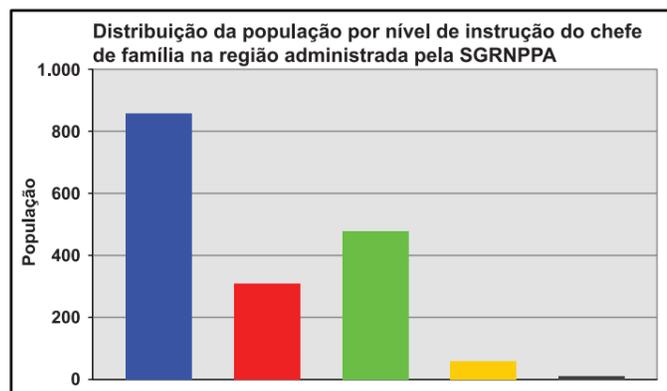
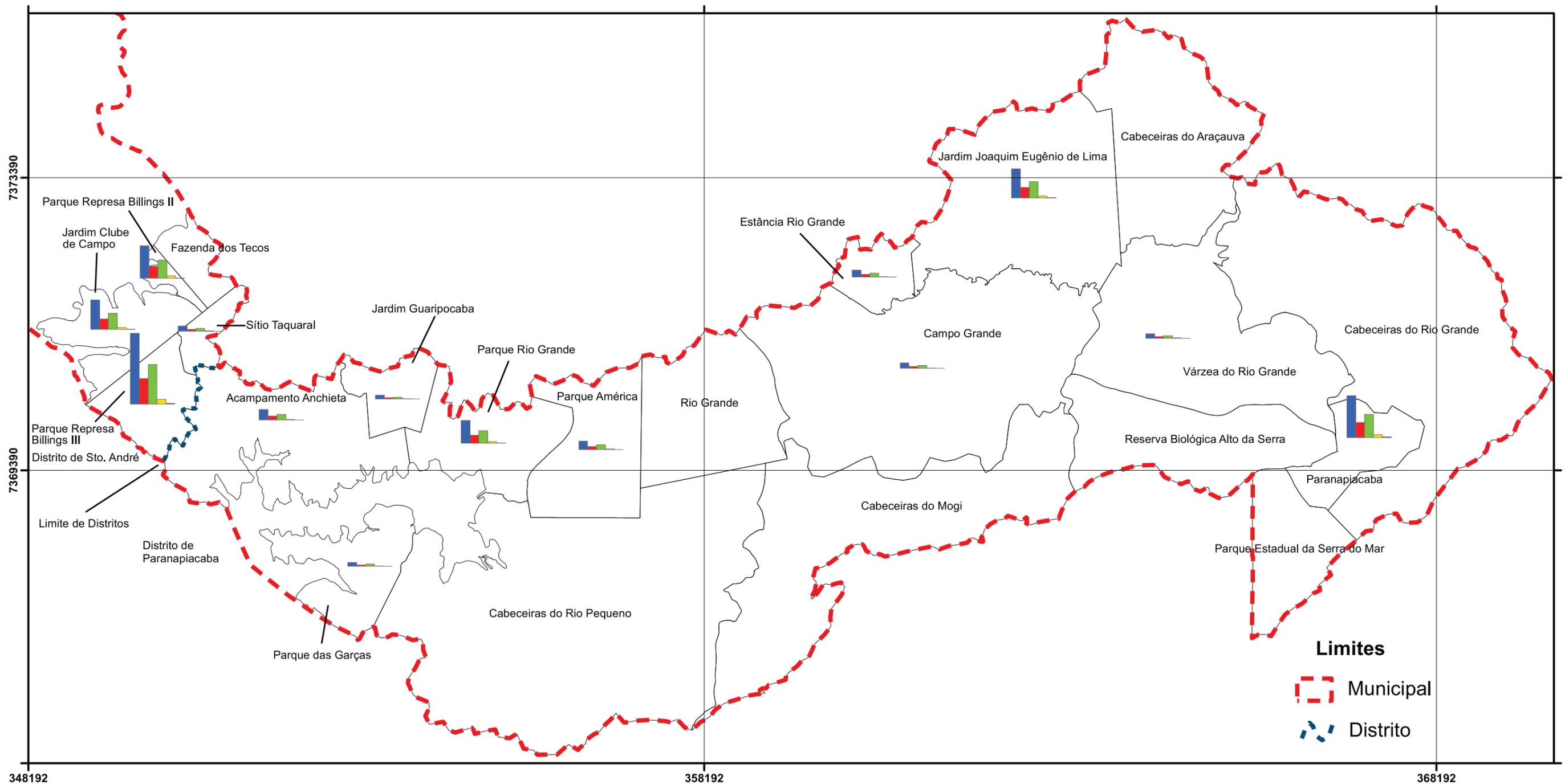
Quanto aos entrevistados da área de estudo, houve predominância de mulheres com idade de 51 a 60 anos. A maior parte dos moradores entrevistados reside na Vila de Paranapiacaba há mais de 11 anos, o que é relevante para a pesquisa por possibilitar visões diferenciadas sobre os diversos momentos da história local.

**Figura 11: Caracterização dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade**



Quanto ao grau de escolaridade houve predominância de pessoas com o ensino médio completo. Considerando a inserção dos sujeitos de pesquisa no território em que vivem, cabe destacar, que conforme figura 12, a maior parte da população da região de Paranapiacaba e Parque Andreense não tem instrução ou fez apenas o ensino fundamental incompleto.

**Figura 12 - Distribuição da população por nível de instrução do chefe de família e setor censitário na região administrada pela SGRNPPA conforme CENSO 2010**



**\$ 1:55.000**

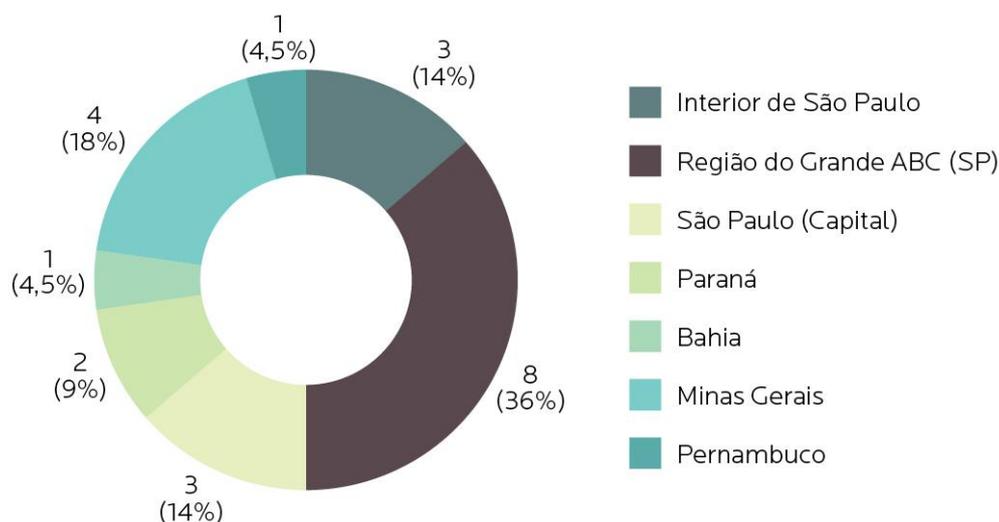
0 500 1.000  
Metros

Projeção Transversa de Mercator  
Datum Horizontal: SAD - 69

Prefeitura do Município de Santo André  
Secretaria de Gestão dos Recursos  
Naturais de Paranaíacaba e Parque Andreense

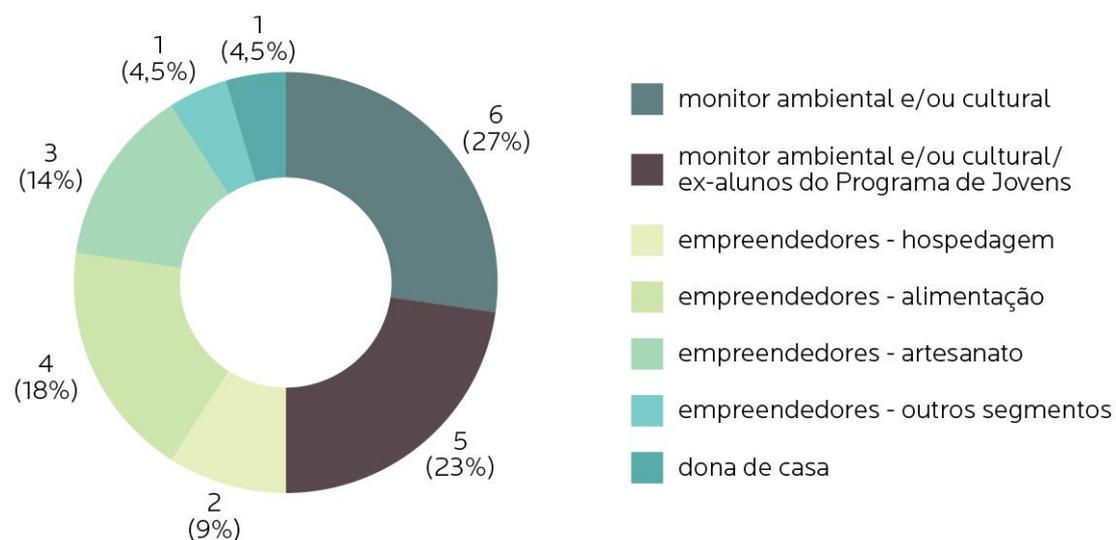
Em relação à procedência, mais de 50% dos entrevistados vieram de diferentes regiões do Estado de São Paulo, havendo uma predominância de pessoas que vieram da região do Grande ABC, conforme expresso na figura 13:

Figura 13: Caracterização dos entrevistados quanto à procedência



Em relação à ocupação dos sujeitos de pesquisa, predominou a monitoria ambiental e cultural, conforme gráfico a seguir.

Figura 14: Caracterização dos entrevistados quanto à ocupação



Os empreendedores que participaram desta pesquisa eram moradores locais que passaram por formações específicas como parte do Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos – PQST desenvolvido pela Prefeitura de Santo André entre os anos de 2002 e 2008 e pelo Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social com atividades na área de estudo desde 2001.

Em geral, os empreendimentos das áreas de gastronomia, hospedagem e artesanato estavam localizados nas próprias residências dos sujeitos de pesquisa e tiveram suas atividades iniciadas como parte dos Programas: Portas Abertas (Forno e Fogão e Bed and Breakfast) e Atélie Residência.

A maioria dos entrevistados relatou ter como única fonte de renda os ganhos obtidos a partir do trabalho que desenvolviam em seus empreendimentos ou com a monitoria. Sendo que não era possível contar com uma renda fixa mensal, pois os ganhos dependiam do fluxo de visitação local.

Conforme informações dos gestores públicos dos serviços turísticos da Vila de Paranapiacaba durante o período de estudo havia cerca de 71 empreendimentos abertos, sendo 33 da área de alimentação, 17 estabelecimentos para hospedagem, 12 da área de arte e artesanato, 4 de serviços e 5 de monitoria.

#### **4.1.1 Os sujeitos de pesquisa e suas experiências familiares**

Os dados já apresentados quanto à idade, procedência, tempo em que moravam na Vila de Paranapiacaba e ocupação já forneceram dados relevantes sobre os sujeitos de pesquisa, mas considerando a metodologia utilizada neste estudo faz-se necessário entender um pouco mais sobre as vivências de cada entrevistado identificadas por meio da história oral a fim de que se possa conhecer alguns aspectos sobre a origem dos entrevistados e experiências

marcantes que tiveram durante a infância e a adolescência, permitindo assim, uma caracterização mais ampla.

#### 4.1.1.1 As vivências dos entrevistados durante a infância

De maneira geral, todos os entrevistados relataram ter uma origem humilde, uma pequena parcela cresceu em áreas rurais e a maioria morou por muito tempo na área urbana, antes de ir para a Vila de Paranapiacaba, apenas três entrevistados moravam na área de estudo desde que nasceram. Tendo em vista os procedimentos éticos, os nomes utilizados são fictícios e foram substituídos para garantir e preservar o anonimato.

Entendendo a relevância das relações familiares na constituição de cada indivíduo, foram sublinhados a seguir relatos sobre o período de infância de alguns entrevistados:

*“Em termos de família éramos muito unidos, sempre fomos assim por ser grandona, mas também foi muito difícil porque era muita criança e poucas pessoas trabalhavam, muita boca pra alimentar, então assim, não falo assim, passar fome, acho assim que passar fome a gente nunca passou, mas não tinha regalia, era tudo muito assim, como eu posso falar, limitado né? A união começava pela divisão da alimentação, se era uma laranja a gente dividia pra 4 .... a roupa que uma ia pra escola, servia para outra ir em outro horário e com meus irmãos também era assim, então era o maior cuidado para não sujar .... Um sempre ajudou o outro, eu era a mais danada, sempre fui, apanhava mais, respondia mais, era a ovelha negra (risos), mas assim como diz meu pai, eu tenho a personalidade forte e hoje eu vejo isso na minha filha.”*

**Dália**

Dália (40 anos) veio de uma família de 10 irmãos. Morou até os quatro anos na Bahia e veio para São Paulo em 1976 para que seu pai se tratasse de alguns problemas de saúde. Durante toda a entrevista mesmo ao falar das dificuldades pelas quais passou, sobretudo durante a infância, Dália se mostrou muito sorridente, era notória a alegria e a emoção dela ao narrar as suas experiências. Em seu depoimento sobre o período da infância, os aspectos

mais marcantes referem-se às condições socioeconômicas de sua família que como ela mesma disse era um fator limitante, porém apesar das dificuldades a união familiar foi essencial para superação dos problemas enfrentados. A questão dos valores construídos durante este período também foi um aspecto importante levantado pela entrevistada, pois mencionou com orgulho que alguns traços de sua personalidade eram percebidos em sua filha.

Outro relato que demonstrou o impacto das condições socioeconômicas na infância foi o da Bete (51 anos), filha de nordestinos e empreendedora da área de gastronomia que até os quatro anos de idade viveu em ambiente circense, em virtude do trabalho de seus pais. No decorrer da entrevista notou-se em suas expressões faciais certa comoção, a sua casa era o seu ambiente de trabalho e foi neste local com as portas abertas, o que é comum na Vila de Paranapiacaba, que nos contou:

*“...minha infância praticamente eu não tive, éramos muito pobres, nossa casa era um barracão, bem simples mesmo, tinha um barranco e como não tinha como ficar brincando no quintal, tinha que ficar sempre dentro de casa, não tinha televisão, só um radinho bem pequeno e antigo, então quer dizer não tinha diversão nenhuma praticamente. Aí quando eu comecei a frequentar a escola que melhorou um pouco que foi quando eu comecei a sair de casa, foi uma fase muito boa da minha vida, a escola por causa da alimentação que eles davam, porque em casa não tinha muita comida gostosa pra comer, lá a gente tinha merenda, a gente gostava de ir pra escola não só pelo estudo, mas porque a gente ia comer também. Foi bem difícil, o que eu passei na minha vida e a minha situação, hoje eu posso dizer que eu sou rica. Era complicado, um calçado que um usava o outro também usava, e o meu pai era alcoólatra, para ajudar, né? O que ele ganhava 80% era pra bebida, ele garantia o dele, ou seja a bebida, e se sobrasse aí comprava outras coisas. Éramos muito pobres, muito pobres mesmo, em casa tudo era precário, não tinha um vaso decente, era um buraco, um quadrado numa casinha de madeira, era uma coisa terrível, gente eu não gosto nem de me lembrar. Naquela época o nosso sonho era ter roupa e sapato novo pra vestir e calçar né? Só comprava quando dava no Natal, então a gente não via a hora de chegar esse Natal, que às vezes nunca chegava.”*

Bete

Além da pobreza, percebe-se no depoimento de Bete que a falta de saneamento básico e o alcoolismo do pai a marcaram muito. SCABINI (1992) citado por PRATTA e SANTOS (2007, p. 251) afirma que a manutenção da saúde familiar não depende apenas da “capacidade de superação das crises, mas também da boa qualidade das relações entre os membros da família e das trocas familiares com o meio social no qual está inserida”, o que no caso de Bete foi dificultado pelo fato do pai ser alcóolatra.

Atentando-se às particularidades das experiências dos entrevistados durante a infância, um dos relatos que se sobressaíram pelo reflexo que um fato específico teve sobre o seu comportamento é o de Ernesto (58 anos). Foi uma das entrevistas de maior duração e havia uma preocupação do entrevistado em sempre ir e vir na história, ou seja, de contextualizar os fatos passados comparando-os a realidade atual e a representação ou significado que tiveram em sua vida. A entrevista ocorreu em sua casa, onde era possível contemplar a vista de alguns pontos da Vila de Paranapiacaba.

*“Tive uma infância muito feliz, tranquila, eu tive convivência com várias pessoas, o grau de instrução do meu pai, da minha mãe é primário. Ele foi gerente da Mesbla onde trabalhou por 42 anos, enfim, a minha mãe, uma família simples, o que me impulsionou muito foram as minhas irmãs. O meu pai também com música, incentivando a gente a escutar música, a ler, não faltou livro em casa. É muito importante ter o discernimento que cada um tem o DNA, a influência e eu tive. Por outro lado, eu não tenho medo de dizer, numa situação de pedofilia quando eu fui menor, eu fui abusado e isso mexeu muito com a minha cabeça, o que aconteceu? Eu fiquei tímido, isso é uma tempestade na vida de uma criança... Isso teve uma interferência profunda no meu pensamento, não foi uma coisa pesada nada, mas eu acabei ficando calado, o tipo de criação é importantíssimo, para que a criança possa falar “mãe eu tive um problema” e eu não sei, eu fiquei com medo de falar, e caí numa timidez, mas a timidez, eu lembro de um dia que eu fiquei vermelho, e pensei “o que é isso?” que situação esquisita.”*

Ernesto

Ao falar sobre sua infância, apesar de tê-la classificado como feliz, Ernesto não teve problemas econômicos como os de Dália ou Bete. Focou os

ensinamentos que teve com seus pais e irmãs, mas que ainda assim o impediram de falar sobre o fato que o marcou tanto provocado por parte de uma das pessoas que tinham contato com a sua família. Ao contar um pouco mais sobre suas vivências, disse que superou o ocorrido por meio das experiências que teve com vendas, que permitiram que ele perdesse a timidez e se expressasse melhor para atender os clientes. Ficou evidente o reflexo que este fato teve sobre o seu comportamento durante uma fase de sua vida.

Entre os entrevistados que viveram desde pequenos na Vila de Paranapiacaba, foram destacados dois relatos o da Carmem e o da Natália. Carmem (50 anos) nasceu em Minas Gerais, os pais eram analfabetos e trabalharam por muito tempo na lavoura. Veio para a Vila de Paranapiacaba com dois anos de idade, seu pai não conseguiu se estabelecer na ferrovia por um problema de saúde e seu irmão de 14 anos conseguiu vaga na Escola SENAI Ferroviária de Paranapiacaba e com isso, ela e sua família conseguiram permanecer no local. Mencionou que os seus três irmãos se tornaram ferroviários, porém durante sua infância sofreu certo preconceito por não ser filha de ferroviário, conforme relata a seguir:

*“A minha infância aqui foi muito boa, nossa! (risos). Morava na parte alta, depois morei no Rabique, depois fui para a Parte Baixa e agora tem 12 anos que voltei para a Parte Alta, eu brinquei bastante. Na época da ferrovia, eu não podia brincar no Parquinho, porque o meu pai não era ferroviário, eu vinha pra escola e ficava esperando, depois que todo mundo ia embora, o seu Zé falava: vai lá dá uma balançada no Parquinho. Apesar disso, foi muito gostoso.... comecei a trabalhar com 11 anos, estudei aqui no Grupo Escolar, onde fica a Prefeitura hoje. Com quase 11 eu sai da escola e deveria ir para o ginásio, mas meu pai não deixou, dizia que mulher não precisava estudar, só homem. Aí meu irmão foi, o uniforme dele era lindo, eu ficava olhando com inveja, aí já que eu não podia estudar, comecei a trabalhar em casa de família, comecei babá cuidando de criança, depois doméstica, lavar, passar, cozinhar.”*

Carmem

Carmem nos recebeu em seu comércio e apesar de ter citado a saída da escola ainda no 4º ano, o trabalho precoce e as diferenças de acesso aos equipamentos da Vila de Paranapiacaba por conta de sua origem, falou com alegria da sua infância, por ter brincado bastante.

A valorização do brincar nesta fase da vida também esteve presente no relato de Natália (50 anos), seus pais chegaram a Paranapiacaba na década de 1950, foi a primogênita de nove irmãos. Contou-nos que foi bem “arteira”, mas que às vezes em casa se “fazia de santa” por conta do pai que era alcoólatra.

*“A minha infância aqui na Vila foi muito, muito tranquila, mas eu tinha os meus problemas. Naquela época meu pai era alcoólatra, agredia às vezes a minha mãe, mas de resto foi tranquilo. Vou contar uma história até engraçada, quando a gente morava na Serra, eu estava no 3º ano, tinha uns 9, 10 anos e eu e a garotada, a gente subia a Serra. Onde hoje existe a Prefeitura era a escola. Naquela época o pão e leite era entregue na porta, a gente subia de porta em porta. Naquela época não tinha pãozinho, era bengala, o que o pessoal hoje chama de baguete. A gente tirava todo o miolo, essa era a nossa brincadeira, a gente não tava com fome era só para zoar, a gente brincava no mato, de casinha mesmo, não existia maldade, incrível não tinha maldade, a gente comia as frutas que tinham na mata, goiaba, araçá, naquela época a gente nem conhecia droga, graças a Deus.”*

**Natália**

É interessante notar no depoimento de Natália que desde pequena por meio das brincadeiras já tinha contato com a “mata”, que por sinal é abundante na Vila de Paranapiacaba.

Os relatos apresentados trouxeram a diversidade de experiências que foram mais significativas para os diferentes sujeitos de pesquisa e apesar de alguns terem relatado o enfrentamento de problemas de pedofilia, alcoolismo e violência na família, trabalho infantil e fome, a maioria dos entrevistados teve uma infância bem tranquila e saudável.

#### 4.1.1.2 As vivências dos entrevistados durante a adolescência

O intuito de ressaltar as vivências dos entrevistados durante a adolescência não é analisar com profundidade os fatos ocorridos nestes períodos, mas destacar algumas experiências que podem ter colaborado na construção da característica participativa que possuem, considerando a mesma como consequência de uma construção social, ou seja, resultado de suas vivências, necessidades e de suas relações com a família e com a sociedade.

A participação dentro de um sentido mais simplista referindo-se a fazer parte, ter parte ou tomar parte de algo, inicia-se no ambiente familiar. De acordo com BORDENAVE (2007, p.25) é na interação familiar que se estabelece a microparticipação, que ao longo do tempo se estende à escola, ao trabalho, à comunidade e a outros espaços. Para o autor, o conjunto dessas experiências “constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro onde não existam pessoas marginalizadas”. A macroparticipação envolve a intervenção das pessoas sobre a realidade a fim de provocar mudanças sociais. E como se faz isto? Os processos educativos são fundamentais, porém só se aprende participar, participando.

Convém lembrar que participar não se limita ao acesso a determinados grupos ou a serviços, mas, sobretudo à construção da autonomia, na qual a transformação do sujeito ou do meio em que vive acontece em decorrência de suas visões de mundo, interesses e anseios. Neste sentido, a “participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual” (DEMO, 1988).

E considerando os sujeitos da pesquisa, que por sua vez foram indicados por apresentarem uma característica mais participativa, serão transcritos a seguir alguns relatos que expressam algumas das experiências participativas que tiveram durante a adolescência.

*“Como eu fui o filho mais velho, eu tive um pouco mais de dificuldade de participar das decisões junto com os meus pais. Eu tive que conquistar o meu espaço, meio na marra assim, tive muito atrito com meu pai da adolescência pra frente, até por conta disso. Meu pai era muito autoritário, muito mandão, do jeito que ele foi criado, foi criado assim, então a sua forma de criar filhos também era assim. Mas depois de um determinado ponto, acima dos 20 e qualquer coisa comecei a dar pitaco, mas meu pai sempre foi bem rígido, as decisões mais importantes sempre era ele quem tomava. Ele era até meio machista, até minha mãe era meio difícil para entrar, para conseguir mudar a direção daquilo que ele estava pensando. Meu pai sempre foi cricrizão, mas a minha mãe apesar de pouco estudo ela tinha muita sabedoria, ela controlava você sem você perceber, uma pessoa tão dócil, tão gentil assim, que ela dava de 10 a 0 no meu pai, mas era que ele quem decidia. ... Quando eu fui expulso da escola, depois de um tempo eu consegui voltar para a mesma escola, acabaram me aceitando, mas a condição que eu tinha para estar lá era não tomar nem uma advertência verbal, eu tinha que ter um comportamento exemplar e nessa época eu entrei no Grêmio e eu era muito ativo na questão assim de tudo o que um Grêmio faz, ... fiquei uns dois anos.”*

Alex

Alex (44 anos) nasceu no Paraná e veio para São Paulo em 1968, com seus pais e três irmãos. Em seus relatos narrou que sua família era de origem italiana e que a mãe aprendeu a ler e escrever ao longo da vida, mas nunca foi à escola e o pai havia feito apenas o 2º ano do ensino fundamental, o que era muito comum na época. Descreveu o pai como sendo muito rígido, é interessante notar em seu relato o fato de não participar das decisões da família até certa idade, isto contextualizado em sua história mostra que a relação entre o pai e os filhos foi mudando ao longo do tempo, sendo que os seus irmãos mais novos tiveram um pouco mais de abertura, expressando a mudança na família de acordo com a diferença de gerações. Foi criado muito preso dentro de casa, o que segundo ele, fez com que à medida que fosse ficando mais velho e obtendo mais liberdade tivesse se tornado mais “bagunceiro, nada grave, coisa de adolescente mesmo”. O que só melhorou ao entrar no Grêmio da escola.

É pertinente reforçar a questão do envolvimento do entrevistado no Grêmio estudantil, pois este espaço representa uma forma participativa de

gestão do ambiente escolar, ao mesmo tempo em que contribui para a formação dos jovens. De acordo com DALBERIO (2008), os grêmios introduzem os jovens a uma experiência democrática, estimulando a reflexão e a participação política, favorecendo o seu amadurecimento como cidadãos.

Para NOVAES e VITAL (2005, p.113), a juventude é a fase da vida mais marcada por “ambivalências provocadas pela convivência contraditória entre a subordinação à família e à sociedade e as expectativas de emancipação, sempre em choque e em negociação”, sendo os grupos de participação diversos, essenciais para enfrentamento e resolução destes conflitos e o desenvolvimento de valores de respeito mútuo, solidariedade e a construção de identidade.

Outro sujeito da pesquisa que relatou ter participado de grêmios estudantis foi a Dália, que também teve participação em um grupo da igreja e outros relacionados a artes, como teatro e dança:

*“A minha adolescência foi muito legal, tinha os encontros de jovens dentro da Igreja Católica, lá do bairro. Eu era a líder deste grupo porque assim, acho que é porque eu era a mais danada, né? (risos) Eu não tinha vergonha, então a gente participava de teatro, fazia os eventos do bairro, nós éramos muito unidos, os cursos que davam dentro da Igreja eu sempre fazia, eu sempre estava ligada a comunidade de uma maneira geral,.... a gente participava na escola também da horta comunitária que era um grupinho da 3ª série. A gente tinha a tia Rita que era a merendeira, não era trabalho, era gratificante. De segunda a sexta tinham as salas e era tudo organizado, tinha um grupo da manhã que fazia a rega, a tarde também, outro que plantava, nós que fazíamos a nossa própria merenda. Tinha também o grupo de dança, era a época do Menudo (risos), era muito legal, era maravilhoso! Participei na escola do Grêmio que era o pessoal da 5ª série que não era só do bairro que eu morava. Nesta escola tinha de 1ª a 4ª série, quando íamos para a 5ª série tinha que ir pra outra escola. Já era diferente, e pelo Grêmio a gente fazia parte da torcida do vôlei.”*

Dália

No depoimento acima nota-se a diversidade de grupos em que Dália se envolveu durante a infância e a adolescência, já se destacando como líder. A

entrevistada relata que sempre se cobrou muito, não admitia nem tirar nota vermelha na escola e que seus pais sempre tiveram uma relação pautada no diálogo, o que contribuiu para que participasse inclusive de assuntos relacionados às escolhas da família. Explica que mesmo quando as decisões eram tomadas pelos pais e ela e seus irmãos ficavam descontentes, como por exemplo, a mudança constante de bairros e escolas, sua mãe sempre ponderava os pontos positivos e negativos da situação, o que facilitava a sua compreensão quanto ao fato.

É necessário mencionar ainda a questão da participação na Igreja, pois foi um relato comum entre os sujeitos da pesquisa. Analisando um estudo feito sobre a dimensão organizativa, potencialidades da sociedade civil e participação social no Brasil, AVRITZER\* (s/d) afirma que as igrejas possuem uma grande capacidade de mobilização e podem favorecer experiências coletivas de ação social, mas a participação nas decisões neste espaço ainda é muito baixa. Por outro lado, os grupos de jovens de cunho religioso constituem-se como espaços de interação social e podem facilitar o processo pedagógico da participação.

A seguir, evidenciamos um trecho do depoimento de Ana (37 anos), monitora ambiental que mora na Vila de Paranapiacaba há 10 anos, não tem irmãos e foi adotada ainda quando era criança:

*“Da adolescência pra frente eu comecei a participar bastante das decisões tomadas pelos meus pais, era só eu, meu pai e minha mãe, né? Então... eles são bem mais velhos do que eu. Minha mãe está viva, mas meu pai já é falecido há uns 15 anos ou mais. Eu participava bastante e acabava tendo que tomar algumas decisões porque como eles eram bem mais velhos tive que assumir a responsabilidade. Minha mãe era da Igreja Presbiteriana, quando eu ia participava bastante das atividades dentro da Igreja lá. Ai depois eu acabei indo para a Adventista e participava bastante do grupo de jovem da igreja. Na Igreja Adventista tinha o Clube dos Desbravadores que era tipo um*

---

\* Sociedade Civil e participação Social no Brasil. Texto preparado para a coordenação da área social do projeto Brasil em Três Tempos (s/d).  
<http://www.democraciaparticipativa.org/files/AvritzerSociedadeCivilParticipacaoBrasil.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2013.

*grupo de escoteiros, tudo que os escoteiros faziam mais um pouco, eu participei bastante tempo, dos meus 10 anos até 16 e 17 anos. Eu ia no Clube, aí depois, chega uma época da adolescência que você não quer ir mais pra Igreja.”*

Ana

Ana começou a participar das decisões familiares ainda na adolescência em virtude da morte de seu pai, nota-se que a participação no grupo de jovens da Igreja também foi marcante como parte de suas experiências.

Certamente todas estas experiências participativas colaboraram com a formação cidadã dos entrevistados, contudo, devemos lembrar que 15 dos 22 entrevistados possuíam idade entre 41 e 60 anos, vieram de famílias tradicionais, nas quais a autoridade paterna foi muito significativa e viveram em maior ou menor tempo o período de ditadura militar, no qual a participação social era totalmente reprimida.

## 4.2 Análise das percepções e vivências dos entrevistados na Vila de Paranapiacaba

Considerando as experiências dos sujeitos de pesquisa na área de estudo, serão apresentadas e analisadas suas percepções quanto a diversos aspectos que trouxeram implicações positivas ou negativas à territorialidade e à Promoção da Saúde.

### 4.2.1 Percepções sobre as mudanças na Vila de Paranapiacaba

Para entender a territorialidade na Vila de Paranapiacaba foram analisados os relatos dos entrevistados quanto às mudanças que ocorreram desde a chegada dos mesmos ao local (ou da época da infância e/ou adolescência dos que já residiam na Vila) aos dias atuais, as visões sobre as

ações do poder público, sobre a participação e organização comunitária no desenvolvimento local e a relação que possuíam com a área de estudo.

Segundo SAQUET (2005), entender a territorialidade implica considerar a relação tempo-espaço. Para o autor, o espaço é o resultado das relações históricas em que se associam as perspectivas econômicas, políticas, culturais e da natureza. Este espaço está contido no território, que por sua vez está em constante movimento, portanto é relacional e processual. Dessa forma, conhecer as relações entre passado e presente sob o ponto de vista dos entrevistados é crucial para compreensão da territorialidade na Vila de Paranapiacaba.

Quanto às transformações que ocorreram na área de estudo nos últimos 13 anos, percebeu-se quatro aspectos mais relevantes citados pelos entrevistados:

- **Biofísico:** referente à paisagem local como um todo (vegetação e residências) e clima.
- **Visitantes:** pessoas que frequentavam a Vila.
- **Moradores:** saída das famílias de ferroviários e chegada de outras pessoas sem vínculo com a ferrovia.
- **Gestão:** período sob responsabilidade da Rede Ferroviária ou Prefeitura Municipal de Santo André.

Apesar de serem abordados separadamente, todos estes aspectos costumam estar relacionados, embora nos depoimentos dos entrevistados apenas uma ou duas dimensões aparecem de cada vez. Quanto à mudança biofísica, há duas dimensões que devem ser consideradas: a primeira relaciona-se à vegetação e ao clima e a segunda às edificações da Vila de Paranapiacaba.

É preciso lembrar que a área de estudo é um local que surgiu em virtude da implantação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (1867), portanto, neste período, a vegetação existente na Vila de Paranapiacaba sofreu impactos decorrentes de ações antrópicas, porém os maiores danos ocorreram a partir da década de 1950, com a implantação do pólo industrial de Cubatão, que causou inúmeros problemas à saúde humana e ambiental não só neste município do litoral paulista, mas também nas áreas adjacentes. Um diagnóstico da cobertura vegetal realizado na região de Paranapiacaba e Parque Andreense em 2012 mostrou que a vegetação na área de estudo se encontra em estágio secundário avançado de regeneração, o que é positivo, por outro lado já não é encontrada vegetação primária na área, o que pode estar relacionado ao impacto causado pela poluição do ar de Cubatão e a consequente chuva ácida (MILARE e MAGRI, 1992, PMSA, 2012).

Ao discorrerem sobre as mudanças que aconteceram na área de estudo, a questão da vegetação não foi citada, apenas um dos entrevistados mencionou a questão do clima, conforme relato a seguir:

*“Pensando em todo este tempo que estou aqui houve algumas mudanças. Primeiro a mudança do clima, totalmente. Nossa! Imagina, nós não passávamos na Rua dos Engenheiros, perto da Caixa d’água sem se molhar, porque a água caía, então chovia muito, houve uma mudança climática. Nesse período, as coisas que eu passei, por aqui não foram fáceis... eu cheguei em maio e fui conhecer a Vila em setembro, chuva, neblina e o céu preto. Você não enxergava daqui ali, havia 12 trens e 5 locobreques\*. Era muito preta a neblina, era bem o fog londrino, e eu tive muita dificuldade de adaptação à Paranapiacaba. Eu também tive um depressão muito forte quando eu cheguei aqui, porque assim, com aquela chuva, aquela neblina, aquele frio, eu não usava roupa de frio, porque me pinicava e eu chorava, era um tormento, sabe? Eu no primeiro momento odiei Paranapiacaba, porque eu não entendia o lugar, às vezes eu vejo as pessoas reclamando da neblina. Meu apelido era Dona Chuva, porque eu dizia: gente, tem que chover, se não chover como o povo em São Paulo tem água? Uma vez eu estava estendendo roupa na chuva, aí a minha mãe perguntou se eu estava maluca, mas eu precisava, eu falei: Deus há de me olhar lá de cima e mandar sol e no outro dia fez um sol*

---

\* Locobreque é uma das composições do trem que tem como finalidade freá-lo na descida da serra, enquanto que simultaneamente puxava outra que subia.

*de arromba (risos). Por conta disso, de eu não entender o lugar, eu tive muita dificuldade de adaptação.... eu pensei "tenho que me adaptar ao lugar", até então eu queria que o lugar se adaptasse a mim, aí eu comprei uma máquina de lavar e secar e acabaram-se os meus problemas, (risos)."*

**Kátia**

A entrevistada Kátia (60 anos), veio de uma região produtora de café. Nasceu no Paraná, na cidade de Cornélio Procópio, que segundo ela, foi criada por conta da ferrovia, assim como Paranapiacaba. Chegou na área de estudo em 1961, e como relata acima enfrentou quatro meses de neblina constante. Em seu depoimento ficou explícita uma das dificuldades de morar em Paranapiacaba. É curioso o seu relato sobre a influência que a neblina e as constantes chuvas tiveram sobre a sua vida.

Não foram encontrados registros de pesquisas sobre a relação entre a depressão citada pela entrevistada e as características climáticas na Vila de Paranapiacaba, mas foi comum os entrevistados comentarem sobre casos de pessoas que tiveram o mesmo problema. Apesar da Vila estar rodeada pela Mata Atlântica, é interessante notar que em seu relato, Kátia afirma que o clima mudou, que a umidade, neblina e chuvas já não são tão fortes quanto naquela época.

No tocante à mudança no aspecto físico de conservação das residências, isto se relaciona diretamente com o trabalho da gestão local, seja pela Rede Ferroviária ou pela Prefeitura Municipal de Santo André. Os relatos dos entrevistados e algumas notícias de jornal e revista sobre a área de estudo demonstraram que a Vila passou por períodos de decadência e ascensão de acordo com a forma com que os responsáveis pela gestão da Vila tratavam o patrimônio físico e humano local. A seguir, são destacadas algumas notícias e relatos que abordam tais transformações:

Figura 15 – Notícia\* sobre o fim da Rede Ferroviária Federal.



Fonte: Revista Isto É. 19.07.2000.

A matéria da Revista Isto É, de 9 de julho de 2000 (figura 15), mencionou a situação de deterioração que a Vila de Paranapiacaba se

\* As notícias foram classificadas como boas ou ruins de acordo com o tema e relação com os depoimentos dos entrevistados. A seta vermelha corresponde às notícias ruins e a seta verde se relaciona às notícias boas.

encontrava à época, citando a inclusão do local, como um dos 100 sítios históricos mais ameaçados do mundo. Mas, o que chamou a atenção foi o título da notícia “Memória ameaçada”, apesar do foco da matéria ser a estrutura física da Vila de Paranapiacaba, percebe-se nos relatos dos entrevistados que este processo de deterioração do patrimônio histórico e alguns fatos que ocorreram no local colaboraram também para que houvesse o início da dissolução da memória histórica e cultural daquele território.

A Vila começou a entrar em decadência a partir do processo de privatização da Rede Ferroviária Federal - RFFSA, que ocorreu na década de 1990. Um dos principais problemas que acometeram o local foi a saída dos ferroviários da Vila de Paranapiacaba e conseqüentemente, isto impactou na manutenção das edificações e no esvaziamento do local pelos ferroviários que ali residiam, conforme relatado no depoimento a seguir.

*“A transformação da Vila, aconteceu por quê? Em 1996, a Rede Ferroviária foi embora, privatizou e passou a concessão para a MRS Logística, uma empresa de transporte de carga. Na época da ferrovia só podia morar na Vila de Paranapiacaba se fosse ferroviário, o aluguel era descontado do holerite. Quando houve a privatização mandaram muita gente embora, então, esvaziou a Vila. Quem era demitido era obrigado a devolver a casa. Houve uma demissão em massa de ferroviários, ficaram muitas casas vazias. De 1996 a 2002, foram 6 anos a Vila sendo invadida, chegavam caminhões e caminhões, de tudo que era lugar, não teve controle. Algumas pessoas tentaram organizar isso, mas em benefício próprio porque fez contato com a ferrovia e alugava as casas e virou uma bagunça. Em 2002, a Prefeitura de Santo André comprou a Vila, foi quando começou a organização, chamaram todos os moradores até os invasores e cadastraram todos e começaram a fiscalizar e cobrar um aluguel, muitos foram embora, porque não tinham como pagar e houve as reintegrações de posse.”*

*Bete*

Para Lamarca (2008), no entanto, a decadência da Vila de Paranapiacaba se iniciou na década de 1970, com a Política Nacional de Desenvolvimento e o incentivo às indústrias automobilísticas, pois houve investimento maior na construção de rodovias do que na malha ferroviária. Segundo o autor, na década de 1980 a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) já

estava falida, mas mesmo após a privatização do transporte de carga com a venda da RFFSA à MRS Logística em 1996, a Rede continuou como proprietária de diversos imóveis por todo Brasil, incluindo os da Vila de Paranapiacaba.

De qualquer forma, a cultura ferroviária e o zelo pelos imóveis se desvaneceram, conforme constata-se nos relatos de Natália e Kátia:

*"Meu pai veio pra cá por conta da ferrovia. Hoje a Vila é completamente diferente, era muito mais bonita, você não via um imóvel danificado....até o dormente para você fazer algo em casa era a ferrovia que fornecia, uma cerca, um vidro, era a ferrovia que consertava, vinha no escritório que era no Castelinho, pedia para o Chefe e ele providenciava o que era preciso. Então a Vila era bem conservada, entendeu? Na questão social também era bem mais tranquilo, existem pessoas e pessoas e hoje tem um pouco mais de medo, naquela época você ia na padaria era "oi, bom dia, oi, bom dia" a gente conhecia todo mundo, hoje em dia não, acho que essa era a grande diferença, e hoje a coisa do Patrimônio está bem complicado e acho que é coisa do poder público mesmo. A gestão passada fez uma coisa muito legal, obrigou os moradores a restaurarem seus imóveis. No passado, tudo era arrumado, mas quando começou a degradação entrava quem quisesse aqui, entendeu?"*

**Natália**

*"...ser ferroviário era motivo de orgulho, e passava de pai pra filho, isso aqui era uma grande família, não podia falar mal de ninguém, porque com certeza você tava falando mal do parente de alguém, né? E tudo funcionava, Escola Senai, Lyra, tudo funcionava, né? Nós vimos ao longo dos anos tudo se perder, hábitos culturais também. Você entrava na estação da Luz você sabia as pessoas que iam descer em São Caetano, em Mauá, em Ribeirão Pires e em Paranapiacaba, pelo modo de se comportar, pelo modo de se vestir, então isso também acabou, a organização que havia."*

**Kátia**

Pelos relatos acima, essas mudanças afetaram a territorialidade na Vila de Paranapiacaba também sob o ponto de vista simbólico, ou seja, houve uma desconstrução da identidade coletiva.

Para SAQUET e BRISKIEVICZ (2009), a identidade é um componente do território e deve ser apreendida dentro do seu contexto de formação

histórica. De acordo com os autores, a identidade se configura como um patrimônio territorial na medida em que se relaciona com a cultura local.

É necessário lembrar que cultura e identidade se inter-relacionam, mas não têm a mesma definição. PERICO (2009, p.39), explica que a cultura se relaciona aos sistemas de significados que são construídos historicamente, orientando as atitudes de cada indivíduo ao longo de sua vida, ou seja, se associa aos valores, costumes, crenças e simbologias. Já a identidade se fundamenta na cultura para a construção desses significados. Para o autor, “a cultura une um grupo e a identidade o diferencia de outros”.

Referindo-se às tradições locais, a entrevistada Silvia (57 anos) mencionou uma ruptura não só em virtude da crise vivida pelo declínio da Ferrovia, mas também pelos anseios das novas gerações, conforme notamos a seguir:

*“Comparando aquela época aos dias de hoje, a principal mudança foram as pessoas que mudaram daqui e vieram outras pessoas, bem mais novas que não curtiram a tradição daqui, porque antigamente, era assim: o ferroviário aposentava, mudava daqui, mas só o filho dele continuava, porque trabalhava também na ferrovia, sabe? E continuavam as mesmas tradições, só que houve um tempo em que os filhos não queriam mais trabalhar aqui, na Rede, aqui mesmo em Paranapiacaba, queriam ter outra vida, morar pra lá, não seguiam as tradições, a festa do padroeiro, as festas do Lyra, Carnaval, essas coisas, aí começou a ter menos frequência nas festas.”*

Silvia

A entrevistada Silvia viveu na Vila de Paranapiacaba desde pequena e falou com muita nostalgia dos tempos áureos do local. O pai foi ferroviário, assim como dois de seus seis irmãos. Como demonstrado em seu relato a mudança das pessoas que viviam em Paranapiacaba rompeu com as tradições locais e isso se refletiu nas diversas festas que eram realizadas na Vila, ao narrar sua história, enfatizou várias vezes que os espaços onde tais festividades aconteciam, já não têm essa finalidade. Quando mencionou que este

rompimento das tradições ocorrera em virtude do desejo de alguns de “ter outra vida”, se referiu às diferenças e benefícios que a área urbana oferecia, e junto com ela, uma série de outros valores.

CASTIEL (2007) ao discutir sobre a interface entre identidade e saúde, menciona que o individualismo, o tecnicismo e o consumismo característicos da sociedade atual afetam a todos e trazem certo sentimento de desenraizamento, de redução das percepções e familiaridade com o local em que se vive e que isso afeta a saúde pela perda da noção do cuidado de si e com o ambiente. É o sentimento de pertencimento que produz a identidade territorial e conseqüentemente, a apropriação local. Desse modo, promover a saúde humana e ambiental é também conhecer a territorialidade em seu aspecto simbólico, é compreender esta identidade e fortalecer a noção de pertencimento.

A identidade é um processo em construção, portanto, os fatos mencionados pelos entrevistados quanto à perda da cultura ferroviária simbolizou um marco que influenciou a territorialidade na Vila de Paranapiacaba em seu sentido material e imaterial, ou seja, esta mudança influenciou o sistema econômico, social, político e cultural da área de estudo.

Ao falar sobre o período de declínio da cultura ferroviária e o esvaziamento da Vila de Paranapiacaba foi comum a utilização do termo “memória ferroviária”, sendo que um dos entrevistados enfatizou que:

*“...a memória ferroviária, tem que ser uma memória. Hoje a gente está em outro ponto da história, tem que respeitar, que isso sim é muito importante, é a história do morador, mas é uma memória, não tem mais uma vila ferroviária, ela foi, faz parte do passado. Há um Plano Turístico na Vila há 10 anos e existem muitas falhas, e tá num momento de rever esse Plano, o que deu certo vamos continuar, o que não deu vamos melhorar, tá num momento de rever e a opinião das pessoas que moram aqui, é essencial.”*

**Maria**

Maria (52 anos) nasceu em Campos do Jordão e foi para a Vila de Paranapiacaba em 2006, mas já frequentava o local desde a adolescência. Em seu relato disse que um dos fatores por ter se apaixonado pela Vila foi a semelhança climática com a sua cidade natal. Mencionou que acabou aprendendo um pouco de história em virtude da memória ferroviária de Paranapiacaba, mas salientou que chegou em um período de transição e que muitos não a compreendiam por defender que era preciso avançar e perceber que a memória ferroviária ficou no passado, pois na Vila já não residiam nem dez por cento dos ferroviários. Por outro lado, percebeu-se em seu relato certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que defendia a importância do respeito à opinião dos moradores criticava o pensamento que a comunidade tinha aliado à memória ferroviária, fator que interferia diretamente em suas visões e opiniões sobre o desenvolvimento local.

Cabe ressaltar que a memória não se trata apenas de uma lembrança nostálgica, mas um elemento da identidade que contribui tanto para construí-la como para reconstruí-la. E esse foi um dos desafios assumidos pela Prefeitura Municipal de Santo André ao comprar a Vila de Paranapiacaba em 2002, ou seja, reconstruir a identidade local sem perder esse vínculo que alguns moradores que permaneceram no local tinham com a memória ferroviária.

Outra característica marcante nos depoimentos dos entrevistados quanto às mudanças ocorridas na área de estudo foi o aspecto de abandono que a Vila apresentava antes de sua compra pela Prefeitura:

*“Quando eu vim foi próximo do ano de compra da Vila pelo Celso Daniel, foi bem a troca da ferrovia com a Prefeitura, era uma época que eles não estavam muito acreditando nos moradores, hoje ainda tem, mas é menos. Naquela época, parecia cidade sem lei, quando eu vim morar aqui a Vila era largada, era assim com o aspecto mais de cidade fantasma do que hoje, as pessoas invadiam simplesmente, não tinha conscientização do que era o Patrimônio, não tinha manutenção, não morava ninguém e você via o vandalismo, era obscuro, dava medo e ninguém se importava, né? As casas se*

*deterioraram. As pessoas que não davam este valor, que não refletiam sobre o que é morar em Paranapiacaba, parece que clariou, aquela escuridão foi embora, hoje está mais alegre morar em Paranapiacaba.”*

Dália

O relato de Dália mostrou que neste processo de transição a comunidade já fragilizada, não estava sendo valorizada. As pessoas que chegavam e invadiam não tinham vínculo nenhum com o local e foram deteriorando o patrimônio que apesar de tombado não se encontrava conservado como deveria. Todos estes acontecimentos colaboraram com o enfraquecimento da identidade e territorialidade locais.

Além disso, os turistas e outros frequentadores da Vila de Paranapiacaba praticavam um turismo predatório que colaborava ainda mais com o aumento da insegurança dos moradores locais e a depredação ambiental e patrimonial. O entrevistado Alex retratou um pouco desta situação no seguinte relato:

*“Quando eu cheguei na Vila era muito diferente do que é hoje, até porque quando eu comecei a vir aqui foi logo após a compra da Vila pela Prefeitura, as pessoas que frequentavam aqui naquela época eram totalmente diferentes das pessoas que frequentam hoje. Hoje em dia você tem grupos de amigos de trabalho, famílias, muitos casais. Naquela época, no comecinho vinha grupo de amigos, mas era grupo de amigo de bairro, 90% era gente que tinha na mochila bebida alcóolica, droga, aquele grupo que não vem pra agregar nada, vinha pra explorar, para deixar lixo na Vila. Subia no mirante com uma garrafa PET cheia de coca cola, por exemplo, e quando estava vazia o cara jogava no meio do mato e ia embora. As trilhas eram cheias de lixo, todas impactadas e hoje em dia depois de organizar a coisa, mudou muito o público. Hoje um cara que vem com a referência do público daquela época ele não se acha aqui, não tem mais espaço para este cliente aqui. Mudou muito o perfil do visitante.”*

Alex

Os problemas mencionados por Alex também foram grandes desafios enfrentados pela comunidade e pela Prefeitura Municipal de Santo André.

Todos os fatos relatados pelos entrevistados colaboraram com o início de um processo de desterritorialização.

Segundo HAESBAERT (2003, p.15), a desterritorialização pode assumir diversos sentidos de acordo com a concepção de território que se tem por referência. Para o autor, é possível distinguir duas ideias distintas: uma relacionada ao território como “substrato material para as atividades humanas e a que vê o território como *locus* de relações de poder e estratégias identitárias”. Considerando a primeira perspectiva, a desterritorialização se relaciona à desconstrução das relações sociais, enfraquecimento da atividade econômica e consequente exclusão social. Quando são consideradas as relações de poder e a identidade, a desterritorialização é caracterizada pela debilidade das políticas e estruturas gestoras, pelo desenraizamento e a perda do vínculo simbólico e afetivo com o território, assim como a identidade coletiva. Embora tenham sido apresentadas perspectivas diferentes, é importante lembrar que ambas se inter-relacionam e acontecem concomitantemente.

Apesar dos prejuízos causados pela desterritorialização, sobretudo, para população que reside no território. CHELOTTI (2010) lembra que este processo não é estanque, ou seja, as mudanças também podem favorecer a reterritorialização. Isto é explicado pelo autor como parte constituinte dos processos geográficos de TDR – territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que por sua vez são dinâmicos e inerentes à sociedade.

A reterritorialização da Vila de Paranapiacaba, em seu sentido material e imaterial teve influencia direta das ações que se sucederam a partir de sua compra pela Prefeitura. Tendo em vista a inserção da área de estudo no município de Santo André, CASTILHO (2008), afirma que até a década de 1990, muitos moradores não sabiam informar qual município a Vila pertencia, isso por conta da distância física de cerca de 33 km até a área central da cidade,

o que fazia com que os diversos serviços dos quais necessitavam fossem procurados nos municípios vizinhos, ou seja, Rio Grande da Serra ou Ribeirão Pires. Um dos entrevistados mencionou em seu relato a questão da oferta de serviços após a descentralização administrativa, conforme abaixo:

*“Da época que eu vim pra cá para hoje, tudo mudou, muita coisa, não há dúvida, a Vila já esteve melhor do que está hoje, mas se você fizer um retrocesso está muito melhor, muito melhor, até do ponto de vista de serviço público não há como negar que Paranapiacaba hoje tem um serviço público, poucos bairros tem, tem uma creche, escola pública municipal, até o 2º grau num lugar de 1310 habitantes, tem bairros que tem muito mais pessoas e não tem essa oportunidade, saúde, o atendimento médico tradicional. Eu acho fantástico!”*

Daniel

Daniel (48 anos) reside na área de estudo há 13 anos, é de descendência italiana e segundo ele sempre foi muito estudioso. Se interessou pela Vila de Paranapiacaba em virtude do seu trabalho de conclusão da graduação sobre imigração italiana realizado por volta de 1983, período em que conheceu a Vila. Recebeu-nos em seu local de trabalho e fez uma narração de suas experiências dentro de uma perspectiva bem crítica, especialmente sobre os fatos do período em que passou a residir em Paranapiacaba. Daniel não teve a vivência da cultura ferroviária, mas mostrou um conhecimento profundo da história local, mencionou diversos problemas, mas também ressaltou os pontos positivos que foram resultado da descentralização administrativa.

Descentralização esta, marcada pela criação de uma Subprefeitura (figura 16) e o posterior investimento no desenvolvimento turístico local que conforme dados apresentados a seguir foram muito significativos, especialmente para reconstrução da identidade territorial.

Figura 16: Notícia sobre a criação da Subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense



Fonte: Diário do Grande ABC. 30.11.2000

AKERMAN (2004, p.134) alerta que a descentralização administrativa marcada pela criação de Subprefeituras não pode ser confundida com uma simples delimitação ou área de abrangência das cidades, pois se trata da administração de um determinado território, “um espaço vivo” que envolve os processos de convívio entre as pessoas e as relações de poder, “onde se materializam de forma concreta as condições de vida e a presença ou ausência da ação pública”. Dessa forma, a descentralização não é e nem deve ser confundida apenas como uma mudança de administração sob o ponto de vista da escala cartográfica, mas sim a produção de políticas públicas intersetoriais, inclusivas e em consonância com as demandas das comunidades.

#### 4.2.2 Vivências e percepções sobre o período de 2001 a 2008

Tendo em vista que um dos objetivos da presente pesquisa foi verificar as formas de participação dos moradores locais na gestão da Vila de Paranapiacaba a partir do relato das experiências cotidianas dos membros da comunidade, suas percepções e vivências essenciais para a realização deste estudo decidiu-se também estabelecer uma relação com as ações promovidas pelo poder público.

O período de 2001 a 2012 correspondeu à continuação de uma gestão da Prefeitura Municipal de Santo André iniciada em 1997, pelo Prefeito Celso Daniel até a ocasião de seu falecimento em 2002 quando esta função foi assumida por João Avamileno até o ano de 2008.

Na opinião de FARAH (2002), o Prefeito Celso Daniel foi um importante gestor do município e apesar de ser jovem, deixou importantes ideias e práticas para o aprimoramento da administração pública, sendo que as principais se referiam ao desenvolvimento local e regional e à política ambiental do

município. De acordo com a autora, em suas realizações como administrador, priorizava o diálogo, a participação e a negociação como fatores essenciais para efetivação dos interesses coletivos e a partir destes princípios implantou iniciativas inovadoras em Santo André.

Esta contextualização se faz importante, pois além de ter ocorrido antes, foi a base da gestão pública que compreendeu o período de 2001 a 2008.

Antes de destacar os relatos dos entrevistados quanto a este período, é necessário explicitar algumas relações entre descentralização administrativa e desenvolvimento local.

Para BUARQUE (2004), a descentralização e o desenvolvimento local são processos distintos, porém na maioria dos casos estão interligados. O autor argumenta que a descentralização pode colaborar com o desenvolvimento local na medida em que possibilita uma maior aproximação entre as estruturas administrativas e as comunidades. Neste processo deve haver uma potencialização da efetividade dos programas e democratização dos processos decisórios por meio da participação e do diálogo, pois também há uma aproximação das instâncias de decisão dos problemas/necessidades da população.

Segundo DOWBOR (2010, p.102) o desenvolvimento local tem sido estimulado pelas políticas públicas como uma maneira de mobilizar o potencial local. O autor enfatiza que não “se trata de uma alternativa entre dar o peixe ou ensinar a pescar”, mas sim de criar condições para que as comunidades possam participar ativamente desse processo de desenvolvimento fomentando a apropriação local.

Por esse prisma, a descentralização administrativa também surge como uma forma de ampliar a transparência, a efetividade e a democratização da

gestão local. Por outro lado, a lógica setorial ainda muito presente na administração pública, as diferentes características de cada gestão e dessas estruturas setoriais “podem dificultar o seu controle pelos atores locais” (FERNANDEZ e MENDES, 2007, p.42). Tais aspectos serão abordados nos depoimentos destacados a seguir.

*“A Vila mudou e melhorou muito desde a minha chegada pra agora, é bem melhor, o grande mérito é para o governo que se instalou aqui. O Celso Daniel, ele tava certo quando comprou a Vila de Paranapiacaba, estrategicamente certo, a tendência era emancipar este lugar, não poderia ter metade do município sem estar presente, ter uma Subprefeitura aqui, embora tenha sido muito rejeitada pela comunidade no início. Eu acho que ainda é, a Prefeitura ainda tem uma rejeição eu acho que assim, quando se pensa em estabelecer um governo local aqui, naturalmente coordenado pelo governo do centro da cidade, começa a enxergar o lugar como diferente, você não pode administrar Paranapiacaba com o olhar de lá, esse foi o grande ganho, o que impulsionou toda essa mudança, foi a política pública mesmo que mudou, entende? Que encontrou muita resistência, eu lembro que o nosso Subprefeito era o João Ricardo, as grandes ações para conservação do nosso patrimônio cultural e natural, aconteceram na gestão do João Ricardo e os grandes ganhos da gente pra preservação, recuperação aconteceram no governo da Vanessa Figueiredo, dizer que o poder público não influenciou na mudança, que promoveu esse resgate, não tô falando só de prédio, promoveu o resgate social, de dignidade das pessoas, foi o governo, a Prefeitura de Santo André, então por mais que a gente tenha problemas com a Prefeitura não tem como negar, sem a Prefeitura ter intervindo, a Vila estaria da mesma maneira ou pior, ou deixado de existir com uma ocupação tipo favela, desordenada, e naturalmente houve muitos erros, muitos equívocos, não tenho dúvidas disso.”*

Daniel

No relato de Daniel, no tocante a importância da descentralização administrativa e da reterritorialização da Vila, sobressaem-se três ideias: a relevância da compra da Vila (figura 16), o reconhecimento da peculiaridade da região em que se insere a área de estudo justificando a criação de uma Subprefeitura e o resgate social.

Figura 17 – Notícia sobre a compra da Vila de Paranapiacaba



Fonte: Diário do Grande ABC. 23.09.2001

Todos estes fatos colaboraram com o resgate da cidadania dos moradores locais e trouxeram novas perspectivas. Quanto à notícia (figura 17) sobre a compra da Vila é interessante notar que foi publicada por um Jornal regional, localizado no município de Santo André e que houve a menção à Paranapiacaba como uma cidade, isto denota o que já foi mencionado quanto à

dificuldade de discernimento em relação à sua localização e inserção no município.

Conforme citado nesta mesma matéria do Jornal do Grande ABC, os moradores também ficaram apreensivos com esta mudança, pois pagavam o aluguel das casas à Rede Ferroviária, o que foi organizado posteriormente pela Prefeitura Municipal de Santo André.

*“A parte física da Vila comparando com a época que vim pra cá melhorou um pouco, você vê as casas mais arrumadas, ainda tem muita coisa que precisa ser feita, e isso ocorreu principalmente por conta da presença do poder público. São poucas as pessoas aqui que tem a permissão de uso da casa, que mora na casa e fala eu vou mexer por vontade própria na casa. Normalmente, é a Prefeitura que impõe, que fala, você tem que fazer, se não fizer, você vai ser despejado ou perder a permissão de uso o que eu acho estranho, porque a pessoa deveria cuidar do local em que ela mora.”*

Ana

No relato de Ana, ficou evidente que o cuidado com os imóveis acabou sendo uma obrigatoriedade, mas que em sua opinião deveria ser algo natural, como parte de uma ação cotidiana de cada morador, pois afinal, se trata de sua moradia. Este fato também se relaciona com a questão da apropriação local. Neste caso, a apropriação não se relaciona simplesmente à posse ou a um contrato de permissão de uso, mas ao significado e importância atribuído àquela moradia, àquele lugar. E isso se reflete igualmente na relação do morador com o território em que reside.

JERÔNIMO e GONÇALVES (2008, p.196), afirmam que os laços com um lugar são construídos a partir de um conjunto de fatores, incluindo a cultura e as relações sociais e ambientais. As autoras explicam que há uma diferença entre morar e habitar, sendo que o primeiro se refere apenas a uma relação funcional com determinado lugar, mas o indivíduo “de fato o “habita” quando se apropria de seus aspectos físico, simbólico, emocional e cultural. “Habitar”, portanto, pressupõe uma interação com lugares, pessoas, coisas do mundo

significativo do sujeito”. Daí a necessidade de promover processos que contribuam com estas significações para apropriação local.

No caso da Vila de Paranapiacaba, o turismo de base comunitária representou uma tentativa de resgatar estes laços com o território. De acordo com FIGUEIREDO (2011), esse processo ocorreu em três etapas, a implantação da atividade turística com o melhoramento da infraestrutura e criação de serviços em diversos segmentos, qualificação dos moradores locais e formalização dos empreendimentos. Segundo a autora, a criação de um calendário cultural foi um importante marco para o desenvolvimento local. Um dos principais eventos criados como parte deste calendário, foi o Festival de Inverno da Vila de Paranapiacaba - FIP (figura 18).

Figura 18. Notícia sobre os resultados do primeiro FIP.



Fonte: Diário do Grande ABC. 25.07.2001

A notícia do Diário do Grande ABC de 25 de julho de 2001 (figura 18) enalteceu os resultados positivos do primeiro Festival de Inverno da Vila de Paranapiacaba destacando o ganho econômico dos empreendedores dos

variados segmentos, incluindo também a informação quanto à mudança no perfil dos visitantes.

Esta mudança de perfil na visitação turística foi citada por vários dos entrevistados. A seguir, destacamos o relato de um deles.

*“A compra da Vila pela Prefeitura nos primeiros 8 anos, eu vi que teve uma grande mudança, melhorou bastante, tanto o turismo porque quando eu era mais novo eu via a Vila com pessoas que iam para o Poço das Moças e Pedra Lisa. Eu já fiz essas trilhas antes da criação do Parque Municipal e era totalmente diferente, era lixo pra todo lado e ainda tinha barraca, panela e tudo mais. Então quando entrou a Prefeitura, mudou o público que frequentava a Vila. O pessoal parou de passar direto pela rua Direita direto para a Floresta, e passou a ter mais pessoas querendo conhecer a ferrovia, cultura e culinária também. Então, essa foi uma grande mudança de melhoria para a Vila de Paranapiacaba. A iniciativa de qualificar os moradores para receber os turistas foi muito boa e hoje não é como era antigamente, mas a ideia de ter Bad & Breakfast, Atelier-residência e restaurantes portas abertas foi muito bom pra geração de renda na Vila, pra aumentar a renda de algumas pessoas que já tinham outro trabalho e para as pessoas valorizarem mais a própria Vila de Paranapiacaba, acho que nesta época a gestão valorizava mais as pessoas do que a gestão que está atualmente. Hoje eu ouço muitas reclamações de morador e vejo muita gente desanimada que às vezes deixa de se envolver com a Vila por perceber que a gestão também não está nem aí com a Vila.”*

**Alan**

Alan (27 anos) morou na Vila desde que nasceu. Seus pais vieram de Minas Gerais e chegaram em Paranapiacaba em 1978 para trabalhar na Ferrovia. Relatou que até certa idade não se envolveu com as questões de conservação da Vila e seu entorno, pelo contrário. Entretanto, mudou suas atitudes a partir de seu envolvimento com um dos programas educativos promovidos pela Prefeitura. Além da proteção da área, foi possível perceber em seu depoimento a ênfase dada à questão da qualificação dos moradores aliada ao aumento de renda e à valorização dos moradores locais nos primeiros 8 anos após a compra da Vila. É relevante mencionar que o relato foi dado em 2012 e que o entrevistado citou uma diferença em relação às diferentes

gestões públicas. De 2001 a 2008 se manteve a mesma gestão e em 2009 houve uma mudança.

No tocante à valorização dos moradores, o entrevistado Ernesto também comentou sobre este assunto:

*“... o cotidiano interfere na nossa forma de viver, de raciocinar também, quando eu vim pra cá mudou muito. Obviamente a gente foi participando, aquilo que eu falava é impagável o que os gestores daquela época fizeram! A gente lembra das visitas, dos estudos de campo, pra mim tudo isso foi um presente, eu tenho uma visão diferente.... tem gente que participava dos cursos pra ter desconto na casa, eu não culpo elas, elas não têm culpa disso, mas não teria que cobrar nada, você quer morar aqui tem que conhecer. Faz seis anos que estou aqui e a minha vida mudou, a renda, meu negócio me dá um bom dinheiro. A Prefeitura tem que orientar melhor os proprietários deste tipo de empreendimento para servir o turista, dar condições, o preço que eu cobro é compatível com o que eu sirvo aqui em casa, tem gente que não sai daqui, e já agendou para o próximo ano. O que o poder público pode oferecer... a gente sempre fala isso, em São Paulo ninguém consegue encostar no Prefeito, aqui a gente encostava nos gestores. De certa forma, o poder público estava mais próximo, a gente podia falar dos mais variados assuntos, esse tipo de convivência, próximo sabe? Naquela época, nós tínhamos uma satisfação pessoal, hoje não.”*

Ernesto

Neste relato, Ernesto frisou a importância das experiências que teve durante os processos educativos dos quais já participou, enfatizando a necessidade de todos os moradores conhecerem melhor o local em que moravam e destacou a abertura ao diálogo que havia por parte do poder público até o ano de 2008 como algo que trazia satisfação pessoal e estimulava a sua participação.

Considerando o desenvolvimento local e a territorialidade, as questões econômicas são relevantes, mas o diálogo e o trabalho conjunto são fundamentais.

Quanto ao diálogo entre técnicos e comunidades, SANTOS (2005), afirma que é um processo que vem sendo cada vez mais valorizado, mas que por muito tempo se baseou em relações unilaterais. O autor explica que as Universidades foram criadas sob esta ótica, o que influenciou diretamente a postura dos profissionais formados em relação às suas relações com a população. Para SANTOS (2005), a transição da unilateralidade para a interatividade foi fundamental, pois permitiu que a ciência se inserisse mais na sociedade e vice e versa.

Esta dialogicidade e interatividade, segundo DEMO (1988, 144) deve ser sensível ao saber popular, “ao trajeto histórico de cada grupo, para jamais partirmos de uma pretensa tábula rasa”. Desta forma, a dialogicidade pode contribuir para o rompimento da distância entre os técnicos e a comunidade, permitindo conhecer melhor não só a realidade em que estão inseridos, mas também suas necessidades, além de estimular a participação e a negociação entre os diversos atores.

FERNANDEZ e MENDES (2007) lembram que dentro de uma gestão participativa, a negociação transcende o simples consenso, pois se constitui como um processo dinâmico, cuja complexidade e pontos de divergência devem ser considerados como formas de aprendizagem social e construção da cidadania.

Voltando às melhorias realizadas na Vila de Paranapiacaba que contribuíram para sua reterritorialização, percebeu-se no depoimento dos entrevistados que as mais significativas ocorreram no período de 2001 a 2008. A seguir foram selecionadas algumas notícias dos anos de 2007 e 2008.

Figura 19: Notícia sobre as melhorias realizadas na área de estudo de 2002 a 2007.



Fonte: Diário do Grande ABC 16.04.2007

Entre as melhorias citadas na matéria do Diário do Grande ABC de 16 de abril de 2007 destacam-se: a criação de 81 empreendimentos, restauração de edificações, criação do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba e o calendário cultural, tendo o Festival de Inverno como principal evento.

Outras ações importantes deste período foram os projetos de implementação do Trem Turístico e a candidatura da Vila de Paranapiacaba como Patrimônio da Humanidade (figura 20), porém os mesmos não foram concretizados até o final do ano de 2008, ficando para a próxima gestão concretizá-los.

Figura 20: Notícia sobre a implantação do Trem Turístico e candidatura da Vila a Patrimônio da Humanidade.



Fonte: Folha de São Paulo. 30.07.2008

A transição entre gestões nos anos de 2008-2009 simbolizou outro marco na história da Vila de Paranapiacaba e dos sujeitos desta pesquisa. Quanto a este acontecimento Kátia mencionou em seu relato:

*“...me decepcionei muito nessa última eleição, as pessoas diziam vamos virar a página, queremos mudança, como você bota a sua mudança se hoje você tem a sua casa toda arrumadinha e tal, você vai pegar um caminhão por na frente da sua casa e fazer a mudança sem saber pra onde você vai? Infelizmente, foi assim.”*

Kátia

Foi neste período de transformação que a territorialidade na Vila de Paranapiacaba se fragilizou novamente. A descontinuidade na gestão pública gerou retrocessos no desenvolvimento local.

A descontinuidade no sistema político é necessária e fundamental para a alternância do poder e o fortalecimento da democracia. Por outro lado, pode carregar uma série de problemas como a paralisação de atividades e projetos mesmo que estejam trazendo resultados positivos. A continuidade ou descontinuidade da gestão pública não acontece de forma pura, sendo que a descontinuidade pode assumir diversos sentidos. Um deles está vinculado à ideia de que a troca de governo ou de gestor necessariamente deve ignorar as ações passadas para que o novo possa se estabelecer e neste caso, o viés político-partidário se sobressai (SPINK et al., 2000, NOGUEIRA, 2006).

Mas como proceder para que o interesse político partidário não se sobreponha ao interesse público? A participação social e os processos educativos são fundamentais para reverter esse quadro, porém devem estar atrelados à formação de capital social e ao “empowerment” coletivo.

#### 4.2.2.1 Ações educativas desenvolvidas no território

Tendo em vista que a maior parte das ações educativas promovidas pelo poder público na área de estudo teve seu início entre os anos de 2001 e 2008, as mesmas serão apresentadas vinculadas a este período.

No tocante às ações de educação em saúde realizadas na área de estudo, as mesmas estão atreladas ao Programa de Saúde da Família (PSF). A Vila de Paranapiacaba conta com um posto de saúde, 2 agentes comunitárias de saúde, 1 enfermeira e 1 médico como equipe integrante do Programa de

Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Esta equipe atua em 3 microáreas e é responsável pelo encaminhamento de pacientes ao atendimento médico, avaliação do crescimento de crianças e acompanhamento de vacinações.

Além de visitas de rotina realizadas pelos agentes comunitários de saúde, as atividades de educação em saúde eram pontuais e promovidas junto à comunidade em encontros periódicos para discussão sobre assuntos diversos como: doenças sexualmente transmissíveis, pré-natal, saúde bucal, aleitamento materno, verminoses, dengue, doenças silenciosas (diabetes, pressão alta) entre outras.

Pesquisa realizada por SILVA (2012) em um dos loteamentos pertencentes à região de Paranapiacaba quanto à participação dos moradores desta área nas ações promovidas pelo Programa de Saúde da Família identificou que as atividades domiciliares (porta a porta) eram predominantes, sendo que a participação nos grupos de orientação à saúde era baixa. Este mesmo estudo evidenciou que a comunidade percebia as ações dos agentes comunitários de saúde de forma positiva e isso se relacionava principalmente ao enfoque preventivo destas ações. Além disso, as mesmas eram realizadas de maneira setorizada, sem que houvesse uma integração contínua com atividades de outros setores que atuavam na mesma região, como por exemplo, o setor de Meio Ambiente.

Estes dados denotam certo subaproveitamento dos trabalhos desenvolvidos pelos agentes comunitários de saúde (ACS) na região em que a área deste estudo está inserida, pois as ações preventivas fazem parte das funções dos ACS, mas devem transcender este aspecto, envolvendo também o desenvolvimento de ações educativas que colaborem com o reforço à ação comunitária e a ampliação da autonomia dos sujeitos, considerando também o planejamento e a implementação destas ações de forma intersetorial para que realmente possam contribuir com a Promoção da Saúde.

Também eram realizadas na área de estudo, ações de educação ambiental, entre elas destacaram-se:

- a) Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS): programa de educação ecoprofissional e formação de adolescentes entre 15 e 21 anos de idade, habitantes de zonas periurbanas e entorno de áreas protegidas da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo. A proposta do PJ - MAIS integra a necessidade de estimular a sustentabilidade econômica de jovens em situação socioeconômica desfavorável com a preservação e recuperação ambiental, melhorando a qualidade de vida das comunidades envolvidas. O Programa de Qualificação Ecoprofissional acontece nos Núcleos de Educação Ecoprofissional (NEE) e tem a duração de 2 anos, sendo realizado simultaneamente à educação do ensino médio. Essa formação implica na criação de oportunidades de participação e educação continuada em quatro oficinas temáticas: turismo sustentável, agroindústria artesanal, consumo, lixo e arte e produção e manejo agrícola florestal sustentável. O NEE Paranapiacaba, existe desde 2001 e tem como missão atender a juventude de Paranapiacaba, por meio de um programa de formação socioambiental e de desenvolvimento econômico solidário, buscando fortalecer o sentimento de apropriação local. O primeiro semestre de formação envolve a realização de atividades de conhecimento mútuo, integração do grupo e apresentação teórico-prática inicial quanto as 4 oficinas temáticas previstas no Programa; no segundo semestre, as oficinas são aprofundadas para que no semestre seguinte os jovens escolham as linhas temáticas de maior interesse. No último semestre, os jovens elaboram e implementam projetos de acordo com os temas escolhidos e interesse de ação futura. Desde sua criação já foram atendidos 210 jovens.

- b) Programa de Formação de Agentes Ambientais Mirins: tem como objetivo sensibilizar e mobilizar o público infantil (crianças de 7 a 11 anos residentes na área de atuação da SGRNPPA) para compreensão, reflexão e atuação nas questões ambientais. A metodologia do Programa envolve estudos do meio, exposições dialogadas, visitas, oficinas e dinâmicas sobre meio ambiente. Os Agentes Ambientais Mirins recebem orientações sobre áreas de mananciais, água, lixo, esgoto, flora, fauna, problemas ambientais e conservação dos recursos naturais. O início das turmas se dá no período de férias escolares e são mantidos encontros mensais pelo período de um ano. Os pais são envolvidos indiretamente e participam dos encontros junto com as crianças participantes, a cada dois meses.
- c) Programa Vivágua: voltado a professores e alunos das escolas localizadas na área de atuação da Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense - SGRNPPA. Tem como objetivo promover a discussão e a reflexão acerca dos problemas ambientais e sociais locais, envolvendo o planejamento de ações a serem implementadas pelos educadores junto aos alunos e à comunidade. A metodologia envolve a educação continuada de docentes, em módulos teórico-práticos (uso e ocupação do solo, saúde humana e ambiental, água, lixo, esgoto, flora, fauna, ar, projeto pedagógicos, elaboração de projetos, estudos do meio e trabalhos de campo).

Segundo SILVA (2012), os programas de Formação de Agentes Ambientais Mirins e Vivágua realizados também em outras áreas pertencentes à região de Paranapiacaba e Parque Andreense tinham trazido resultados positivos aos seus participantes, uma vez que não se configuravam como atividades pontuais, mostrando que os resultados efetivos de maior aprendizado

ocorreram quando as ações aconteceram como parte de um processo educativo contínuo, planejado e com começo, meio e fim.

A partir do levantamento de informações sobre estes programas na área de estudo, percebeu-se que os mesmos, assim como o Programa de Jovens, aconteciam de forma processual, o que é positivo. Porém, notou-se que não havia uma inter-relação entre eles, ou seja, cada programa era realizado sem que houvesse a integração dos conteúdos e dos públicos participantes. Esta integração poderia fortalecer tais ações trazendo melhores resultados uma vez que cada Programa envolve moradores de faixas etárias diferenciadas, além dos educadores vinculados às Unidades de Ensino da Vila de Paranapiacaba.

Além das ações de educação em saúde e ambiental, era realizado na área de estudo um Programa de qualificação que incluía a educação patrimonial como base inicial de formação.

Segundo HORTA et al (1999), a educação patrimonial é um processo permanente que possibilita “ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. De acordo com as autoras este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização de sua cultura.

As ações de educação patrimonial realizadas na Vila de Paranapiacaba faziam parte de um Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos locais. O processo de formação e qualificação era contínuo e acontecia por meio de três módulos: básico, intermediário e avançado. O módulo básico era voltado para todos os moradores interessados em atuar direta e indiretamente com o turismo.

Estas ações não ocorriam de forma a atender todos os moradores locais, mas apenas os que se envolviam com o desenvolvimento turístico da Vila de Paranapiacaba, ou seja, apenas para os potenciais empreendedores que desejavam atuar nos segmentos de gastronomia, artesanato, hospedagem, monitoria cultural e monitoria ambiental no Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba.

O conteúdo programático abrangia aulas de: turismo e empreendedorismo, educação ambiental e educação patrimonial. Já os módulos intermediário e avançado eram específicos para categorias diferenciadas, sendo o módulo intermediário de educação ambiental, focado na formação de monitores ambientais e de educação patrimonial, direcionado para formação de monitores culturais; o módulo avançado direcionado a oficinas específicas de especialização era oferecido para as duas áreas de atuação.

Entre os programas educativos já mencionados havia integração apenas entre o Programa de Jovens - Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS) e o Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos (PQST), uma vez que os participantes do PJ-MAIS após completarem os dois anos de formação complementavam a sua formação no PQST, integrando-se ao grupo de empreendedores locais, sendo que alguns deles se tornaram monitor ambiental ou cultural.

Tendo como base as informações abordadas durante as formações do PQST, sobretudo no módulo básico com a abordagem de assuntos relacionados ao ambiente em que os moradores estavam inseridos, tais ações também poderiam ser consideradas de educação ambiental, uma vez que criavam condições para que os participantes se sensibilizassem quanto às características e a importância do local em que viviam. Por este prisma, deveria envolver algum módulo específico livre para participação também de

moradores que não necessariamente quisessem se envolver com o turismo local.

Cabe ressaltar que a educação ambiental não deixa de ser também uma educação para a saúde, já que considera e enfatiza um de seus principais determinantes: o meio ambiente e busca igualmente a melhoria da qualidade de vida para todos. Os processos educativos aliados ao crescimento e desenvolvimento de comunidades podem se constituir como importantes estratégias para a promoção da saúde.

A Prefeitura de Santo André, a partir da descentralização administrativa vinha realizando em um dos bairros das áreas de mananciais do município diversas ações de educação ambiental, patrimonial e qualificação das comunidades locais como forma de promover o desenvolvimento turístico sustentável. Essas ações ocorreram com maior intensidade na Vila de Paranapiacaba, área tombada como patrimônio histórico e natural nas três instâncias de governo: federal, estadual e municipal.

A Vila de Paranapiacaba passou por um longo processo de degradação, iniciada com a queda de importância do transporte ferroviário nos anos 1950. Considerando a área do entorno, antes da criação do PNMNP, era comum a prática do turismo predatório que causava impactos consideráveis na área. Em termos de desenvolvimento social a principal questão que englobava essa região antes de sua compra pela Prefeitura era a desigualdade social com relação ao restante do município, com uma alta incidência de moradores com baixa renda, situação de baixa mobilidade, devido à distância física do centro da cidade tendo como consequência maior dificuldade para conseguir emprego e para ter acesso aos serviços públicos, inclusive de saúde. A população beneficiada pelas ações de educação, crescimento e desenvolvimento turístico concentrava pessoas que não possuíam um trabalho e renda que se auto sustentasse.

Segundo o estudo “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs “Diagnóstico do Município de Santo André-SP”, elaborado pelo Grupo Técnico Projeto Cidade Futuro da Prefeitura (PMSA, 2007) para o acompanhamento dos ODMs, a maior incidência de moradores com baixa renda concentra-se na região sul da cidade, local onde está inserida a região do presente projeto. Os piores indicadores referentes aos rendimentos concentram-se nas regiões de mananciais e suas áreas fronteiriças onde aproximadamente 17% dos moradores sequer têm rendimento. A pobreza, dado seu caráter multidimensional, não se limita ao nível de renda, mas estende-se também às condições de moradia, acesso à educação, acesso à renda e trabalho, saúde entre outras.

A identificação do turismo sustentável como principal atividade promotora do desenvolvimento econômico sustentável para a Vila de Paranapiacaba constituiu-se em uma importante estratégia para reversão desse quadro e também para a Promoção da Saúde.

Além disso, a forma mais adequada para que a comunidade se aproprie do local em que mora é se identificando com o território, bem como incorporando novas ideias por meio de processos educativos. Considerando que a Vila de Paranapiacaba é um local histórico, é imprescindível aliar a educação em saúde e ambiental à educação patrimonial como processos que contribuam para a Promoção da Saúde.

#### 4.2.2.2 Importância dos cursos de formação e do desenvolvimento local sob o olhar dos entrevistados

Considerando que a Promoção da Saúde envolve a capacitação das comunidades para que tenham maior controle e autonomia sobre a sua vida e saúde, fomentar e implementar processos educativos que permitam a construção de conhecimentos sobre o território em que se reside é um dos primeiros passos para que a comunidade se aproprie desses locais e colabore com a criação de ambientes favoráveis à saúde.

ALBAGLI (2004, p.64) afirma que uma das formas de fortalecimento da territorialidade e da apropriação local se associa ao estímulo à criação de “laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu”, ou seja, suas especificidades culturais, ambientais, práticas produtivas e potencialidades econômicas.

Para que tais laços de identidade e cooperação sejam construídos, os processos educativos não devem servir apenas para desenvolver as habilidades de cada pessoa para que escapem do território em que habitam, mas devem, sobretudo, criar condições para a construção dos conhecimentos necessários para ajudar a transformá-lo. Para DOWBOR (2007), a democratização do conhecimento sobre o território é um fator central para o desenvolvimento. Segundo o autor, a educação neste processo deve ter como finalidade a formação das pessoas para que no futuro exerçam uma participação ativa, transformando o seu entorno e gerando dinâmicas construtivas.

Na Vila de Paranapiacaba, a gestão local pelo poder público e a formalização da atividade turística trouxeram diversas melhorias à comunidade. Além da questão econômica, se sobressaíram os aspectos

relacionados à elevação da autoestima, envolvimento com a gestão do território por meio da participação social, maior desenvoltura na expressão verbal, construção de conhecimentos e valorização do patrimônio ambiental, cultural e arquitetônico local. Todos estes benefícios tiveram relação direta com os processos educativos promovidos pelo poder público, conforme se percebeu em algumas matérias de jornais de grande circulação da região do Grande ABC e pelos relatos dos entrevistados.

Figura 21: Notícia sobre o treinamento dos moradores da Vila de Paranapiacaba



Fonte: Diário do Grande ABC. 08.01.2001

Figura 22: Notícia sobre os benefícios do treinamento dos moradores da Vila de Paranapiacaba para o atendimento turístico



Fonte: Folha de São Paulo. 29.03.2004

As figuras 21 e 22 trazem informações quanto à relevância dos treinamentos da comunidade para o desenvolvimento pessoal e social, assim como para o atendimento turístico. A questão da autoestima foi muito

significativa para os entrevistados, pois o envolvimento comunitário no desenvolvimento local possibilitou que os mesmos se sentissem importantes, como pudemos perceber no relato de Dália.

*“...e eles valorizaram a comunidade quando abriram os Portas Abertas, o que que você pode fazer para contribuir, fizeram com que as pessoas se sentissem importantes, olha o que a senhora faz não é cafona, é arte, né? Então assim, hoje a gente vê isso, ... valorizou aquela pessoa que fazia um fuxico (tipo de artesanato feito com tecido). De repente chegava um dizia: nossa que coisa cafona! E não é, então começou a mostrar pra ela que o que ela fazia era arte, deu aquela importância para ela que vai vir aquele turista que ela nunca viu pagar por essa breguice que talvez alguém falou e vai achar maravilhosa e vai querer outras cores do que ela faz. Abriu um universo na mente das pessoas, alguém quer comprar o meu trabalho, alguém quer dormir na minha casa, comer a minha comida e isso foi o legal da história.”*

**Dália**

De acordo com o que ficou implícito na fala dos entrevistados, a autoestima foi a ponte para que adquirissem também autoconfiança. Sentimentos estes manifestos pelo desenvolvimento de suas habilidades pessoais em lidar com o outro e com o meio em que estão inseridos. A autoestima e a autoconfiança colaboram com a participação e o empoderamento, pois estes sentimentos são fundamentais para que os indivíduos acreditem em sua capacidade de transformação tanto individual quanto coletiva (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007).

Esta constatação é explicitada também no relato de Rodrigo, Alan e Leila. Os três entrevistados eram monitores ambientais e além do curso de monitoria haviam participado do Programa de Jovens – Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS).

*“Como qualquer outra criança eu brinquei e chegou um certo tempo que eu cresci e já não tinha nada pra fazer... Por conta de uma colega na escola eu conheci o PJ e fui me inscrever, aí comecei a me interessar pra ler, estudar mais, me incentivou né, agregou muito conhecimento ... o PJ tá no meu sangue, uma vez PJ sempre PJ, fez parte da minha vida e faz até hoje, na minha vida me ajudou muito, eu era tímido, eu não conversava direito com as pessoas fui desenvolvendo isso em cima de mim. Eu passei a conseguir falar*

*em público. Às vezes, eu tinha uma ideia para compartilhar ou sugerir para o grupo, a minha mãe sempre me incentivou muito, para ocupar a minha mente, não se envolver com as drogas, as pessoas vêm diferença na gente, quem conhece o “Rodrigo” do PJ não querendo me engrandecer, eu passei a querer fazer e acontecer. .... Quando eu era pequeno nem sabia que a mata em volta da Vila era Parque, com o PJ foi um leque pra eu conhecer o baú de tesouros onde eu moro, em relação ao Parque e moradores tem muita deficiência em informação, como eu comecei a frequentar o PJ, né? Eu comecei a entender o local que eu moro, a importância da Mata Atlântica, do meio que a gente vive, o que nossas ações interferem em termos de preservação, modo de vida, eu aprendi tudo isso.”*

**Rodrigo**

Rodrigo (19 anos) foi entrevistado em seu local de trabalho, narrou suas experiências com muita desenvoltura. Demonstrou maturidade e consciência quanto à sua responsabilidade e possibilidades de desenvolvimento a partir dos conhecimentos que construiu ao longo dos dois anos que frequentou o Programa de Jovens e o curso de monitores. Em seu relato e fala foi notável a transformação positiva propiciada por tais processos educativos.

O mesmo ocorreu com a entrevistada Leila, no seu caso, além de maior valorização da Vila e melhora da expressão verbal, a participação nos cursos fez com que tivesse novas perspectivas e traçasse objetivos para a sua vida.

*“Pra mim tudo começou quando eu entrei para o PJ. Quando a Prefeitura entrou aqui que eu comecei a sonhar, não é puxando o saco, até então eu queria crescer e me formar em qualquer coisa e trabalhar. Eu tenho um carinho muito grande pela Vila, mais ainda depois que eu me tornei monitora, passei a ter interesse pelo que é a Vila, pela história de Paranapiacaba, esse patrimônio que a gente tem. Hoje os moradores estão um pouco mais conscientizados que a gente tem que cuidar do que é nosso, mas ainda falta muito, de mil e pouco, 20 tem essa consciência, mas ainda precisa ser feito um bom trabalho, tem gente que não concorda de pegar permissão de entrar no Parque, por exemplo. Ainda não entende que pra cuidar, pra conservar tem que se fazer isso. O PJ agrega valores, o caráter muda, você aprende a respeitar a si próprio e respeitar os outros, ajudou bastante. Às vezes as pessoas não participam das coisas aqui, por vergonha de não saber falar, de não saber defender a sua posição, eu mesmo era assim, totalmente retraída no meu ostracismo, eu falava: eu não vou falar e não vou saber conversar, não vou entender nem o que ele tá perguntando, o que eu vou fazer lá? O PJ e a*

*monitoria abriram muito pra mim, um horizonte, foi através disso que eu quis fazer a faculdade.”*

Leila

Estes relatos denotam o resultado qualitativo dos processos de educação ambiental e patrimonial promovidos na Vila de Paranapiacaba. Estas formações foram tão significativas na vida de Leila que nortearam inclusive a sua escolha para o seu curso de graduação. O mesmo ocorreu com Alan:

*“Minha vida inteira vivi em Paranapiacaba, não tinha uma preocupação assim com o que acontecia com a Vila, fui pichador por um tempo, já cacei, já cortei árvore, cacei animais, já peguei passarinho e entrei no Programa de Jovens em 2002 e conclui em 2004, e aí foi uma fase de mudança da minha vida, ter entrado no Programa de Jovens até por ter mais contatos com os gestores que eram biólogos, e aos poucos comecei a ter interesse pela área e em estudar em vez de obter animais ilegalmente, então essa fase do PJ foi o que foi me acalmando um pouco mais, de fazer arte. Fui para faculdade para fazer Ciências Biológicas, tive bastante influencia por ter aprendido muitas coisas com os gestores do Parque da época. Muitas das minhas escolhas foi por conta de todo conhecimento que eu adquiri com o Programa de Jovens ....”*

Alan

Além de mencionar a importância e influencia que os gestores do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba tiveram em sua vida, Alan enfatizou a mudança em sua relação com a biodiversidade da Unidade de Conservação. Em seu relato tal transformação ficou muito evidente, pois sua trajetória profissional envolvia diversos projetos voltados à juventude, à sustentabilidade e à economia solidária.

Ter acreditado em si próprios e no trabalho que desenvolviam foi fundamental para que aumentassem a sua autoconfiança e a capacidade de intervenção na realidade local. Certamente estas características foram potencializadas a partir do aprendizado que tiveram sobre os aspectos ambientais e patrimoniais da Vila de Paranapiacaba.

Figura 23 – Notícia sobre a importância do turismo para a Vila de Paranapiacaba



Fonte: Folha de São Paulo. 29.03.2004

Além das formações, como pode ser notado na matéria do jornal Folha de São Paulo de 29 de março de 2004 (figura 23) para os moradores locais que participavam das formações, dos serviços turísticos da Vila de

Paranapiacaba e cuidavam bem dos imóveis eram concedidos descontos nos valores pagos como contraprestação dos imóveis que tinham permissão de uso, o que também favoreceu a adesão dos moradores às ações promovidas.

Com todas essas ações a geração de trabalho e renda na Vila possibilitou maior inclusão social, marcada também pela redução do desemprego (figura 24).

Figura 24 - Notícia sobre a redução do desemprego na Vila de Paranapiacaba



Fonte: Diário do Grande ABC. 20.06.2004

Outro aspecto relacionado à relevância dos processos educativos para os entrevistados esteve vinculado à ideia de conhecimento como base para conservação.

*“A questão ambiental é levada a sério, a administração leva a sério até demais, até radical, mas ainda falta, eu acho que o caminho para que essa questão fosse levada bem a sério é o conhecimento, sempre, você só respeita, só tem carinho por aquilo que você entende e conhece, então, se você é um leigo, tipo assim, uma pessoa que ... por exemplo, alguém que vai pra trilha e você avisa que tem bicho, que tem cobra, a pessoa responde tem cobra? Então não. Eu respondo que é um animal como outro qualquer, cara. Cachorro é mais perigoso que cobra, quantas pessoas são mordidas por cachorro e quanto são picadas por cobra? A mesma coisa é a questão da preservação quando você entende e conhece um lugar, por exemplo, você passa a admirar aquele lugar, se você admira, você respeita tudo, inclusive o meio ambiente, a questão natural, ambiental, seja onde for. Mas eu acredito que aqui, não que não tenha tido, houve, acho que de quando eu vim pra cá para hoje melhorou muito isso aqui, antigamente tinha muito lixo no chão, hoje é bem menos, e é morador. Por eu ter passado a conhecer muito isso aqui, por trabalhar aqui e morar, e trabalhar com a questão do turismo você acaba conhecendo muito, eu sei mais da história da Vila do que alguns moradores de 60 anos. Ele sabe a história que ele viveu, quando eu tinha 14 anos... não sei o quê, a questão didática da coisa, você vê que o cara não sabe nada, o cara fala um monte de coisa, que não faz sentido. Por eu conhecer isso aqui e entender e gostar. Conhecimento não ocupa espaço eu sempre gostei de aprender.”*

Alex

O entrevistado Alex partiu do pressuposto de que a compreensão do ambiente do qual fazemos parte permite ações de conservação por percebermos a sua importância. Devemos lembrar que o conhecimento é um dos elementos para que isso aconteça, mas não é condição suficiente para a mudança de atitude. Outra observação feita pelo entrevistado se refere à sobreposição dos conhecimentos que possuía sobre os de alguns moradores mais antigos. Trata-se de duas formas de conhecimento que devem ser valorizadas e respeitadas igualmente, uma não se sobrepõe à outra, pois são duas formas de ver a mesma realidade, podendo inclusive ser complementares. Segundo ALBUQUERQUE e STOTZ (2004), o conhecimento é um processo de construção coletiva, portanto, implica no respeito ao saber do outro.

É pertinente mencionar que a partir do desenvolvimento local, o conhecimento e a conservação passaram também a ser uma questão de sobrevivência para os moradores locais, portanto, conhecer, entender e participar das ações promovidas eram condições essenciais para que se inserissem neste desenvolvimento.

A comunidade foi peça-chave para o sucesso dessa iniciativa do poder público, como muitos dos entrevistados relataram, os próprios moradores tinham uma relação predatória com a área verde no entorno da Vila de Paranapiacaba e mal conheciam a história do local em que viviam.

*“Há uns 6 anos atrás eu comecei o curso de monitores, por incrível que pareça eu não sabia a história da Vila, eu não sabia datas, eu não sabia o valor das matas, por exemplo, na minha época, meu pai ia muito pro mato, era palmitreiro, caçava, vc entendeu? Matava um monte de bicho para consumo, o palmito também era pra consumo, eu não sabia o valor das coisas, eu nem sabia da camada de ozônio! Que tem um furinho nela, eu aprendi muito, mas não exerci a profissão, adquiri conhecimento, e se alguém me pára na rua eu sei falar alguma coisa sobre a Vila.”*

**Natália**

A entrevistada Natália fez os cursos, mas nunca exerceu a profissão de monitora, apesar disso, afirmou ter satisfação em saber responder às questões que dizem respeito à história e características da Vila e do Parque Nascentes.

Por fim, mais uma possibilidade decorrente dos processos educativos foi o reforço à ação comunitária e à participação. Todos os entrevistados mencionaram que passaram a participar mais das ações que envolviam a Vila de Paranapiacaba. Participação que obviamente era de interesse, em muitos casos, por envolver assuntos relacionados à atuação dos mesmos como empreendedores, mas o diferencial, segundo eles, era a defesa de suas opiniões ou aspirações de forma consciente, baseada em argumentações pautadas nos conhecimentos que adquiriram nas formações que participaram.

*“Os cursos que eu participei na Vila me trouxeram benefícios tanto financeiros e como bagagem de conhecimento. É uma troca de cultura, você tá sempre aprendendo, não estou só trabalhando porque cada grupo que você atende, cada conversa, tem sempre alguma coisa boa. Você está numa mesma sintonia com os outros monitores, seja no Parque ou na Vila, você está em sintonia com todos, o que afeta um, afeta todos, quando eu posso participo porque é o teu bairro, a tua comunidade, e independente de você fazer parte de tudo isso, é o teu lar, porque assim, você sai da Vila é como se você estivesse saindo da tua casa, né? Você tá sempre querendo proteger mais, e querendo mais coisas boas. Tem uns moradores que esperam, primeiro vai você, vê o que é, como é, então, se você fala vai que é bom aí ele se joga de cabeça. Então assim, às vezes é a falta de entendimento, você vê isso, nos moradores antigos, não tem uma visão lá fora, quando você começa a explicar você vê que a participação é bem maior porque fica esclarecido na mente dele, na linguagem dele, porque não que a pessoa que vai dar o curso não saiba, mas às vezes não tem aquela pegada.”*

Dália

A entrevistada Dália em seu relato deixou claro que participava quando possível, porque também se sentia parte daquele território e que o fazia porque as ações não tinham influencia apenas sobre um morador ou outro, mas sim sobre todos. Por sua história na Vila, também acabou sendo uma referência para aqueles moradores que não costumavam participar dos processos educativos ou das instâncias participativas. Como relatou, às vezes, com uma linguagem mais acessível, conseguia esclarecer certos assuntos junto a alguns moradores.

Esta utilização de uma “linguagem mais acessível” é essencial no processo de integração do saber técnico ao saber popular e deve estar atrelada à realidade em que os sujeitos estão inseridos. Segundo VALLA (1998, p. 14), “se a referência para o saber é o do profissional, isso dificulta a chegada ao saber do outro. Os saberes da população são elaborados sobre a experiência concreta, sobre vivências, distintas daquelas do profissional”, daí a necessidade de aproximação entre estes dois tipos de conhecimento a partir do diálogo e do que é comum e inteligível para o sujeito.

Para FREIRE (1977, p.68), “só se comunica o inteligível na medida em que este é comunicável”, ou seja, “enquanto a significação não for compreensível para um dos sujeitos, não é possível a compreensão do significado à qual um deles já chegou”.

Outro entrevistado que enfatizou a inter-relação entre todos os moradores e a importância do processo educativo para participação e cuidado para com o ambiente foi o monitor ambiental e cultural João.

*“As pessoas que fazem mal, digo que é no sentido de não cuidar, de depredar o patrimônio, de não ter respeito por outras pessoas, por outros moradores, pessoas realmente mal educadas, pessoas que só pensam em benefício próprio, não tem a consciência do fazer o coletivo, mas como se diz num lugar pequeno tem que ter um pensamento coletivo, o que vai fazer pra você, vai repercutir ou não para o outro? É bom ou ruim? Muita gente não pensa assim, não merece estar nesse lugar. Se todos fizessem um curso como o de monitores ambientais e culturais colaboraria para que a situação fosse diferente, tem que ter isso. Como a Vila é pequena, é fácil para o poder público fazer isso, a Vila tem 1000 e poucos moradores, comparado às metrópoles, ou até o próprio município de Santo André, um lugar pequenininho escondido no mato, então é fácil de trabalhar, e as pessoas tendo essa educação ambiental e cultural, ela sabendo onde ela está, ela sabendo onde ela mora, que existe uma Unidade de Conservação. Tem gente na Vila que nem sabe que aqui é uma Unidade de Conservação, a partir do momento que ela tem essa informação, elas vão se sentir mais chegadas ao local que elas vivem, vão se apropriar e passar a respeitar, divulgar e cativar... Com o curso de monitores e o morar aqui na Vila me trouxeram um olhar diferente, e isso tudo ajuda com a minha qualidade de vida. Tendo os cursos a gente fala com mais propriedade. Eu participo ativamente por um princípio de vida, principalmente das coisas naturais porque eu gosto, e sei que tem que ser dessa forma para continuar tendo qualidade de vida, eu tenho uma família e quero que essa família, fique sempre feliz, que tem sempre uma água boa, um ar bom, por isso que eu participo, para continuar tendo tudo isso. Seria muito bom se as pessoas da cidade tivessem essa participação, e percebessem que o lugar que elas moram não é só o prédio, só as casas, o concreto, ali existiu uma história humana e uma história ambiental, o lugar que ela mora talvez no passado tivesse um jequitibá de 60m de altura, as pessoas sofrem os problemas ambientais porque não têm mais essa vivência. Eu acredito nesses princípios e acredito nessas ideias.”*

João

O entrevistado João nos recebeu em sua residência e por meio de pequenas ações que mostrou terem sido feitas em seu quintal, notou-se coerência entre a sua fala e as suas práticas. Reforçou várias vezes, que pela dimensão da Vila de Paranapiacaba, a participação nos cursos de educação ambiental e patrimonial deveria ser um critério fundamental quanto à permanência ou não de moradores na Vila, pois sob o seu ponto de vista seria este conhecimento que garantiria a conservação e a participação social. Apesar de uma intenção positiva no fato de atrelar os processos educativos à conservação e à participação, ficou explícita no relato de João certa moralidade, pois ao condicionar a permanência das pessoas ou não no local de estudo à participação em processos educativos, o mesmo impõe a suas próprias convicções aos outros, quando na verdade, cada um deve ser livre para optar quanto a este tipo de participação ou não. Além disso, não se pode afirmar que as pessoas que não têm certo nível de escolaridade ou um determinado tipo de formação necessariamente degradarão o meio em que vivem.

No tocante às ações educativas, por estes relatos notou-se que o processo de desenvolvimento local contemplou a sensibilização, a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades, as mudanças de atitude e o estímulo à participação, bem como maior apropriação local e geração de trabalho e renda, portanto, foram fundamentais para o fortalecimento da territorialidade e para a Promoção da Saúde.

Tendo como referência os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais da territorialidade e as dimensões do desenvolvimento local apresentados no capítulo de introdução desta pesquisa, bem como os resultados obtidos na coleta de dados, foi criada a matriz a seguir ressaltando as principais ligações entre as características destes processos e à Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba.

Tabela 3: Matriz - integração entre territorialidade e alguns dos campos de atuação da Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba – período de 2001 a 2008.

Período de gestão: 2001-2008					
Características da territorialidade conforme referencial teórico	Dimensões do desenvolvimento local conforme referencial teórico e sua relação com a territorialidade	Características da territorialidade relacionadas ao desenvolvimento local percebidas de acordo com os depoimentos dos entrevistados	Análise de acordo com o depoimento dos entrevistados		Relação com os campos de atuação da Promoção da Saúde*
			Presente	Ausente ou baixa	
Rede de interações entre atores sociais de forma individual e coletiva	Social e cultural	Respeito à cultura local e sua história	X		1, 2 e 3
		Interação entre atores sociais (entre moradores e representantes do poder público)	X		1, 2 e 3
Conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento local no contexto territorial	Econômica	Criação de alternativas econômicas no próprio território com inclusão social	X		1 e 2
	Política	Construção de capital humano	X		1 e 2
		Estímulo à participação	X		1 e 3
		Organização comunitária		X	**
		Construção de capital social		X	**
		Sustentabilidade pelos próprios atores locais		X	**
Rede de relações entre as interações entre atores sociais, o conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento local e o ambiente gerando processos de transformação simbólica e material do território	Ambiental	Construção ou reforço da identidade	X		1 e 3
		Estímulo à apropriação local	X		1, 2 e 3
		Relação positiva com o ambiente	X		1, 2 e 3

\* 1. Criação de ambientes favoráveis à saúde/ 2. Desenvolvimento de habilidades/ 3. Reforço à ação comunitária.

\*\* Não houve correspondência com os campos de atuação da Promoção da Saúde.

Fonte: Tabela construída pela autora.

Conforme demonstrado na tabela 3, no período de 2001 a 2008 houve um fortalecimento da territorialidade na Vila de Paranapiacaba que possibilitou a criação de um ambiente favorável à saúde, a construção de habilidades pessoais e o reforço à ação comunitária. Por outro lado, pelo relato dos entrevistados a comunidade ainda era muito desunida e a mudança de gestão afetou significativamente a continuidade de algumas ações e canais de participação que pareciam consolidados até 2008.

Pelo exposto, percebeu-se que as ações promovidas pelo poder público neste período não geraram a sustentabilidade necessária à continuidade das políticas desenvolvidas. Segundo FERNANDEZ e MENDES (2007), tão importante quanto entender o território e as necessidades da população que o habita, é construir “uma participação social informada e solidária, em que haja clareza sobre as limitações físico-orçamentárias da gestão e certeza sobre a co-autoria, ou co-gestão nas experiências ou iniciativas bem sucedidas” (p. 58).

Por esse prisma, fica explícita a relevância do envolvimento comunitário nos projetos desenvolvidos pelo poder público desde a concepção, até a implementação, avaliação e seu monitoramento.

#### 4.2.3 Vivências e percepções sobre o período de 2009 a 2012

Em 2009, foi iniciada uma nova gestão pública no município de Santo André, na qual o Prefeito Aidan Ravin assumiu a administração. Entre as principais benfeitorias realizadas na Vila de Paranapiacaba no período de 2009 a 2012, destacaram-se a implementação do trem turístico saindo da Estação da Luz até a área de estudo quinzenalmente e a finalização do Plano de Manejo Participativo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, importante documento que a partir de um diagnóstico

determinou os principais programas de gestão desta Unidade de Conservação até 2017.

De acordo com os relatos dos sujeitos de pesquisa, apesar de todas as ações realizadas na Vila de Paranapiacaba ligadas ao desenvolvimento local no período de 2001 a 2008, com a mudança de gestão a população se retraiu, pois praticamente já não havia mais o diálogo entre a comunidade e o poder público. As principais mudanças relatadas pelos entrevistados no período de 2009 a 2012 incluíram quatro aspectos principais:

- Paralisação dos processos de formação continuada;
- Manutenção insuficiente da infraestrutura existente;
- Falta de conhecimento dos novos gestores sobre as limitações da Vila e as percepções dos moradores locais;
- Dificuldade de participação na gestão.

Quanto à formação continuada, a ausência de novos cursos para aprimoramento dos moradores que haviam participado das formações iniciais, representou para os entrevistados uma forma de abandono. Essa visão é interessante, pois denota o entendimento dos sujeitos de pesquisa quanto à importância do aperfeiçoamento contínuo.

*“Quando a gente chegou aqui, a gente tinha uma administração e agora a administração parou no tempo e está até piorando. Pouco caso no atendimento das pessoas, até o próprio cuidado com a Vila, hoje está horrível, está largada.....Não houve mais nenhuma formação, está abandonado. A gente se sente abandonado, você não tem um curso para se aprimorar. Cada hora surge uma dificuldade, mesmo se a gente propõe alguma solução. O que falta é vontade política.”*

**Mara**

A entrevistada Mara (45 anos) era filha de ferroviário, mas não chegou morar na Vila quando pequena. Sempre frequentou Paranapiacaba, por conta do avô que continuou no local e acabou acompanhando as diversas mudanças

já relatadas nesta pesquisa. Residia na área de estudo desde 2003 e a partir de um dos cursos de formação que participou se tornou monitora ambiental e cultural. Ao falar sobre a falta de cursos de aprimoramento no período de 2009 a 2012 contou que sugeria aos gestores que tais cursos voltassem, mas havia sempre muitos empecilhos.

Outro relato que destacou a importância dos processos educativos foi o de Alan:

*“Com a nova gestão os canais de participação e os cursos diminuíram. A falta desses cursos prejudica bastante, porque quanto menos conhecimento, menos as pessoas vão entender a Vila, então quanto menos cursos tiver na Vila a gente vai ter mais influência da televisão que estimula a gente a consumir e aí a Vila vai continuar nisso, brigando apenas por mais dinheiro só, vai se esquecer da saúde, da qualidade de vida, vai pensar só em juntar dinheiro e lutar pelo dinheiro, então esse é um dos piores problemas que aconteceram foi a redução dos cursos.”*

Alan

Sob seu ponto de vista a falta de cursos para a comunidade traz prejuízos, uma vez que não são oferecidas oportunidades para que as pessoas conheçam mais o local em que moram. Dessa forma, acabam sendo mais influenciadas pela mídia, o que acaba prejudicando o desenvolvimento e a conservação local.

Quanto à manutenção das edificações na Vila de Paranapiacaba, segundo alguns entrevistados, isso os afetou física e emocionalmente o que consequentemente prejudicou suas relações com o território.

*“...eu gostaria que a Vila fosse mais preservada, que as pessoas cuidassem mais da Vila, que o poder público também tomasse iniciativa e cuidasse melhor. Você vê a **Vila mal cuidada** e isso acaba te afetando fisicamente falando. Eu que trabalho com o público assim, se tem gente e fala que isso parece uma favela. Eu fico chateada com isso, entendeu? Eu senti muita, muita, muita diferença, da gestão pública anterior para a que está agora.”*

Ana

Ao falar sobre a situação de abandono da Vila, Ana se expressou inconformada, por saber da grande importância do local como patrimônio cultural e ambiental e às vezes ter que ouvir de visitantes que o local se assemelha a uma favela. A entrevistada indicou a falta de cuidado com a Vila como um fator de desmotivação.

Esta desmotivação, segundo os entrevistados fez com que alguns moradores também deixassem de cuidar do local.

*“Quando a Vila foi comprada pela Prefeitura, a Vila tava engatinhando e começou a andar, muitos cursos, o pessoal despertou para o turismo, só que quando a gente achou que ia voar, caiu de novo. Foi o abandono da Vila, acho que foi a troca de partido, o pessoal desanimou, não quis mais nem arrumar as casas, o matagal começou a tomar conta, só é carpido na época de evento, quando vem turista, eles perguntam: Nossa! Aqui não mora ninguém? Eu me sinto mal, porque eu sou alguém, a gente tá pedindo socorro. Tem hora que eu tenho vontade de ir embora, tem hora que eu tenho vontade de ficar, a vontade de ir embora, seria pra abrir o meu próprio negócio, sei lá, mas quando eu penso no meu filho, eu penso que ele tem que ter a mesma infância que eu tive, solto, feliz. Hoje lá fora tá tão difícil...”*

**Leila**

A entrevistada Leila (33 anos), filha e neta de ferroviários, era a caçula de dez irmãos, morou na Vila desde que nasceu. Recebeu-nos em sua casa e no início da entrevista estava com os olhos cheios de lágrimas, pois tinha acabado de saber que a monitoria do dia havia sido cancelada. Durante seu relato questionou o abandono da Vila, justificando a influência que o poder público tinha sobre a ação dos moradores, explicou que muitos deles pararam de cuidar do local, pois a própria Prefeitura que era a proprietária dos imóveis não cuidava. Outros dois aspectos relevantes em seu depoimento, relacionaram-se à autoestima e ao desenraizamento. Quando diz que é alguém, reafirma-se como pessoa e moradora, mas o abandono dos imóveis fez com que ela e os outros moradores se tornassem “invisíveis” e como ela mesma manifestou, isso a fez se sentir mal. Claramente, expressou certo conflito, marcado pela perda da identificação com a Vila e a vontade de sair de lá como forma de

buscar novas alternativas, porém acreditava que em outros lugares seu filho não teria a mesma liberdade e qualidade de vida que usufruiu durante a sua infância.

Este abandono relatado pelos entrevistados foi uma das notícias publicadas pelo Diário do Grande ABC de 24 de junho de 2012 (figura 25):

Figura 25: Notícia sobre o abandono da Vila de Paranapiacaba



Fonte: Diário do Grande ABC. 24.06.2012

A matéria no jornal traz a fala de uma representante da Prefeitura justificando o abandono físico da Vila, como se a obrigação de manutenção dos imóveis fosse apenas da comunidade. No entanto, tal justificativa é invalidada na própria matéria dada a descrição visual do local feita pela repórter e os depoimentos do texto.

De acordo com os relatos dos sujeitos desta pesquisa, estes problemas aconteceram em virtude das características e conhecimento limitado dos novos gestores.

Sobre este aspecto, a entrevistada Kátia ponderou dois fatos: a visão errônea de desenvolvimento da Vila tendo como base a cidade de Campos do Jordão e a suspensão da candidatura de Paranapiacaba a Patrimônio da Humanidade.

*“...uma outra coisa que eu fico emputecida é achar que Paranapiacaba é Campos do Jordão. Eu vi este Prefeito duas vezes.... é um equívoco, nós não somos Campos do Jordão, nós somos únicos, tem 5 patrimônios únicos no mundo, é real, faz parte da história desse país, e aí o cara vem com uma coisa cinematográfica que criaram lá? Então essas dificuldades que eu vejo, é falta de conhecimento, ninguém é dono disso aqui, nós temos responsabilidade. Paranapiacaba é um museu a céu aberto, um patrimônio único no país, era para ser do mundo se não fosse a incompetência dessa gestão.”*

**Kátia**

Em março de 2010 foram publicadas duas matérias em jornais (figuras 25 e 26) da região do Grande ABC sobre o assunto e é interessante notar, que apesar de tal acontecimento ter sido justificado pelos gestores da época, pelo que já foi exposto não houve investimento para que a candidatura fosse viabilizada.

Figuras 26 e 27: Notícias sobre a suspensão da candidatura de Paranapiacaba a Patrimônio da Humanidade.



Fonte: Diário do Grande ABC 03.03.2010



Fonte: ABCD Maior 04.03.2010

Como se pode perceber nesses dois artigos, a comunidade ficou muito triste com a perda da possibilidade de concorrer ao título da UNESCO. A entrevistada Kátia ao falar sobre estas questões se mostrou indignada com a situação e enfatizou por diversas vezes a condição da Vila de Paranapiacaba como Patrimônio.

CHOAY (2001, p. 11) define patrimônio como sendo a “expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos, móveis e imóveis, e saberes humanos”. Segundo a autora, o patrimônio é uma memória viva, que por sua singularidade é aproveitada para criar alternativas econômicas para comunidades, porém carrega uma natureza afetiva que em geral é esquecida. Isto significa que são ignoradas as relações entre a população local e este patrimônio, muitas vezes, por falta de conhecimento em relação ao tema. Percebe-se pelos depoimentos dos entrevistados que é este Patrimônio que também confere identidade ao território e aos seus habitantes.

E é esta incompreensão que pode causar equívocos no fortalecimento da territorialidade e do desenvolvimento local. Como a entrevistada Kátia mencionou, a comunidade não queria que a Vila se assemelhasse a Campos do Jordão. Este relato é muito significativo, pois reforçou a importância da singularidade deste território para seus habitantes.

Promover o desenvolvimento local respeitando as especificidades da Vila de Paranapiacaba e da comunidade que ali reside fortalece a territorialidade, o contrário disso poderia levar à produção de um “não-lugar”.

Segundo CARLOS (2007), um território que se torna mercadoria se transforma em um “não-lugar”. Para a autora a indústria do turismo, muitas vezes artificializa os locais, transformando-os em cenários, neste contexto os sujeitos ficam suscetíveis a manipulações, tratar um território como mercadoria é produzir uma “não identidade” e conseqüentemente um “não lugar”, não há apropriação e nem vínculo, não há história, é como se o espaço fosse vazio.

Considerando que um dos objetivos do desenvolvimento local na Vila de Paranapiacaba era voltado para o crescimento econômico e a venda de um produto turístico, à primeira vista, poderia parecer que o conceito de “não-

lugar” também se aplica a área de estudo, porém deve-se destacar que Paranapiacaba é o que é em virtude do seu processo de construção histórica, a sua origem não teve relação com a criação de um produto turístico e os moradores locais ainda tinham um vínculo com esta história que não foi algo dado, mas algo que foi construído e que em maior ou menor grau participaram dela, criando um laço identitário com o local. Portanto, o que diferencia a Vila como um lugar é o seu próprio processo de constituição.

CARLOS (2007, p.67) explica que:

“A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história..., pela acumulação dos tempos. Significa para quem aí mora “olhar a paisagem e saber tudo de cor” porque diz respeito à sua vida e seu sentido, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, ..., acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo — essa é a diferença entre lugares e não-lugares.”

Pelo exposto, reafirma-se que desconsiderar a história do território e seus habitantes em um processo de desenvolvimento local, significa desconstruir identidades e vínculos com este território.

Ainda sobre o conhecimento dos gestores, serão sublinhados dois trechos dos relatos dos entrevistados Dália e João.

*“... hoje a Vila é mais conhecida, mas não está acontecendo, porque falta uma parte que a comunidade não pode fazer. Na questão da comunidade, tem muitas pessoas que estão aqui, mas agora o que está faltando é a parte do poder público. Querendo ou não a outra gestão ela gostava de cultura e o negócio estava acontecendo, se tivesse continuado no mesmo ritmo, nossa! O negócio seria bem diferente. Começou subindo e de repente puf, caiu muito e já não é a comunidade. Se hoje você vê um atelier fechado, não é o artesão que abandonou a arte, ele é a máquina da arte, ele é a arte, mas eu vou fazer arte, pra quem? Pra mim mesmo?”*

Dália

Na visão de Dália, os gestores públicos até 2008, “gostavam de cultura”, se referindo aos investimentos em eventos diversos atraindo o público para a Vila de Paranapiacaba. Além disso, mencionou o papel de cada ator social, afirmando que os moradores não abandonaram seus ofícios e que a divulgação e a realização de novos eventos não dependia apenas dos mesmos, mas também do poder público.

O investimento insuficiente no local e a falta de eventos mencionada por Dália, também foram noticiados pela mídia, conforme figura 28.

Figura 28: Notícia sobre os investimentos e eventos da Vila de Paranapiacaba



Fonte: Metro ABC 09.03.2012

É pertinente ressaltar que no período de 2009 a 2012, houve também melhorias, como algumas restaurações, melhoria na rede elétrica, viabilização do retorno do trem turístico, conclusão do Plano de Manejo participativo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, porém nos relatos dos entrevistados sobre este período apenas foram mencionados os pontos negativos e/ou problemas. Problemas que trouxeram certa falta de perspectiva para a comunidade, conforme percebido no trecho a seguir.

*“... eu temo muito pela continuidade da Vila de Paranapiacaba por causa de como ela é administrada atualmente. A gestão atual abandonou a Vila, tem coisas literalmente caindo, voltou pra trás essa coisa da Prefeitura, dos gestores públicos que atuam na Vila, fazerem acontecer pra frente, fazer tudo ficar bem. Eu tenho esse temor, se não tiver uma mudança radical no pensamento dessas pessoas a Vila de Paranapiacaba vai voltar a ser um lugar abandonado no tempo e no espaço, como viveu durante uns 20, 30 anos, dos anos 60 até os anos 80 e começo dos anos 90.”*

**João**

O entrevistado João (45 anos), nos recebeu em sua casa e apesar de morar em Paranapiacaba há 9 anos, já frequentava a Vila há mais de 22. Falou com muita satisfação de sua relação com o local, mas se mostrou preocupado com a gestão pública em vigência no ano de 2012 inferindo que a sua continuidade seria um retrocesso muito grande.

Além dos aspectos relacionados à falta de formação, manutenção insuficiente e conhecimento limitado dos gestores, o período de 2009 a 2012, segundo os relatos dos entrevistados representou uma ruptura na relação da comunidade com o poder público.

*“Com a transição da rede ferroviária para a Prefeitura, muitas coisas a gente conseguiu restaurar, mas a outra que entrou agora, eu não queria falar disso né, mas esta gestão agora estragou tudo, impedindo que as pessoas participem...”*

**Silvia**

As possibilidades de diálogo praticamente cessaram e para muitos dos entrevistados causou um bloqueio na participação ou envolvimento com as

ações promovidas pela Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense.

*“O poder público colaborou com a mudança da Vila, mas hoje 19 de maio de 2012 estou afastado do poder público, não quero saber. Não quero saber porque não dá, poxa! Estamos no embate porque a gente vê que o poder público largou a gente e são pessoas incapacitadas, são pessoas que não tem capacidade de gestão, de ações comunitárias, me referindo a poder público eu estou a ponto de ir embora, se continuar esta gestão que não tem abertura nenhuma. Eu vejo que o poder público agora está perdido, os gestores acham que estão fazendo a coisa certa, nós temos que cuidar da ponte, nós temos esse cano, algumas coisas que já estão marcadas, eu vejo coisas que estão fazendo aqui, é minha opinião, tá muito distante. A relação com a comunidade mudou totalmente, antes a gente encostava no gerente de turismo, no pessoal do Parque, a gente não vai mais conversar nem com os funcionários do Parque, .... o poder público está se mostrando, pra mim, de uma forma apática, antipática, não respeitam a gente, então me desestimulou. Eu estou vendo um monte de gente ir embora daqui, estou reforçando isso porque o poder público influencia muuuuuuito o morador aqui, se influencia muito, porque não influencia positivo? Hoje o poder público tem uma interferência negativa, e não é pra mim, é pra todos, a gente fica triste, tinha uma vida aqui, uma comunidade. A comunidade pra mim não é só as pessoas que moram aqui é também o poder público dentro dessa comunidade, havia um pouco mais de vida aqui, havia mais relacionamento, a gente percebe que a coisa foi abandonada. Eu conversava com bastante gente aqui, até por conta dos cursos e outros eventos comunitários que tinha, eu lembro um dia falando dessa relação com os moradores e organização, eu lembro após um Festival de Inverno a gestora do Departamento de Paranapiacaba em 2008, buscando resultados, a comunidade estava ali, todo mundo feliz... foi uma apresentação que ela começou a coletar todos os problemas. Os olhos do Prefeito é o cidadão! Você não consegue administrar se não ouvir a comunidade, o cidadão tem que ter noção que ele pode participar e a gente participava, havia uma abertura, o que aconteceu com essa administração agora? Ela fechou para a população, você entendeu? Naquele dia da reunião para levantamento dos problemas eu pensei “olha que maravilha” todo mundo quando participa e vê o projeto, ...mas participando, ouvindo as outras pessoas, ele pode mudar de opinião, ele passa a participar melhor, muda de opinião, entendeu? Se você não abre, não adianta. Nestes últimos anos, a gente ia na reunião e o próprio poder público te calava a boca, saí fora, nos afastamos. Conversar com a comunidade é inteligentíssimo, porque o gestor não vê e não está em todo lugar, se o gestor tem 2, aqui tem 1000 olhos pra ver o que está acontecendo, pra quem eu vou perguntar? Vou perguntar para comunidade, e aí você filtra as opiniões, então aquele evento pós Festival de Inverno me marcou, o que a gente falava ficava anotado lá, este tipo de participação é importante e as pessoas começam a confiar. Esse evento me marcou, porque a quantidade de gente que tava lá, com certeza o evento do ano seguinte seria excelente. Não foi porque mudou a gestão e as*

*peças votaram errado, enquanto não mudar o sistema, eu não participo mais de nada, não adianta.*

Ernesto

O entrevistado Ernesto ao fazer o relato acima se mostrou extremamente inconformado com a situação. Neste momento, seu tom de voz ficou alterado e ficou explícita a sua insatisfação generalizada com aquela forma de gestão. Percebeu-se por sua fala que houve um desestímulo tanto em relação à participação. Para o entrevistado, a falta de diálogo é uma forma de desrespeito com a população, sendo que a participação poderia colaborar para a melhoria da gestão e aumento da confiança no poder público. Em seu relato destacou uma oficina participativa de avaliação de um dos eventos da Vila realizada em 2008, que para ele foi uma ação exemplar de envolvimento comunitário e fortalecimento da participação social. Por outro lado, em virtude da mudança de gestão os resultados deste diagnóstico não puderam ser colocados em prática. Outro aspecto interessante se referiu à interação social, pois mencionou que a falta de cursos e outros processos educativos diminuiu as possibilidades de convívio com outros membros da comunidade. É relevante citar que quanto mais as decisões estiverem distanciadas da população, menor será a correspondência às suas necessidades.

Fazendo a mesma análise quanto às relações entre a territorialidade e a Promoção da Saúde, no período de 2009 a 2012 (tabela 4), todos os fatores positivos foram desconstruídos colaborando para um novo processo de desterritorialização, pois a falta de formação, a manutenção do calendário cultural com baixa divulgação e sem inovações, a falta de diálogo e de respeito pelos conhecimentos da comunidade contribuíram para que muitos dos entrevistados repensassem a sua permanência ou não na Vila de Paranapiacaba.

Tabela 4: Matriz - integração entre territorialidade e alguns dos campos de atuação da Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba – período de 2009 a 2012.

Período de gestão: 2009-2012					
Características da territorialidade conforme referencial teórico	Dimensões do desenvolvimento local conforme referencial teórico e sua relação com a territorialidade	Características da territorialidade relacionadas ao desenvolvimento local percebidas de acordo com os depoimentos dos entrevistados	Análise de acordo com o depoimento dos entrevistados		Relação com os campos de atuação da Promoção da Saúde*
			Mantida	Diminuída ou Ausente	
Rede de interações entre atores sociais de forma individual e coletiva	Social e cultural	Respeito à cultura local e sua história	X		1, 2 e 3
		Interação entre atores sociais (entre moradores e representantes do poder público)		X	**
Conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento local no contexto territorial	Econômica	Criação de alternativas econômicas no próprio território com inclusão social		X	**
	Política	Construção de capital humano		X	**
		Estímulo à participação		X	**
		Organização comunitária		X	**
		Construção de capital social		X	**
		Sustentabilidade pelos próprios atores locais		X	**
Rede de relações entre as interações entre atores sociais, o conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento local e o ambiente gerando processos de transformação simbólica e material do território	Ambiental	Construção ou reforço da identidade		X	**
		Estímulo à apropriação local		X	**
		Relação positiva com o ambiente	X		1, 2 e 3

\* 1. Criação de ambientes favoráveis à saúde/ 2. Desenvolvimento de habilidades/ 3. Reforço à ação comunitária.

\*\* Não houve correspondência com os campos de atuação da Promoção da Saúde.

Fonte: Tabela construída pela autora.

As únicas características do desenvolvimento local relacionadas ao fortalecimento da territorialidade mantidas foram a manutenção de uma relação positiva de conservação ambiental e o respeito à cultura local e sua história por parte dos entrevistados em virtude dos conhecimentos que haviam construído durante os cursos que participaram até 2008. Esse fator não dependia da gestão pública, pois já estava arraigada a seus valores e atitudes.

#### 4.2.4 Percepções sobre a participação e a interação social na Vila

No que se refere à gestão tendo como base o território em seu conceito mais amplo, a governança social surge como um importante meio de incremento à participação e à criação de redes de pertencimento. De acordo com GOHN (2008, p.60), a governança social “é uma expressão que caracteriza as relações políticas que apresentam interação entre os grupos da comunidade e a sociedade política porque se estrutura a partir de um território”.

De acordo com DALLABRIDA (2007) gerir o território à luz da governança social implica garantir que a população tenha vez e voz e que seja uma fonte de poder neste processo. Dessa forma, não basta garantir canais participativos, se os mesmos não se constituírem como verdadeiros espaços de negociação e deliberação.

Quanto às instâncias participativas existentes na Vila de Paranapiacaba destacaram-se no relato dos entrevistados: o Conselho de Representantes da região de Paranapiacaba e Parque Andreense que teve suas atividades paralisadas a partir de 2009, a Comissão de Monitores Ambientais e Culturais e a Comissão de Festejos. Estes dois últimos foram mantidos, mas a participação foi se enfraquecendo paulatinamente.

É preciso lembrar que os sujeitos desta pesquisa foram indicados por sua característica participativa e durante os relatos enfatizaram que a comunidade na Vila de Paranapiacaba, em geral, ainda não possuía integração, organização e habilidade para participar. De acordo com os entrevistados, isso ocorria por falta de conhecimento e também por uma visão muito individualista ainda persistente na comunidade. No entanto, essa visão apresentada coloca a culpa nos sujeitos, como se só dependesse deles. O poder público também desempenha um papel importante neste processo. Daí a importância da participação social, definida pela OPS (1995, p.16) como:

“um modelo de co-gestão social da saúde que incorpora a negociação como instrumento de interação entre os atores sociais, incluindo os profissionais de saúde, autoridade civil e organizações da comunidade dentro de um processo de resolução dos conflitos sociais”.

Para SILVA (2013), a instauração de Conselhos corrobora com o compartilhamento de decisões entre poder público e sociedade civil, e apesar de todos os desafios engendrados na efetividade deste processo, a criação dessas instâncias de participação têm grande potencial como alicerce para o desenvolvimento das comunidades. Além de todas as questões políticas envolvidas é preciso lembrar que “a participação é uma habilidade que se aprende e aperfeiçoa” (BORDENAVE, 2006, p.26), portanto, no tocante à contribuição dos Conselhos para um maior desenvolvimento da comunidade, mais importante do que criar a instância participativa é envolver a comunidade nesse processo e municiá-la por meio da educação para o exercício da participação ativa e deliberativa.

Para fins de análise, os relatos dos entrevistados sobre a questão da participação foram classificados e divididos em 7 categorias, sendo 4 delas indicadas como obstáculos à participação e à integração comunitária e 3 como facilitadoras destes processos.

Categorias vistas como obstáculos à participação:

1. Falta de conhecimento;
2. Saudosismo;
3. Individualismo;
4. Falta de integração;

Categorias vistas como facilitadoras da participação:

5. Participação como direito;
6. Participação ativa;
7. Importância do diálogo.

Sob o ponto de vista de alguns entrevistados, a falta de conhecimento (categoria 1) era um dos maiores obstáculos à participação, foi comum a comparação entre as ações dos entrevistados e dos demais moradores que não têm a mesma formação do que eles.

*“Os grupos de monitores formados são bem mais ativos do que as pessoas que nunca participaram de nada, quem não participa não sabe do que está acontecendo. Apesar de que eu acho que nos últimos anos a participação dos monitores deu uma diminuída, porque às vezes você leva um problema lá e não vê um resultado, você se propõe a mostrar coisas, até ajudar a fazer e você não vê um resultado, isso acaba desmotivando também.”*

Ana

A entrevistada Ana exemplificou que o conhecimento que possuía como monitora fazia com que tivesse uma participação mais ativa. Por outro lado, afirmou que ao perceber que as suas contribuições não eram consideradas sentia-se desestimulada a continuar participando. Percebeu-se, portanto, que havia uma conexão intrínseca entre a participação e os resultados efetivos decorrentes deste processo.

O entrevistado João observou que os processos educativos também favoreceram a integração do grupo, mas ao sair daquele espaço de formação, nem sempre a prática se concretizou no cotidiano da comunidade. Como fatos que o marcaram, destacou alguns exemplos de mobilização comunitária que trouxeram resultados positivos.

*“Tem moradores que são engajados que tem preocupação com a Vila com os aspectos culturais, ambientais e humanos, mas a grande maioria, por falta dessa cultura, por falta de conhecimento, por isso não participam. Teve duas vezes que nós monitores nos organizamos para limpar um rio, da primeira vez tinha umas 30 pessoas e da segunda umas 20, quando tem os cursos as pessoas se unem para participar, falam um monte de coisa bonita, mas na prática é diferente. Houve uma mobilização da comunidade quando teve um incêndio numa casa da Vila, as pessoas ficaram chocadas, elas queriam que resolvesse, e não sei se por pressão popular ou não a Prefeitura colocou um corpo de Bombeiros na Vila, foram momentos que a população da Vila participou um pouco mais.”*

**João**

Freire (1979, p. 25) nos diz que “além de um ato de conhecimento, a educação é também um ato político”. Logo deve colaborar para que ocorram transformações nos sujeitos e na sociedade. Assim, a educação também é em essência instrumento de participação política.

Segundo Souza (2008), a ampliação da percepção por meio de processos educativos leva a comunidade a apreender uma diversidade de perspectivas sobre a realidade social levando-a a novas formas de pensar e agir sobre a mesma. A autora baseando-se nas ideias de Paulo Freire sobre o processo de conscientização como uma construção interna, afirma que se essa consciência se expressar apenas no discurso, o processo não foi fecundo, ou seja, não foi suficiente para a transformação da realidade. A partir disso, enfatiza a importância da organização social para concretização de uma ação coletiva.

Além dos aspectos já citados, para o entrevistado Daniel a participação na Vila de Paranapiacaba estava muito vinculada à questão do desenvolvimento econômico, o que poderia ser considerado até natural, uma vez, que para alguns era também uma questão de sobrevivência.

*“..uma coisa que eu não tenho a menor dúvida foi da importância dos processos educativos para esse desenvolvimento da comunidade, embora neste momento eu perceba um retrocesso dos programas que foram implantados aqui que não deram certo. Eu não posso, acho que qualquer pessoa em sã consciência não pode dizer que a Prefeitura não teve um papel efetivo na melhoria, da preservação, da estabilidade social em Paranapiacaba. Precisava de uma intervenção desse tipo, Paranapiacaba não conseguiria se conservar sem o poder público vir aqui e fazer uma ação grande, não dá para não reconhecer que as pessoas melhoraram muito, participam politicamente das decisões que estão relacionadas ao local. Tanto que hoje é o contrário como não tem a participação, as pessoas estão querendo participar, elas querem ser ouvidas, elas querem dar as suas opiniões. Eu vejo tudo isso, ainda muito voltado para o econômico, as pessoas ficam ainda dividindo o bife, não é por uma questão maior, não tem a vontade do preservar, quando as pessoas entenderem que aqui só é um destino turístico porque é um patrimônio importante e existe um patrimônio natural importante: as pessoas brigam para ter movimento, há pessoas que ainda têm esse equívoco, né? Não é quantidade, ninguém quer quantidade aqui, eu não quero ter 5000 turistas cada sábado e domingo eu quero ter 1000 muito bem qualificados. Para você trazer um turista qualificado, precisa qualificar os serviços. E aí, assim não tem turista porque não tem investimento, não tem investimento porque não tem turista e não quebra (o ciclo), só vai quebrar isso com investimento, pra ter o turista qualificado precisa qualificar o serviço.”*

Daniel

Ainda considerando o relato de Daniel, houve a indicação como obstáculo à participação, o forte vínculo com a memória ferroviária, marcado por certo saudosismo (categoria 2).

*“...a gente cresceu muito, eu nunca tive tanta participação social na minha vida como em Paranapiacaba, eu fui conselheiro da Educação, do COMUGESAN, do Patrimônio, do Parque Estadual da Serra do Mar, do Conselho de Representantes, do FUNGEPHAPA, olha só, né? São 6 conselhos que eu participei, porque embora que na Vila houve essa possibilidade de participação muito aberta, as pessoas ainda resistem muito, acho que resistem porque, nós temos uma comunidade saudosista, esperando o trem voltar e a rede ferroviária, até hoje. Por incrível que pareça,*

*depois de passado quase 10 anos que a Prefeitura comprou a Vila, há quem diga que ainda é da Rede. Não é mais da Rede, a Rede não existe mais, o trem não vai voltar, a possibilidade da economia ferroviária manter Paranapiacaba é mínima, realmente, eu vejo que o caminho pra gente é o turismo.”*

Daniel

Como já foi citado, a memória ferroviária teve uma relação estreita com a identidade dos moradores e deve ser respeitada. Mas considerando o relato acima, esse saudosismo como entrave à participação, persistiu também em virtude da falta conhecimento sobre as mudanças que ocorreram na Vila.

Voltando à importância da organização social para a transformação da realidade, a categoria 3 (individualismo) foi destacada por vários entrevistados conforme relatos a seguir:

*“Antigamente eu pensava que a gente tava aqui e era uma grande família, a gente acreditava nisso, quem vinha de fora acreditava nisso e quando você começa a viver aqui você vê que não é bem assim, por parte dos moradores mesmo, porque é cada um por si, essa coisa de se unirem, de lutar por alguma coisa é muuuuito difícil, muito pouco, e a própria política é bem ... tipo assim, existe a questão da preservação histórica, mas isso não é o principal, existe a questão política em si mesmo de controle... Existem lideranças aqui, mas estas lideranças não estão conseguindo se organizar, a gente percebe que as reuniões, as tentativas de organizar alguma coisa aqui que houveram acabam em discussões particulares, em opiniões pessoais, em discussões de problemas pessoais do que problemas e discussões coletivas, sinceramente, pode até ser que tenha, mas está muito bem escondido, eu não vejo essa coletividade, essa, essa união de pessoas buscando um único objetivo. Em qualquer espaço, em qualquer meio é importante ter organização, pra isso mudar aqui teria que ter uma pessoa que conseguisse fazer eu esquecer do meu lado egoísta, que ele esqueça seu lado egoísta, ela esquecer... e falar: gente... teria que ter um formador de opinião muito querido e influente pra conseguir fazer isso porque infelizmente o que a gente percebe aqui da maioria das pessoas é um tal de olhar pra si mesmo sabe?”*

Alex

*“O que me motiva a participar é o gostar de estar aqui e a história, eu me sinto parte de Paranapiacaba. A participação de alguns moradores é por interesse próprio, ou se entra algum interesse financeiro, eu vou participar se eu tiver algum retorno financeiro e alguns porque gostam, então está bem dividido. Aqui é difícil as pessoas se unirem e conseguir alguma coisa. Os que gostam daqui, eles têm... eles gostam cuidam e passam a história correta, os que não*

*tem essa visão, os que vieram só para pagar um aluguelzinho barato acaba atrapalhando um pouco o trabalho da monitoria.”*

**Mara**

*“A comunidade não é organizada aqui, tanto que os grupos como Associação de Monitores, Associação de Empreendedores, nada vingou. Porque é uma guerra, porque cada um vai pra ver o seu lado, não tem um trabalho pelo coletivo, só para o interesse individual, por isso que esse tipo de coisa não deu certo aqui em Paranapiacaba, porque o pensamento é cada um por si. Entendeu? Se puder derrubar você, derruba, falta união, cada um tem uma cabecinha muito complicada, tem que ser do jeito que eles querem, se for ver bem, precisaria de um trabalho psicológico mesmo, muitos, às vezes não conseguem o que quer e ficam desanimando o outro, isso não vai dar certo, não vai dar em nada, porque pra ele não deu certo.”*

**Bete**

*“...eu acho que participo pouco dos grupos da Vila, se a gente conseguisse formar uma grupo de trabalho bacana, não com pessoas fazendo média política, querendo falar que é o cara que resolve o problema do universo não é isso, seria um grupo de pessoas que realmente tivessem interesse em fazer alguma coisa importante ou não, mas algo em prol né? Tá difícil de juntar estes tipos de pessoas no mesmo vagão do trem. Tentaram formar uma associação dos moradores com dois líderes cada um tentando puxar para o seu lado. Brigaram, então fica para você, não então fica para você e não ficou para ninguém e acabou. É difícil, até por aqui ser uma Vila dormitório, só quem tá ligado diretamente ao turismo, seja monitorando ou como Restaurante ou como Pousada é que vai ter tempo pra isso aí. Aí quando você junta Comissão de Monitores, Comissão de Empreendedores, é tudo gente que tá aí para ganhar dinheiro, então essa questão fala mais alto. Tem gente que sai daqui de manhã e só volta no ônibus da meia noite para dormir. Então a questão que fala mais alto não é vou fazer por Paranapiacaba, acaba sendo o eu primeiro, antes do nós. Se fosse um lugar que as pessoas ficassem mais, seria muito mais legal. Eu participaria mais até. A gente participa da Comissão de Monitores, mas efetivamente muito pouco a gente faz, eu acho que o que a gente faz mais e de bom pela Vila é o que a gente passa para as pessoas que vêm conhecer aqui, muitas pessoas voltam porque foram muito bem atendidas por nós, os porta vozes da Vila, muita gente volta, nós temos muitos casos assim da pessoa que vem e volta porque gosta pra caramba.”*

**Alex**

Considerando o conjunto de relatos apresentados é preciso refletir sobre os fatores que ajudam a construir a coesão social. Para GOHN (2008, p. 31):

“Para que um indivíduo ou um grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social, ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos do conteúdo das mensagens implícitas, ... que valores defendem ou rejeitam... Quando os significados são desvelados, eles produzem estímulos e geram respostas, discursivas ou ações gestuais ou ações coletivas e movimentos; criam-se processos identitários, individuais e coletivos”

Fica explícito que é preciso um entendimento individual e coletivo sobre o que os motiva, o que os fortalece, o que pode dar sentido às suas ações para que a falta de união e integração (categoria 4) sejam superadas no alcance de objetivos comuns.

O individualismo está intrinsecamente vinculado à falta de integração da comunidade da Vila de Paranapiacaba e como demonstrado nos relatos a seguir, mais uma vez a questão econômica apresenta-se como um fator limitante da ação comunitária.

*“Paranapiacaba é um destino turístico, porque ela tem Mata Atlântica preservada e o patrimônio histórico interessantíssimo, único, singular, não tem nada, quando você fala da história colonial você tem Paraty, Ouro Preto, Salvador, mas me fala um vila ferroviária como Paranapiacaba? Não tem, não tem par no mundo só existe Paranapiacaba aqui em Paranapiacaba, e acho que as pessoas às vezes se esquecem disso, é tudo pelo tudo, vai precisar asfaltar, então, as pessoas pensam asfalta, e esquecem que é uma área de manancial, eu trabalho hoje e estou inserido economicamente dentro da atividade turística, mas antes, pra mim eu sou um preservacionista. Não é tudo pelo tudo, isso é um problema, existe uma tensão quando você fala de negócios, não vai ter festival de inverno, a comunidade rapidamente se organiza e faz alguma coisa. Ah, porque não vai deixar de participar da Comissão de Festejos, as barraquinhas de artesanato, o pessoal do artesanato já se une e vai lá reivindicar, brigar, procurar a Prefeitura. A Vila, a organização, a integração está na questão da sobrevivência, na economia do turismo.”*

Daniel

*“Aqui na Vila tem o grupo dos monitores, e dentro do Grupo dos Monitores, tem o grupo dos Autônomos e da Associação. Não existe um consenso entre os grupos, entre os autônomos quando nós conversamos tem um certo consenso entre nós, mas aí conflita com os interesses da Associação, então não há esse consenso entre os monitores. E há outros grupos da Vila*

*organizados que não tem nada assim muito forte, tem assim o grupo dos empreendedores, não é uma associação é o grupo dos empreendedores, não é muito forte tem algumas pessoas que manipulam isso também em benefício próprio,... mas são basicamente os estabelecimentos comerciais na Vila principalmente na Parte Velha, donos de Pousada, mas também não tem muita força não. Não existe uma união, as pessoas que moram na Vila não têm um interesse comum, falta de conhecimento da cultura, do lugar e vieram pessoas de fora, hoje as pessoas que moram na Vila não têm a raiz ferroviária, são pessoas que vieram de fora e chega aqui e acha que pode fazer o que querem tem pessoas boas sim, com certeza, mas ... não há grupos formados com força.”*

**João**

*“A organização e integração dos moradores da Vila deveria ser bem melhor, deveriam ser unidos entre si, os monitores são bem desunidos, o que nenhum lugar poderia seguir de exemplo é a relação entre monitores de Paranapiacaba. Tem pontos positivos, mas tem muitos negativos. Muita coisa poderia ser melhorada, a falta de distribuição das visitas à Vila, acaba acarretando um pouco disso. Em julho, que tem a maior visitação na Vila, a gente não vê muita confusão, em outras épocas do ano eles têm que disputar o visitante. Acho que o trabalho de monitoria em Paranapiacaba está mais ligado ao capitalismo do que com o meio ambiente. Em relação à economia, tem o ponto falho que não é solidária, então, a gente vê gente jogando os preços lá embaixo para conseguir os visitantes de outros, então o lugar é pequeno e devia ser bem melhor.”*

**Alan**

*“..não há nem um pouco de organização dos moradores, se conseguíssemos ser uma sociedade organizada, estaríamos muito além de onde estamos hoje. Eu acho que é o que realmente nos falta. Não adianta eu falar A e você falar B, e outro falar T que a nossa palavra não tem força diante do poder público. Quando todos nós temos o mesmo discurso para a comunidade, isso passa a ter força e a gente consegue muitas coisas, porque é diferente eu ir brigar por uma fato sozinha, agora se estou lá com um grupo de pessoas organizadas a gente consegue muito mais, e ainda assim, às vezes eu vejo, uma coisa que eu acho e que precisa ser revista.”*

**Kátia**

A participação social marcada pela coesão comunitária é fundamental para os processos de Promoção à Saúde. E para concretização de ações coletivas exitosas é necessário que todas as partes envolvidas esforcem-se para compreender o ponto de vista de seus integrantes e principalmente tenham conhecimento sobre a realidade em que estão inseridos. Sob este prisma, a educação torna-se também um fator importante para a coesão social

(MCCLOSKEY et al., 2011). Mas cabe ressaltar que não há sempre consenso e é exatamente isto que torna tão ricos os processos de negociação.

Apesar de todos os benefícios que os processos educativos promovidos pelo poder público na Vila de Paranapiacaba trouxeram a seus habitantes, o enfraquecimento da participação social, a descontinuidade de ações, a falta de integração da comunidade e as dificuldades em lidar com as transformações provenientes da mudança administrativa de 2008-2009 no município de Santo André, denotam que o conjunto de ações realizado para o desenvolvimento local não gerou sustentabilidade e não formou capital social, nem tampouco criou condições para o *empowerment* coletivo.

De acordo com BAQUERO (2006), a inclusão social deve envolver um efetivo empoderamento dos cidadãos para que tenham um papel protagônico na política, de modo que possam minimizar os efeitos das mudanças administrativas sobre a população. Para o autor, a formação de capital social é crucial para que se transponha a ideia de que somente quem está no poder tem condições de resolver os problemas. Ainda segundo BAQUERO (2006, p.41):

“O pressuposto fundamental da teoria de capital social é de que, tanto no sentido econômico quanto político, a cooperação voluntária é imperativa para alcançar objetivos comuns. Essa cooperação é viabilizada pela confiança interpessoal, pela reciprocidade entre os cidadãos, pelas redes de envolvimento cívico e pela predisposição das pessoas em se envolver em atividades coletivas. Não se trata de sociabilidade e sim de predisposições atitudinais por parte das pessoas, no sentido de estarem estimuladas a se envolver em ações que redundem na obtenção de um bem coletivo. É um agir coletivo e consciente promovido pelo desejo da melhoria da qualidade de vida de uma comunidade.”

Essa capacidade organizativa característica do capital social é uma forma de impulsionar o poder local, sendo que é o *empowerment* que possibilitará a transformação social.

Em relação à categoria 5 (participação como direito), é relevante registrar que todos os entrevistados criticaram a falta de canais de participação efetivos e de diálogo junto ao poder público no período de 2009 a 2012, mas apenas um deles enfatizou a participação como direito.

*“A questão participativa é lei federal, mas que país que eu tô vivendo? Que tem história de lei que pega e que não pega? Só aqui acontece isso. Temos que entender que pequenos grupos podem fazer a diferença, sim. A comunidade pode participar? Pode, mas tapam a boca, os moradores ficam com medo, não agem.”*

Ernesto

Ernesto foi bem enfático durante parte do relato de suas experiências, ressaltando a diferença que a comunidade pode fazer dentro de um processo de gestão local. Mencionou a participação como direito por lei, mas que na maioria das vezes não é garantida. Com exceção do Conselho de Representantes da região de Paranapiacaba e Parque Andreense, a Comissão de Monitores e de Festejos teve continuidade no período de 2009 a 2012, mas de acordo com seu relato não era efetivo, pois funcionava muito mais como um espaço de informes do que como canal de diálogo, negociação e deliberação. Afirmou que a opinião dos moradores não era considerada e, além disso, pela Parte Baixa da Vila ser propriedade da Prefeitura e os moradores apenas permissionários, alguns não se manifestavam ou entravam em conflitos por medo de perder o imóvel.

Quanto ao direito à participação, DALLARI (2001) parte do pressuposto de que todos os indivíduos são livres e de que todos são iguais. Como tal, cada indivíduo deve ter a possibilidade de participar da formulação de regras que são obrigatórias para todos. Sob este aspecto, o autor diz que a participação é um dever que não podemos deixar de cumprir, pois dependemos dos outros e os outros de nós, e não é possível viver em uma sociedade democrática se não houver participação.

DAGNINO (2004), ao discutir sobre as relações entre participação e sociedade civil ressalta a importância de se construir uma “nova cidadania”, na qual os sujeitos sociais participem da definição do que consideram ser seus direitos e, ao mesmo tempo, lutem pelo reconhecimento destes. A autora defende “o direito a ter direitos”, que não deve se limitar apenas às questões legais, mas também à criação de novos direitos, frutos de reivindicações sociais. Mas como garantir tais direitos?

O entrevistado Ernesto indicou dois entraves para que isso ocorra, a forma de gestão pública não dialógica e o medo da comunidade. Esse medo foi fundamentado no caso da realidade da área de estudo, pela possibilidade de perda da permissão de uso do imóvel. Mas deve-se lembrar de que há um contrato e que este medo, assim como a participação, muitas vezes se vincula à falta de conhecimento. Por outro lado, cabe refletir se as instâncias participativas instituídas pelo poder público realmente criam condições para o empoderamento da população e o exercício de uma cidadania ativa ou se estimulam uma cidadania tutelada.

Pelo relato dos entrevistados, apesar de não ter ocorrido a formação de capital social na Vila de Paranapiacaba, houve um importante processo de *empowerment* individual, marcado por uma participação mais ativa (categoria 6) daqueles que estiveram envolvidos nos processos educativos.

*“Uma das coisas que me motiva a participar foi o que eu aprendi com várias pessoas, principalmente depois que eu entrei para o PJ, acho que para que valha a pena a minha participação ela tem que ser mais ativa mesmo, não ficar aguardando o que o poder público vai dizer ou impor aos moradores. É uma pena que uma grande maioria aceita toda ordem de cima para baixo, em vez de dizer em como a Vila deve caminhar. Eu quero começar a mudar a mentalidade das pessoas para algo mais solidário, algo que as pessoas não sejam tão passivas e agir em vez de só reclamar. Atualmente, a participação da comunidade é bem fraca, tem até um grupo dos comerciantes e de festividades, mas parece não ter muita força. Por enquanto, as festas no Clube*

*União Lyra Serrano acabaram e a gente vê muita gente reclamar, mas nunca vi nenhum manifesto para que isso mude.”*

**Alan**

*“...eu vejo que não adianta a Prefeitura querer mudar a Vila, se os moradores não querem, tem que ter vontade dos dois, a Prefeitura ajudou bastante, ela deu a vara e os moradores estão pescando até hoje por conta do turismo, Portas Abertas, monitores e eu tô aí pra trabalhar. A Prefeitura mostrou o caminho, agora é só caminhar. Tem pessoas que estão prontas pra ajudar e tem aqueles que só sabem ver o passado o que aconteceu, mas é o que eu disse a gente também tem que fazer acontecer, né? A Vila é dividida, por as pessoas serem assim, fica difícil.”*

**Rodrigo**

De acordo com os relatos, a participação dos mesmos tem relação direta com as possibilidades de diálogo (categoria 7) oferecidas pelo poder público, podendo levar a duas situações: o afastamento total das ações ou outras formas de participação indireta, como exemplifica o entrevistado Daniel.

*“...eu sempre fui um brigão, sempre, pedia vinte para ganhar 10. Encontrei um antigo gerente que falou: antigamente você brigava agora não fala mais nada, eu respondi porque participar naquela época era fértil, você brigava, e as pessoas te escutavam, você pedia 20 coisas tinha um retorno de 10 coisas, sempre tinha uma vontade, tinha predisposição de ouvir, entendeu? Você tem que ir pra fora para ser ouvido, pra repercutir as nossas reivindicações, mas a luta continua. Eu sinto falta daquele momento participativo, não tenho dúvida que houve uma perda muito grande, à medida que foi colocado isso, você pode participar, você pode dar a sua opinião, você pode interferir, você tem direito, né? É legal, não tem retrocesso, você pode não ter a reunião da comissão, os espaços de participação, mas as pessoas sempre vão querer colocar as suas ideias.”*

**Daniel**

Quando o entrevistado Daniel afirmou que em um determinado período a participação era fértil, destacou a importância do diálogo e mesmo que não houvesse atendimento a todas às demandas se percebia a atenção por parte do poder público. Para FRANCA (2003, p. 78) “viabilizar a participação também significa criar espaços onde a interlocução ocorra de forma efetiva e afetiva, criando possibilidades de se tecer laços de confiança em que os sujeitos se

sintam livres para interagir”. Sob este prisma, a relação dialógica entre o poder público e a comunidade poderia representar uma motivação à participação.

#### 4.2.5 Percepções e vínculos com o território

Pelos dados já expostos, o processo de desenvolvimento local promovido na Vila de Paranapiacaba favoreceu em certa medida a territorialidade e conseqüentemente a Promoção da Saúde, mas para um melhor entendimento do vínculo dos entrevistados com o território foram estabelecidas 5 categorias de análise, sendo que as 4 primeiras se referiram aos aspectos que contribuíram para estreitar a conexão dos entrevistados com o território e a última se relacionou ao processo contrário de territorialização, a saber:

1. Sentimento de pertencimento;
2. Qualidade de vida e dificuldades;
3. Identidade, autoestima e interação social;
4. Sonho e encantamento;
5. Desenraizamento.

Um dos aspectos fundamentais relacionados ao componente simbólico da territorialidade se associa com a apropriação local e o sentimento de pertencimento (categoria 1). Sentimento este que se desenvolveu a partir de um conhecimento mais acurado sobre a história e importância dos recursos naturais e patrimoniais existentes na Vila, como podemos notar nos relatos abaixo:

*“Por entender muito isso aqui e gosto muito disso aqui. Até quando a gente fala de mudar, de sair daqui, ou comprar uma casa na parte alta, em Ribeirão Pires, eu não sei. Eu não penso em entregar essa casa aqui, eu penso de ter um point, um lugar pra vir e ficar aqui. Eu me sinto parte daqui, eu acho que*

*eu sou muito importante pra Vila porque o trabalho que eu faço, além de fazer um trabalho em mim mesmo de preservar de cuidar disso aqui eu sou um formador de opinião porque eu lido com pessoas, com centenas de pessoas. Todas as semanas eu passo pra eles a visão romântica disso aqui, entendeu? Eu passo muito da parte histórica, tal e não entro com questão política óbvio, né? Não faz nem sentido, mas eu procuro fazer esta abordagem, eu tento fazer de uma forma que as pessoas vejam como eu vejo, a importância devida que tem esse lugar e que as pessoas respeitem esse lugar. Todo lugar merece respeito e é o lugar que eu moro, que quero respeito com o lugar que eu moro. Eu acho muito importante Paranapiacaba, eu gosto muito daqui.”*

**Alex**

*“Paranapiacaba tem potencial turístico, mas não tem vocação turística porque não se faz turismo sem hospitalidade e sinceramente hoje eu sinto que as pessoas são mais receptivas, mas não eram. Quando você fala de Minas, do nordeste brasileiro, tem acolhimento, o lugar pode ser sujo, ser podre, mas eles são capazes de tirar a roupa deles de dar a cama deles para acolher, então a acolhida de um mineiro, de um nordestino, é um grande produto turístico deles. Mas Paranapiacaba tradicionalmente não tinha acolhida, eu não fui acolhido quando eu visitava. Ainda não tinha a Prefeitura aqui, as pessoas olhavam feio pra você perguntavam aonde você ia, entendeu? Você era olhado mesmo, como uma pessoa... Num lugar pequeno você é notado não tem como não te perceber, então nunca dizer que aqui havia acolhida, não havia, e quando eu vim morar eu também não me senti acolhido, eu era um rancheiro aqui, eu ainda vestia terno, ainda tinha essas questões, me chamavam de MIB, homem de preto, pra você ter uma idéia, minha vizinha que não mora mais aqui, uma vez eu tava no quintal arrumando, tirando os entulhos, ela disse: oi moço, tudo bem? Eu disse: muito prazer eu sou o seu vizinho. Ela muito amistosa, perguntou se eu tinha as coisas aqui. Eu disse: tenho, trabalho na C&A. Ela disse: a é que eu fico preocupada se você tem fogão, já até pensei em chamar o senhor aqui, mas não sei se vc come arroz, feijão. Eu disse: como arroz, feijão, bife, alface. Tinha uma preocupação e isso é legal, eu hoje me sinto totalmente inserido na comunidade, eu faço parte, acho que eles também entendem dessa maneira, mas no início não foi assim, foi muito difícil, são coisas que eu jamais vivenciei nem no bairro que eu morei, nem no centro da cidade onde eu morei, essa proximidade com as pessoas e você tem interferência na vida das pessoas, eu moro na mesma casa desde que eu vim pra cá, na casa ao meu lado, moram muitas outras famílias, então Paranapiacaba também me permitiu conhecer um lado que eu não conhecia mesmo, né? Me sinto feliz.”*

**Daniel**

*“Quando eu estou com o grupo, a geração coca cola, eu tento orientar e na verdade é uma troca de cultura, então assim, o respeito vem acima de tudo, não que você sabe mais é uma troca de cultura, então assim é automático, as pessoas pagam pra vir aqui na minha Vila, Você acha minha Vila cafona? Mas*

*“você pagou para vir aqui, andar no quintal da minha casa que seria a mata, eu foco bem isso, então assim: aqui você pode pegar qualquer criança que ela fala da natureza pra você, te dá uma liçãozinha, dentro da simplicidade e do conhecimento dela, porque é o que ela vive. O meio ambiente é aqui onde a gente está, não é só a natureza. Eu gosto muito de mato, até porque eu já vim do mato. A Vila é tudo pra mim. Hoje eu moro na Vila por opção, porque tem gente que mora aqui por necessidade, porque não tem pra onde ir. Não é o meu caso, eu gosto daqui e agora eu não me vejo morando em outro lugar, porque como uma árvore eu já criei raízes aqui e o Parque também, porque foi no Parque que eu aprendi a gostar da Vila, é como se a Vila tivesse me abraçado assim. Acho que a melhor coisa que aconteceu pra Vila em si foi a questão do Parque, do jeito que estava, eu não sei se a gente teria essa paz na mata, e ver vários bichos. A gente está em partes com a natureza e a natureza está em partes com a gente, tava muito vandalismo, né?”*

**Dália**

*“Aqui é muito tranqüilo comparado a vida da cidade. Aqui a gente ainda ouve os sons, né? O cheiro da floresta, não tem barulho, a gente está conversando aqui e não tem barulho de carro, fumaça, não tem um monte de gente falando, gritando, sirene, então por esse lado é muito, muito bom, muito tranqüilo, e o ar é bom, a água é boa. Eu estou interado à Vila de Paranapiacaba, faço parte da Vila e do Parque, tenho uma participação ativa, tanto trabalhando como monitor como fora, como pessoa física, eu vejo coisas erradas e denuncio mesmo, eu procuro coibir essas coisas erradas em relação à natureza até onde eu posso chegar, estou bastante inserido no contexto da Vila de Paranapiacaba, tanto na parte ambiental como na parte história também.”*

**João**

*“Paranapiacaba é o patrimônio da cidade, não a periferia da cidade, e essa questão da apropriação local, né? Eu acho que o morador ainda não tem essa apropriação do local. Meu caso, o meu atendimento turístico ela tá baseado em estudo, eu estudei e estudo ainda, pesquiso, eu sou um pesquisador de Paranapiacaba. Antes de morar aqui, depois que eu comecei a morar aqui, eu tenho uma vivencia da Vila. A minha monitoria fica mais verdadeira. Tem pessoas que nasceram aqui e não conhecem o Castelo. Então, as pessoas têm o hábito de tornar a vivencia delas a história, e a história é muito mais ampla do que a vida da pessoal dela, entende?”*

**Daniel**

O sentimento de pertencimento e o entendimento do território foram fatores que colaboraram para que os aspectos relacionados à qualidade de vida se sobressaíssem e ultrapassassem as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores da Vila de Paranapiacaba (categoria 2). Como se percebe pelos relatos os pontos positivos compensavam os negativos, porém os

entrevistados por meio da descrição de diversas situações expuseram os problemas sentidos apenas por aqueles que residiam no local.

*“...então eu me reconfigurei para uma nova vida. Porque eu vejo muitas pessoas que querem morar em Paranapiacaba, mas ficam presas aos padrões da cidade. Aí, elas não conseguem, não se adaptam, você abre mão de algumas coisas, mas você ganha outras coisas. E eu sempre procurei viver dentro do padrão e do modo que as pessoas vivem aqui, eu não vim para morar de uma maneira diferente, então, eu não tenho carro, eu vou fazer as minhas compras em Rio Grande da Serra como os outros moradores, todos os problemas da Vila eu vivo, como a minha comunidade.”*

Daniel

*“Quando eu falo de qualidade de vida, sei que é uma coisa abrangente demais, por exemplo, aqui eu não tenho mercado, não tenho posto de gasolina, não tenho uma churrascaria, eu não tenho farmácia, eu não tenho um açougue e eu não tenho um cinema e não tenho trem, apesar de ser uma Vila Ferroviária. É como uma ilha que você não chega de barco, então isso aí influencia na qualidade de vida também porque eu posso estar com vontade de comer, por exemplo... manga, tenho dinheiro para comprar manga, mas será que eu quero pegar meu carro e ir até Rio Grande da Serra pra comprar 4 mangas? Não, eu não quero, eu não vou fazer isso. Agora, eu tô sem café, com pouca gasolina, então agora compensa eu ir até Rio Grande da Serra, você entendeu? Então a qualidade de vida fica comprometida, porque se eu morasse num lugar que tivesse uma quitanda do lado e tivesse de comer um caqui eu comeria, então a minha qualidade de vida seria melhor. A questão de você não ter todos esses comércios que eu citei agora, isso aí às vezes te deixa irritado. Eu adoro morar aqui, mas às vezes fico com ódio de morar aqui, por causa disso. Coisa que qualquer lugar tem, aqui não tem por questões óbvias, porque é um Patrimônio e você não pode, né? Não posso derrubar um quarteirão desse de casa e construir um Carrefour aqui, por exemplo, então a gente não vai ter este tipo de coisa aqui, eu não posso ter um posto de gasolina aqui, não posso colocar um tanque de gasolina subterrâneo numa área de manancial, então a qualidade de vida fica afetada. Mas, tem um lado bom, a qualidade do ar, o relevo, você ter este contato com os animais, esse é o lado positivo da qualidade de vida aqui. Muitos moram aqui porque a concessão de uso é baratinha, algumas dezenas de reais e não se paga água e nem luz. Se cobrasse tudo isso, o cara diria: “o quê? Vou morar nesse fim de mundo?” O cara sairia fora. Eu já vi muita gente dizer isso aqui. Hoje tem tipo um leilãozinho e as pessoas que vieram nos últimos anos pagam até mais caro porque valorizam o lugar, tem gente que fala que Paranapiacaba está virando um condomínio de luxo, porque o valor da permissão de uso está ficando alta. Eu não sei se isso vai acontecer porque muitas dessas pessoas andaram devolvendo as casas. Pensa-se que é barato morar aqui, mas não é. É caro morar aqui por conta da dificuldade com os comércios.”*

Alex

*“eu me sinto ótimo aqui, eu sinto que estou num paraíso, eu tenho visão, visão que eu sou um sábio? Não, eu tenho visão porque eu tenho discernimento do dia a dia, eu tô num paraíso, eu tô num paraíso, eu sempre falei isso. Isso aqui é um diamante no meio da lama e o mundo não descobriu, isso aqui é um paraíso, fechadinho, quietinho, a minha casa é espetacular, isso aqui eu tenho todo dia, são pequenas coisas.”*

**Ernesto**

Segundo COSTA (2009), o sentimento de pertencimento sustenta uma identidade social, na medida em que a identidade pessoal é fruto de uma construção social. Para os entrevistados, essa identidade que possuíam como moradores da Vila de Paranapiacaba possibilitava o afloramento de sentimentos de autoestima e favorecia a interação social (categoria 3). Essas características ficaram explícitas nos seguintes depoimentos:

*“...a Prefeitura fomentou muito isso. Foi um dos primeiros contatos com o poder público da Vila, que eu tive com Paranapiacaba. Na época era o PT e era bastante participativo, mas uma comunidade muito arredia, o que eu sempre digo, é que existia um estranhamento, acho que todos os problemas relacionados à comunidade, que é foco da sua pesquisa, se desenvolve na questão da identidade. Ou seja, quem mora em Paranapiacaba, não se sente Andreense, e a recíproca também é verdadeira, a cidade também não tem entendimento que Paranapiacaba faz parte da cidade, acho que todos os problemas que a gente tem em relação à pertencimento, tem a ver com isso, né? Ou seja, até a ferrovia. Quando a ferrovia era forte, você é o quê? Eu sou ferroviário, embora Paranapiacaba tenha estado sempre dentro do município, nunca houve esse sentimento de cidadania.”*

**Daniel**

*“Dentro do projeto que o Celso Daniel trouxe em relação à pessoa se sentir importante nesse vilarejo, digamos assim, as pessoas se uniram. Elas se uniram em relação ao artesanato, numa caminhada, e tinha aquela coisa de um ajudar o outro, mas não tem essa coisa de cuidar. Com as crianças eu saio e não fico preocupada porque sempre tem um vizinho que sabe que aquele ali é o meu filho, o tem que ir embora, ou então ó eu vi teu filho, ainda existe este cuidado. De uma certa forma a comunidade está ligada, o fato de você passar pelo bombeiro e ele saber o seu nome. Então as pessoas que trabalham aqui também te conhecem, virou como se fosse da mesma família, também cheia de problemas, porque ninguém é perfeito.”*

**Dália**

*“...aqui as pessoas se conhecem, né? E tem uma outra questão, né? Só para você ter uma ideia, fazendo um paralelo, eu morei no edifício Copan, são 200*

*apartamentos, 7 blocos de apartamentos, lá em morei em dois blocos, dois apartamentos, mas num bloco que eu morei eram 20 apartamentos por andar, talvez dois vizinhos eu falava bom dia, boa tarde e boa noite, mas eu não sabia absolutamente nada sobre eles, e eles não sabiam absolutamente nada sobre mim. Então, a sensação quando você mora numa cidade grande, tem muita gente ao seu entorno, mas você não conhece ninguém, ninguém te conhece, você é um anônimo. Em Paranapiacaba não. Acho que isso é a grande diferença, em Paranapiacaba, o “Daniel”, é uma pessoa querida por muitos, combatida por outros, todo mundo sabe o que eu penso ideologicamente, o que eu penso a respeito das coisas, o meu gosto musical, a minha postura em relação a algumas coisas. Então assim, Sócrates falava: toda a cidade para ser uma cidade boa tem que ter no máximo 2000 habitantes, eu concordo em gênero, número e grau, porque as relações se estabelecem nessa comunidade de uma maneira mais humanitária, tem muitas diferenças, o que acontece na parte alta, em dois minutos já tá aqui na parte baixa, mais rápido do que internet, e as coisas mudam, muda toda a história e tudo mais. Mas é muito diferente. Morar em Paranapiacaba, não existe cidade no interior, qualquer cidade no interior, que seja igual cidade grande, eu adoro morar aqui.”*

**Daniel**

*“Hoje eu me sinto uma pessoa assim feliz. Eu agradeço a Deus todos os dias por viver num lugar, com tanta qualidade de vida. Eu posso abrir a torneira e ter uma água boa, eu durmo bem à noite, eu conheço as pessoas, eu aqui tenho a minha identidade. Já morei em cidades grandes São Paulo, Campo Grande, em Londrina e lá, você é mais um, né? E aqui não, ... quer dizer você tem uma identidade e eu sinto assim. Na verdade, eu sinto que eu tenho uma missão, então todo dia eu falo: “Senhor, acabei?” Eu fico esperando resposta, daí de repente, alguém bate na porta.”*

**Kátia**

*“..eu não sinto uma iniciativa popular da comunidade em se apropriar afetivamente do patrimônio. Acho que isso ainda falta, porque tem a ver com autoestima, né? Eu acho que a Associação de Monitores Ambientais (AMA) conseguiu fazer isso, você pega pessoas que se capacitaram para uma atividade econômica, os caras nasceram numa floresta e eles, às vezes, não têm essa noção, então essa é a diferença, eles não tinham a valorização disso, a valorização aqui, aconteceu de forma contrária, de fora pra dentro, e eles atendem as pessoas que ficam mais maravilhadas com o que eles têm de graça. O que eles tem a vida inteira por já ter nascido nesse local. Então, nisso nós perdemos. Se uma transformação que turismo fez, eu tô falando no caso da AMA que eu conheço e participo acho que é isso, eles trabalham, as pessoas os procuram para que eles mostrem o bairro que eles moram, acho que isso trabalha a questão da autoestima. Eu me lembro, às vezes, eu saio com pessoas daqui e se alguém perguntava: onde você mora? Respondia em Santo André. Eu falava fala a verdade, fala a verdade, onde você mora? Ou seja, hoje as pessoas acham legal.”*

**Daniel**

A categoria 4 refere-se ao encantamento que os entrevistados tiveram pela Vila de Paranapiacaba assim que a conheceram. Para alguns, morar em um lugar com aquelas características foi a materialização de um sonho o que contribuiu significativamente para que desenvolvessem o sentimento de pertencimento e apropriação local.

*“...eu olhava e falava pra minha irmã, um dia eu vou morar numa casa assim, né? De madeira, e ela ria e falava assim pra mim, você vai morar na favela naqueles barraquinhos de 2 andares, aí eu falei não, eu vou ser bióloga e morar numa casa de madeira bem pertinho da mata, hoje só falta a parte da biologia.”*

Dália

*“Quando eu cheguei aos 18 anos que eu conheci Paranapiacaba...tinha um professor que adorava ir para o Mato, o de biologia, José Roberto, “Gente ó nosso trabalho vai ser em campo” Vamos para um lugar muito longe, mas muito legal, e aí foi aonde que eu conheci Paranapiacaba. Quando a minha amiga deu as fotos, eu não dei importância. Eu fiquei um tempo sem estudar, quando eu voltei já era velhinha, mas tudo bem eu voltei, por conta das questões financeiras. Depois que eu fui lá que caiu a ficha, eu pensei “eu conheço este lugar” eram das fotos da minha amiga, era Paranapiacaba. Na excursão, fomos no mirante e tava um sol lindo, isso foi por volta de 1988, 1989. Então o que acontece? Eu vi a cerração vindo e fiquei parada, porque eu nunca tinha visto aquilo na minha vida, pensei “como pode?” Estranho! Aí pronto, me apaixonei mais ainda, daí por diante, eu comecei a vir para Paranapiacaba, mas assim, contra a vontade da minha família, aí foi a época que eu apanhava, porque ela sabia onde eu tava, mas ela não gostava, aí eu peguei amizade com o meu marido e uma outra amiga, aí que eu comecei a vir, vir, amor à primeira vista.”*

Dália

*“Minha família era de ferroviários, o meu avô, meus tios, da parte da minha mãe, desde os meus dois anos de idade, eu venho para a Vila de Paranapiacaba, quando dava, a gente vinha assistir TV com a minha avó, a cada 2, 3 meses a gente vinha e assistia TV em preto e branco. Na época a gente assistia Irmãos Coragem. Meu tio que arrumou emprego para o meu marido na ferrovia quando eu casei, ele já entrou pra ferrovia e deram a casa, a primeira foi em Canudos que já não existe mais, e vim morar pra cá em 1980. Eu adorei, a Vila era muito bonita, as casas eram coloridas, pintadas por função, a casa do electricista era de uma cor, de feitor era de outra, era tudo coloridinho, era ocre que eu me lembro, rosa bem clarinho, verde água e azul, e assim todas as casas tinham horta no quintal, plantava chuchu, tudo com*

*cerquinha pintadinho. Tudo tão bonito! E era assim, se quebrasse um vidro, no outro dia já vinham repor, tinha uma empresa que cuidava só disso, nada era quebrado era tudo arrumadinho, era muito lindo isso aqui. Ainda é, né? Mas naquela época era mais cuidado e não tinha nada disso de Patrimônio."*

**Bete**

*"Eu não tenho dúvida que aqui tem qualidade de vida. O problema de Paranapiacaba é as pessoas pensarem como sobreviver. Se você não tem relação com o turismo não tem condições, é uma leitura minha, não é estatística. Quem é tradicional em Paranapiacaba? Quem são os tradicionais? Pra mim assim, tradicional no meu modo de ver são os ferroviários e seus descendentes. Se a gente fizer uma contagem, acho que nem 20% da Vila é comunidade tradicional, então a Vila está esvaziada do Patrimônio humano. As relações aqui se modificaram muito, a gente percebe uma ganho uma melhoria do serviço público, da recuperação do patrimônio que não tá mais invadido. Está regulamentada a questão do uso, mal ou bem você tem um contrato, as pessoas não invadem mais as casas, tem todo um processo de melhoras, mas essa transformação, esse esvaziamento da população tradicional, é uma coisa assim absurda em tão pouco tempo, eu acho isso muito triste, né? E não volta mais, a casa da memória, eu batalhei muito pra que acontecesse, porque é verdade é a Vila está esvaziada da sua memória. Então hoje, quem mora aqui não tem entendimento do que era. As pessoas moravam, até hoje as pessoas moram por opção não tô falando e por falta de opção, e esse é um problema sério que precisa ser enfrentado, valorizando as pessoas que tenham ficado e são poucas, devia-se agradecer pela pessoas que continuam morando aqui. Na verdade, eles são uma grande fonte de pesquisa minha, o modo de vida, costumes, porque isso faz diferença, nós temos alguns costumes das pessoas aqui que são muito peculiares daqui, não se faz em outro lugar e o clima tem uma relação muito forte em relação a isso, se você me perguntar o que eu mais demorei a me adaptar, foi o clima. O turista sempre fala um clima saudável, o clima aqui é hostil pra caramba, você entendeu? É muito hostil, a umidade de Paranapiacaba não é agradável, é difícil, complicado, vc pode limpar sua casa, limpar, limpar e você pega aquelas temporadas, de neblina fica tudo com cheiro de mofo, tudo embolora, é.. eu tenho um guarda roupa afetivo pra mim, porque foi da casa da minha mãe né? Eu tenho o guarda roupa em casa, eu fiz um varão e penduro a roupa no varão. Se você deixa a roupa no escuro nesse clima úmido, vc perde a roupa, irremediavelmente, então, muita chuva, eu acho bastante hostil o clima em Paranapiacaba, ainda tenho estranhamento com ele, não acho bom acho que adoecer, pra vc ter uma idéia eu tive uma tuberculose aqui em Paranapiacaba, a coisa do clima eu acho pesado."*

**Daniel**

Por fim, a categoria 5 envolveu o processo de desenraizamento e desterritorialização da Vila de Paranapiacaba, sobre este fato, apenas dois

entrevistados mencionaram a questão do esvaziamento do local como um fator negativo e que merecia atenção. Para ilustrar tal informação foi sublinhado a seguir o relato de Daniel que fez questão de deixar tal fala registrada:

*“...eu não me vejo fora daqui, Paranapiacaba é minha Shangri-La, né? A Vila está esvaziando, ó eu quero que seja registrado, quando eu vim morar em Paranapiacaba, Paranapiacaba tinha trazido muita população, tinha 2600 pessoas, 2 anos depois ela tinha 2100, hoje ela tem 1215, mesmo havendo melhoras, tendo intervenção do poder público, perdeu população e continua perdendo. Essa forma, tá dizendo alguma coisa, ou seja, hoje o turismo consegue manter porque somos menos do que a metade.”*

*Daniel*

O conjunto de experiências e percepções dos sujeitos de pesquisa trazidos neste estudo reforçou o caráter dinâmico que envolve a territorialidade, além de sua multidimensionalidade quando relacionada ao desenvolvimento local. Por este aspecto, “o reconhecimento do território na escala do cotidiano é um caminho para a Promoção da Saúde enraizada no entendimento da complexidade e das necessidades cotidianas” (PORTO e PIVETTA, 2009, p. 215).

Por este prisma, o indivíduo é visto integrado ao seu contexto, como sujeito de sua transformação, sendo que os vínculos que estabelece com o território em que vive determinarão suas ações sobre ele. MONKEN et al.(2008), ressalta a importância da territorialidade sob o enfoque da Promoção à Saúde, considerando entre os diversos fatores que o englobam, a simultaneidade de ações e eventos conjugados ou não nestes espaços. Para os autores, o território é o suporte da organização das práticas e serviços em saúde, suporte da vida da população, “da conformação dos contextos que explicam a produção dos problemas de saúde e bem-estar e é o território da responsabilidade e da atuação compartilhada” (p.38).

Ao mesmo tempo em que abarca os problemas, é no território que a suas soluções afloram devendo ocorrer de forma participativa envolvendo todos os atores sociais. Segundo LACHAPELLE (2010), são nestes processos que a experiência vivida permite o estreitamento das relações sociais e a criação de um sentimento de pertença e solidariedade. Para o autor, a leitura do território pode facilitar a mobilização da população e colaborar na realização de intervenções que considerem a capacidade das comunidades em transformar as suas condições de vida tendo como base a organização comunitária.

Por todos os dados apresentados, ficou explícita a complexidade que envolvia a Vila de Paranapiacaba e sua territorialidade. O desenvolvimento local, a gestão descentralizada e os processos educativos promovidos na área de estudo, em certa medida contribuíram com a formação de capital humano, com o crescimento econômico, com a apropriação local, com a conservação ambiental e conseqüentemente com a Promoção da Saúde. Por outro lado, o enfraquecimento da participação em decorrência de uma mudança de gestão, evidenciou o desafio que se apresenta à implementação de políticas públicas que realmente criem condições para a construção da autonomia dos sujeitos e que os incluam como co-gestores de programas e ações em que a descontinuidade da gestão pública não seja um fator determinante na qualidade de vida dessas comunidades.

## **5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## 5. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou identificar como as ações da Prefeitura Municipal de Santo André influenciaram ou não a territorialidade na Vila de Paranapiacaba no período de 2001 a 2012 e de que forma tais ações contribuíram para a Promoção da Saúde da população. Além disso, buscou verificar os processos educativos realizados na área de estudo, desvelando a relação da comunidade com o território e as formas de participação social na gestão local.

Por meio da análise dos relatos dos sujeitos, no que se refere às principais mudanças físicas e de envolvimento comunitário na gestão da Vila percebeu-se que houve três marcos históricos importantes: a privatização da Rede Ferroviária, a compra da Vila pela Prefeitura de Santo André e a mudança de gestão entre os anos de 2008 e 2009. A sucessão de fatos destes três períodos ligada ao esvaziamento do local pelas famílias de ferroviários, a manutenção das edificações, a inclusão social, a abertura ou não de canais participativos e o investimento no desenvolvimento local fizeram com que houvesse em um primeiro momento um processo de desterritorialização, seguido de reterritorialização e um início de desterritorialização novamente no período de 2009 a 2012, sendo que as ações do poder público tiveram papel fundamental na reconstrução da territorialidade na Vila de Paranapiacaba, sobretudo, no período de 2001 a 2008.

Quanto às ações educativas realizadas na área de estudo predominaram os relatos dos processos de educação ambiental e patrimonial desenvolvidos pelo poder público como parte da qualificação dos serviços turísticos que alavancaram o desenvolvimento local. Estas ações atreladas aos benefícios econômicos trazidos pelo turismo colaboraram para que a comunidade se identificasse mais com o território e com isso houve maior apropriação local,

isto é, os sujeitos desta pesquisa passaram a se sentir pertencentes àquele território. Com a maior valorização do território, os entrevistados passaram a cuidar mais tanto dos imóveis quanto da área natural no entorno da Vila de Paranapiacaba, tendo havido assim benefícios tanto para a saúde ambiental quanto humana, como também para a construção de *empowerment* individual.

No tocante às relações da comunidade com o território e a participação ficou explícito que ambas tiveram uma influencia dos conhecimentos construídos durante os processos de educação ambiental e patrimonial dos quais participaram.

Apesar de ter havido um enfraquecimento da territorialidade na Vila de Paranapiacaba no período de 2009 a 2012, a gestão realizada de 2001 a 2008 trouxe importantes contribuições à Promoção da Saúde daquela comunidade, pois possibilitou a criação de ambientes favoráveis à saúde, maior proteção ao meio ambiente e o fomento ao desenvolvimento local, a diminuição da exclusão social e o reforço à ação comunitária conforme proposição de ações prioritárias da Conferencia Internacional de Promoção da Saúde realizada em Ottawa, Canadá.

Por outro lado, o período de transição na gestão 2008-2009 foi marcado pela descontinuidade das principais ações que colaboraram com a apropriação local iniciadas na gestão anterior e evidenciou que as mesmas não geraram sustentabilidade e que os processos educativos promovidos foram importantes, ainda que não tivessem contribuído muito para a formação de capital social e o *empowerment* coletivo. Tais processos poderiam configurar-se como importantes meios de garantir a continuidade de projetos voltados ao fortalecimento da territorialidade e da Promoção à Saúde.

Comparando as características do desenvolvimento local ao fortalecimento da territorialidade de 2001 a 2008 e de 2009 a 2012, independente da manutenção ou não da construção de capital humano, da criação de alternativas econômicas, do estímulo à participação e à apropriação local no segundo período de estudo, certos valores foram mantidos, sobretudo os que dizem respeito à cultura local e à relação positiva com o ambiente. Fatores dependentes dos processos educativos e do envolvimento comunitário na gestão local. Neste sentido, é importante lembrar que tais valores foram construídos dentro de um processo de desenvolvimento local e não simplesmente por meio de ações pontuais. O caráter processual foi fundamental para que os resultados se tornassem significativos para os entrevistados.

A utilização de entrevistas com base em elementos de história oral por seu caráter exploratório e de vinculação com as experiências individuais ao longo do tempo aliada a análise documental mostrou-se adequada ao processo de investigação desta pesquisa. Além de favorecer o conhecimento sobre as vivências dos sujeitos em determinadas etapas de suas vidas, contribuiu na identificação de fatos e percepções acerca do objeto de estudo explicitando os aspectos relacionais entre os atores sociais e o território, os significados, as formas de enfrentamento e posições dos participantes da investigação diante dos acontecimentos que se sucederam no recorte histórico da pesquisa, vinculando suas experiências ao contexto em que estavam inseridos.

A transformação da realidade por meio da educação, participação e do empoderamento das comunidades para que tenham maior autonomia sobre suas vidas, sem dúvida colaboram com a Promoção da Saúde, mas devem estar pautadas, sobretudo, no que a população realmente precisa e anseia.

Sob este prisma, percebe-se que fortalecer a territorialidade sob a égide dos princípios da criação de ambientes favoráveis à saúde, do desenvolvimento de habilidades e reforço à participação social, implica não só que as comunidades se apropriem do território em que vivem, mas, sobretudo, que se apropriem das possibilidades de intervenção na realidade inerentes à gestão local. E isso implica em exercício da autonomia, construção conjunta, engajamento social e negociação a fim de que a comunidade seja protagonista de sua própria história na construção de políticas públicas voltadas à Promoção da Saúde e proteção do meio ambiente.

Diante do exposto, evidencia-se que a territorialidade e o desenvolvimento local pautados numa relação dialógica entre poder público e comunidade, na construção de capital humano e na participação social foram aspectos que contribuíram para a Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba, mas apesar das ações realizadas pelo poder público na área de estudo ainda há muitos aspectos que precisariam ser revistos e melhorados, tanto por parte da gestão local quanto por parte da comunidade.

### 5.1. Considerações finais

É natural que cada gestão pública tenha características próprias, mas tendo como base os resultados desta pesquisa recomenda-se ao poder público municipal:

- Maior conhecimento sobre os projetos e ações já realizados no local, bem como sobre suas implicações positivas e negativas para a comunidade tanto sob o ponto de vista técnico como dos habitantes do território, mantendo as ações que trazem benefícios e aprimorando-as;
- Que considere as dinâmicas de transformação do território e das pessoas que o habitam, fazendo de tempos em tempos novas leituras do local de modo que possibilitem entender melhor não só as peculiaridades deste território, mas também quem são estes habitantes e suas necessidades;
- Que revejam os canais de participação existentes criando mecanismos reais de deliberação e de gestão compartilhada;
- Que promovam processos educativos que realmente tenham cunho político e que o façam de forma continuada, de acordo com as necessidades da comunidade local;
- Que se mantenha uma relação dialógica e transparente com a comunidade possibilitando a negociação entre todos os atores sociais envolvidos.

Considerando que a Vila de Paranapiacaba possui poucos habitantes; que já existem grupos envolvidos com o desenvolvimento local e que muito deles já estão empoderados individualmente, recomenda-se a estes moradores:

- Que reflitam sobre a questão de integração e organização da comunidade identificando em conjunto os principais entraves e potencialidades inerentes a estes processos para que possam iniciar um processo de formação de capital social.
- Que utilizem as potencialidades da gestão local para fortalecer os projetos que estão empreendendo de forma colaborativa.
- Que construam novas formas de relacionamento na comunidade e reflitam sobre as potencialidades da adoção de uma base econômica mais solidária.

Não há fórmulas que possam determinar o sucesso da gestão local ou o fortalecimento da territorialidade tendo como base os princípios da Promoção da Saúde, pois cada realidade exigirá uma intervenção diferente, mas um aspecto fundamental se refere a real possibilidade de co-gestão e autonomia dos sujeitos para que possam se apropriar dos locais em que moram e aprendam a participar, exigir e agir em prol de seu bem-estar e de sua saúde como consequência de um *empowerment* individual e coletivo capaz de garantir a qualidade de vida transcendendo os aspectos relacionados à continuidade ou descontinuidade da gestão pública.

Espera-se, portanto, que os dados desta pesquisa possam contribuir de alguma forma, tanto para os gestores públicos como para a comunidade local

refletir sobre os tipos de ações e relações que favorecem ou não a territorialidade e a Promoção da Saúde e que sirvam para motivar novas práticas pautadas no diálogo, solidariedade e participação não só no local de estudo, mas também em outras realidades semelhantes.

## **6. REFERÊNCIAS**

## 6. REFERÊNCIAS

Adorno RCF. Movimento Social e participação: a saúde na esfera pública. *Saúde e Sociedade*, 1992; 1 (2): 111-124.

Akerman M. Território, governança e articulação de agendas. In: Garibe, R, Capucci, P (orgs.). *Gestão local nos territórios da cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras*. São Paulo, São Paulo (Cidade). Secretaria das Subprefeituras, 2004. p.134-138.

\_\_\_\_\_. *Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica*. São Paulo: Hucitec, 2005.

\_\_\_\_\_. Podemos falar de ambiente e saúde problematizando as conexões entre saúde e desenvolvimento? *RA e GA*, 2008; 15: 43-53.

Albagli S. Território e territorialidade. In: Lages V, Braga C, Morelli G. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Sebrae, 2004. p. 23-70.

Alberti V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

Alberti V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro. 3 ed. Editora FGV, 2005.

Albuquerque EM. Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de doenças transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. {dissertação de mestrado}. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca-ENSP, Fiocruz; 2009.

Albuquerque PC, Stotz EN. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. *Interface*. 2004; 8 (15): 259-74.

Arnstein SR. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – Participe. 2002: 2 (2): 4-13.

Arocena J. Globalizacion, integracion y desarrollo local. In: Vázquez-Barquero A, Madoery O (ed). Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local. Argentina: Editora Homo Sapiens, 2001. p. 30-46.

Avritzer L. Teoria democrática e deliberação pública. Rev. Lua Nova, 2000: 49: 25-46.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil e participação Social no Brasil. Texto preparado para a coordenação da área social do projeto Brasil em Três Tempos. <http://www.democraciaparticipativa.org/files/AvritzerSociedadeCivilParticipacaoBrasil.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2013.

Baldin N. Munhoz EMB. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Curitiba. 2011. [http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398\\_2342.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf). Acesso em 10.04.2013.

Baquero M. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: In: Baquero M, Cremonese D (org.). Capital social: teoria e prática. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2006. p. 28-47.

Baquero RVA. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. Rev. Debates. 2012: 6 (1): 173-187.

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2011.

Barcellos C. Problemas emergentes da saúde coletiva e a revalorização do espaço geográfico. In: Barcellos C, Miranda AC et al (org.). Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 43-55.

Bertolozzi MR, Greco RMA. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. Rev. Esc. Enf. USP. 1996; 30: (3): 380-98.

Boas LPSV. Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Morcovici e Humberto Maturana. Rev. Psic. da Ed. 2004; 19: 143-166.

Bordenave JED. O que é participação. 8 ed. São Paulo: Brasiliense; 2007. (Coleção Primeiros Passos).

Brandão CR. A educação popular na área da saúde. Interface- comunic, saúde, educ. 2001; 8: 127-131.

\_\_\_\_\_ CR. O que é educação. São Paulo: Brasiliense; 2006. (Coleção Primeiros Passos).

Boisier S. Desarrollo territorial y descentralización. El desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. Revista Eure. 2004; 30 (90): 27-40.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Brasília, DF: Senado Federal; 1988.

Brasil. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 28 abril 1999. Seção 1, p.1.

Brasil. Lei nº 9.985, de 19 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Senado Federal; 2000.

Briceño León, R. El contexto político de la participación comunitária em la América Latina. *Cad. Saúde Pública*. 1998; 14(2): 141-147.

Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2000; 5 (1): 173-77.

Buss PM, Filho AP. A saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. 2007; 17 (1): 77-93.

Candeias NMF. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e mudanças organizacionais. *Rev. Saúde Pública*. 1977; 31 (2): 209-13.

Carlos AFA. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH-USP; 2007.

Carneiro MA. Educação comunitária: faces e formas. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 1987.

Carvalho, SR. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de promoção à saúde. *Cad. Saúde Pública*. 2004; 20 (4):1088-1095.

Castro ML, Canhedo SG. Educação ambiental como instrumento de participação. In: Philippi Jr, A, Pelicioni MCF (ed.). Educação ambiental e sustentabilidade. Barueri; SP: Manole; 2005, p. 401-11.

Castiel LD. Identidades sob risco ou risco como identidade? A saúde dos jovens e a vida contemporânea. *Interthesis*. 2007; 4 (2): 2-16.

Castilho ALH. Sobre o percurso das propostas da atividade turística na Vila

de Paranapiacaba – Santo André. Colóquio Internacional de Comércio e Cidade: uma relação de origem. São Paulo. Anais do II CinCci, São Paulo: FAUUSP – LABCOM. 2008.

Cellard A. Análise documental. In: Poupart J et al. (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

Cerqueira MT, Coe GA. Communication, education and participation: a framework and guide to action. Washington, DC. Pan American Health Organization; 1996. (HPP/HPL/96.3).

Chelotti, MC. Reterritorialização e identidade territorial. Sociedade & Natureza. 2010; 22(1): 165-180.

Choay F. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP; Estação Liberdade, 2001.

Correa RL. Territorialidade e Corporação. In: Santos et al. (org.) Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1998. p 251-256.

Costa GP. Cidadania e Participação: impactos da política social sob um enfoque psicopolítico. Curitiba: Juruá, 2009.

Cotrim BC. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. Rev. Saúde Pública. 1996; 30 (3): 285-93.

Czeresnia D. O conceito de saúde e a diferença entre promoção e prevenção. In: Czeresnia D, Freitas CM (org.). Promoção da Saúde:

conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.39-53.

Dagnino E. "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?". In Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela: 2004. p. 95-110.

Dalberio MCB. Gestão democrática e participação na escola pública popular. Revista Iberoamericana de Educación. 2008; 47 (3): 1-12.

Dallabrida VR. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: Baquero M, Cremonese D (org.). Capital social: teoria e prática. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2006. p. 88-109.

\_\_\_\_\_. A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. Sociedade, Contabilidade e Gestão. 2007; 2 (2): 44-60.

Dallari D. Direito de participação. In: Sposati A et al. Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP; 2001.

Dematteis G. Sistema Local Territorial: um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: Alves AF, Corrijo BR, Candionotto ZP (org.). Desenvolvimento territorial e agroecologia. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 33-44.

Demo P. Participação é conquista: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez; 1988.

\_\_\_\_\_. Política social, educação e cidadania. 10 ed. Campinas-SP: Papirus; 1994.

Dias G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia; 2003.

Dowbor L. Educação e apropriação da realidade local. Estudos Avançados. 2007; 21 (60): p. 75-92.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento local e apropriação dos processos econômicos. Revista IEB. 2010; (51): p. 99-112.

Farah MFS. O legado de Celso Daniel para a gestão pública. Revista de Administração de Empresas. 2002; 42 (2): p. 110-114.

Fernandes F, Gattás R. A história de vida na investigação sociológica: a seleção dos sujeitos e suas implicações. Sociologia. 1956; 18 (2): p. 123-140.

Fernandez JCA, Mendes R. Gestão local e políticas públicas para a qualidade de vida. In: Fernandez JCA, Mendes R. (orgs.). Promoção da saúde e gestão local. São Paulo: Aderaldo e Rothschild: Cepedoc, 2007. p. 41-60.

Fernandez JCA, Sacardo DP. Abordagem qualitativa para a avaliação de políticas públicas: implicações teóricas, éticas e políticas. In: Fernandez JCA, Campos M, Cazzuni DH. Avaliar para compreender: uma estratégia na gestão de programa social com jovens de Osasco – SP. São Paulo: Cepedoc, 2008.

Figueiredo VGB. Desenvolvimento Local Sustentável: os desafios da preservação, do planejamento participativo e da gestão pública em Paranapiacaba. Anais da II Conferência do Desenvolvimento – IPEA, 2011.

Flick U. Desenho da pesquisa qualitativa. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed; 2011.

Franca N. Formar para a gestão participativa: métodos em construção. In: Loureiro CFB (org.). Cidadania e Meio Ambiente. Salvador: Centro de Recursos Ambientais; 2003. p. 73 - 83.

Freire P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1977.

\_\_\_\_\_. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.

\_\_\_\_\_. Shor I. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1986.

\_\_\_\_\_. Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar. 1ª Edição, São Paulo: Olho d' Água, 1993.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Freitas CM et al. Relatório Técnico-Científico. Abordagem ecossistêmica para o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade ambiental e de saúde – região do médio Paraíba, Rio de Janeiro; Fiocruz, 2007. Disponível em <<http://www.ensp.fiocruz.br/portalenp/blog/blog.php?id=893&docid=16799>> Acesso em 04 de maio de 2013.

Freitas MT. A abordagem sócio histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa. 2002; 116: 21-39.

Freitas SM. História oral: possibilidades e procedimentos. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Fontanella BJB, Ricas J, Turato ER. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cad. de Saúde Pública. 2008; 24(1):17-27.

Forget G, Lebel J. An ecosystem approach to human health. International Journal of Occupational and Environmental Health. 2001; 7(2): S3-S38.

Gallichio E. Empoderamento, teorias de desenvolvimento e desenvolvimento local na América Latina. In: Romano JO, Antunes M (orgs.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil; 2002. p.67-90.

Gallichio E, Winchester L. Territorio local y desarrollo. In: Gallichio E, Winchester L. (ed.). Territorio local y desarrollo - experiencias en Chile y Uruguay. Colección Estudios Sociales. Santiago de Chile: Ediciones SUR / CLAEH; 2003. p. 15-24.

Gerschman S. A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1995.

Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas; 2008.

Gohn AG. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde. 2004; 13(2): 20-31.

Gohn MG. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3 ed. São Paulo: Cortez; 2007.

Guerra IC. Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso. Portugal: Principia; 2006.

\_\_\_\_\_. O protagonismo da sociedade civil – movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2 ed. São Paulo: Cortez; 2008.

Haesbaert R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia. 2003; 29: 11–24.

\_\_\_\_\_. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Halbwachs M. A memória coletiva. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2003.

Hareven TK. Tempo de família e tempo histórico. In: Revista História: questões e debates. 1984; 5 (8): 3-26.

Hillman J. Ensinar, aprender e educar. Tradução do inglês de Giovanni Piccioni. Disponível em: <http://www.himma.psc.br/iframe.htm>. [2004]. Acesso em 25 de novembro de 2013.

Horochovski RR, Meirelles G. Problematizando o conceito de empoderamento. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. UFSC, 2007: p. 485-506.

Horta MLP, et al.. Guia básico de Educação Patrimonial. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.

Jameson F. O fim da temporalidade. ArtCultura, Uberlândia. 2011; 13 (22): p. 187-206.

Jerônimo RNT, Gonçalves TM. O Processo de Apropriação do Espaço e Produção da Subjetividade. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2008; 24 (2): p.195-200.

Lachapelle R. A experiência quebequense na ação territorial para a promoção da saúde. In: Dias FAC, Dias MAS (orgs.). Território, cultura e identidade. Rio de Janeiro: Editora ABRASCO, 2010; p. 48-78.

Lamarca VA. A história de Paranapiacaba. São Paulo: Associação Ambientalista Mãe Natureza (AAMN), 2008.

Laverack G, Labonte R. A planning framework for community empowerment goals within health promotion. *Health Policy and Planning*. 2000; 15 (3): 255-262.

Laverack G, Wallerstein N. Measuring community empowerment: a fresh look at organizational domains. *Health Promotion International*. 2001; 16 (2): 179-185.

Leff E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez; 2001.

Little PE. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n 322. Brasília, 2002.

List D. Action research cycles for multiple futures perspectives. *Futures*. 2006; 38: 673-684.

Luzzi D. A “ambientalização” da educação formal. Um diálogo aberto na complexidade do campo educativo. In: Leff E. (coord.). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez; 2003.

\_\_\_\_\_. Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca. São Paulo: Manole, 2012.

Lüdke M, André M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Marconi MA, Lakatos E. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas; 2003.

McCloskey DJ et al. Principios de vinculación comunitária. 2 ed. Washington (DC): CTSA Comité de Función Clave de Vinculación Comunitaria; 2011.

Meihy JCSB, Ribeiro SLS. Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto; 2011.

Meihy JCSB, Holanda F. História oral: como fazer, como pensar. 2 ed. São Paulo: Contexto; 2013.

Meyer DEE et al. "Você aprende. A gente ensina?" Interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. Cad. Saúde Pública; 2006. 22(6):1335-1342.

Mansbridge J. On the idea that participation makes better citizens. In: Citizen competence and democratic institutions. Stephen, LE, Soltan KE (editors). United States, 1999.

Martins LR. Uma história contada de diversas maneiras. In: Medina C. coord e org. Caminho do Café: Paranapiacaba, museu esquecido. São Paulo: ECA/USP, 2003.

Milaré E, Magri RVR. Cubatão: um modelo de desenvolvimento não-sustentável. São Paulo em perspectiva; 1992. 6(1-2): 99-105.

Minayo MCS, Sanches O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cad de Saúde Pública; 1993. 9 (3): 239-62.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3 ed. Rio de Janeiro: Abrasco / São Paulo: Hucitec; 2010.

Minayo MCS. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. In: Minayo, MCS, Miranda, AC (org.). Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2002.

Ministério da Saúde. Relatório Final da 8ª Conferência Nacional da Saúde. Brasília, 1986.

Ministério da Saúde. Promoção da saúde: Carta de Ottawa, Declaração de Adelaide, Declaração de Sundsvall, Declaração de Santafé de Bogotá, Declaração de Jacarta, Rede dos Megapaíses, Declaração do México, Brasília, DF; 2001.

Mizukami MGN. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU; 1986.

Moretto Neto M. Protagonismo comunitário em Paranapiacaba: o impacto das ações governamentais no desenvolvimento sócio-econômico e comunitário de Paranapiacaba, no período de 2001 a 2004. São Paulo: 2005.

Monken M, et al. O Território na saúde – construindo referências para análise em saúde e ambiente. In: Barcellos C, Miranda AC et al (org.). Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 23-41.

Nogueira Martins M.C.F, Bógus CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. Saúde Soc. 2004; 13(3): 44-57.

Nogueira FA. Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. [dissertação de mestrado]. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo; 2006.

Nielsen, NO. Enfoques ecosistémicos para la salud humana. In: Feola, G, Bazzani, R editores. Desafíos y estrategias para la implementación e un enfoque ecosistémico para la salud humana em los países em desarrollo – Reflecciones a propósito de las consultas regionales realizadas. Uruguay: CIID; 2002.

Novaes R, Vital C. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: Thompson AA (org.). Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo. Petrópolis; 2005. p. 107-148.

Oliveira, DL. A 'nova' saúde pública e a promoção da saúde via educação: entre a tradição e a inovação. Rev Latino-am Enfermagem; 2005. 13(3): 423-31.

Onocko Campos RT, Campos GWS. Co-construção de autonomia: o sujeito em questão. In: Campos GWS et al. Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro. Ed. FIOCRUZ; 2006. p. 669-688.

Onocko Campos RT, Furtado JP. Narrativas: utilização na pesquisa qualitativa em saúde. Rev Saúde Pública; 2008. 42(6):1090-6.

ONU. Documento final de la Conferencia - El futuro que queremos. Rio de Janeiro; 2012. <http://www.sauderio20.fiocruz.br/index.php/anexo>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Organización Panamericana de la Salud. Desarrollo y fortalecimiento de los sistemas locales de salud. La participación social en el desarrollo de la salud: experiências latinoamericanas. Washington, DC; 1995.

OPS. Organización Panamericana de la Salud. Salud en las Americas. Oficina Regional de la Organización Mundial de la Salud. Volume I: Washington (DC): OPS, 2012.

Pateman C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Pelicioni MCF. As inter-relações entre educação, saúde e meio ambiente. *Jornal da USP*, 1999 nov 14; Opinião: 2

\_\_\_\_\_. Educação em saúde e educação ambiental: estratégias de construção da escola promotora da saúde [tese de Livre Docência]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública - USP; 2000.

\_\_\_\_\_. et al. Visão de interdisciplinaridade na educação ambiental. In: Philippi A, Pelicioni MCF editores. Educação ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos da USP. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública. Signus Editora; 2000. p. 178 – 85.

\_\_\_\_\_, Pelicioni AF. Educação e Promoção da saúde: uma retrospectiva histórica. *O Mundo da Saúde*; 2007. 31 (3): 320-28.

\_\_\_\_\_. Promoção da Saúde e Meio Ambiente: uma trajetória técnico-política. In: Philippi A, Pelicioni MCF editores. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole; 2013.

Perico RE. Identidade e território no Brasil. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

Philippi Jr A, Malheiros TF. Saúde ambiental e desenvolvimento. In: Philippi A, Pelicioni MCF editores. Educação ambiental e sustentabilidade. São Paulo: Manole; 2013. p. 59-83.

PMSA. Santo André – Cidade e Imagens. In: Projeto Editorial, pesquisa e texto- ícone Pesquisa de História. Santo André – SP, 1991.143 p.

PMSA. Relatório técnico: “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs “Diagnóstico do Município de Santo André-SP”. Projeto Cidade Futuro da Prefeitura Municipal de Santo André, 2007.

PMSA. Atlas do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba: revelando o nosso Parque. 2ª edição ampliada e revisada. Prefeitura do Município de Santo André. São Paulo: Annablume, 2008.

PMSA - Prefeitura Municipal de Santo André. Sumário de dados de Paranapiacaba e Parque Andreense. Santo André; 2008.

PMSA - Prefeitura Municipal de Santo André. Diagnóstico da Cobertura Vegetal e definição de estratégias para o reflorestamento de áreas degradadas na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. Santo André; 2012.

Pollak M. Memória e identidade social. Estudos Históricos. 1992; 5 (10): 200-212.

Pope C, Mays N. Pesquisa qualitativa na atenção à saúde. Porto Alegre, RS: Artmed; 2009. Métodos qualitativos na pesquisa em saúde; p. 11-22.

Portelli A. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós graduados em história e do Departamento de História da PUC-SP. 1997; (15): 13-33.

Porto MFS, Pivetta F. Por uma promoção da saúde emancipatória em territórios urbanos vulneráveis. In: Czeresnia D, Freitas CM (org.). Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.207-29.

Pratta EMM, Santos MA. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*. 2007; 12 (2): 247-256.

Reigota M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense; 2010 (Coleção Primeiros Passos).

Reis DC. Educação em saúde: aspectos históricos e conceituais. Gazzinelli F et al., organizadores. In: Educação em saúde: teoria, método e imaginação. Belo Horizonte: Editora UFMG; 2006.

Restrepo HE. Incremento de la capacidad comunitaria y del empoderamiento de las comunidades para promover la salud. Quinta Conferencia Mundial de Promocion de la salud. México, D.F., México; 2000.

Restrepo HE. Antecedentes históricos de la promoción dela salud. In: Restrepo HE; Malaga H, organizadoras. Promoción de la salud: como construir vida saludable. Bogotá: Medicina Internacional; 2001.

Ribeiro H. Saúde Pública e Meio Ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. *Saúde e Sociedade*, 2004; 13 (1): 70-80.

Rocha EPG. O que é etnocentrismo. 5 ed. São Paulo: Brasiliense; 1988.

Rosen G. Uma história da saúde pública. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ Editora da Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco; 1994.

Sacardo DP, Gonçalves CCM. Território: potencialidades na construção de sujeitos. In: Fernandes, JCA, Mendes R (org). Promoção da saúde e gestão local. São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Cepedoc, 2007.

Sach I. Desenvolvimento Sustentável. *Ambiente e Sociedade*, 2005; 7 (2): 214-215.

Sack RD. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Sacristán JG, Pérez-Gómez AL. Compreender e transformar o ensino. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 1996.

Santos BS. A Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Educação, Sociedade & Culturas, 2005: 23: 137-2.

Santos M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record, 2003.

Santos MS. História e memória o caso do Ferrugem. Revista Brasileira de História, 2003; 23 (46): 271-295.

Saquet MA. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Abordagens e concepções sobre território. São Paulo: Expressão popular, 2007.

Saquet MA, Briskievicz, M. Territorialidade e identidade. Caderno Prudentino de Geografia, 2009; 31 (1): 3 – 16.

Sawaia BB. Participação social e subjetividade. Sposati A et al., In: Ambientalismo e participação na contemporaneidade. Aldaíza Sposati et al. São Paulo: EDUC/FAPESP; 2001. p. 115 – 34.

Scherer-Warren I. Educação popular e diálogo intercultural. Rev. Educ. Pública, 2002; 11(19): 89-95.

Scherer-Warren I. Movimentos Sociais e participação. In: Ambientalismo e participação na contemporaneidade. Aldaíza Sposati et al. São Paulo: EDUC/FAPESP; 2001. p. 41-56.

Schussel ZGL. O desenvolvimento urbano sustentável – uma utopia possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2004; 9: 57-67.

Scliar M. Do mágico ao social: trajetória da saúde pública. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

Scliar M. História do conceito de saúde. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, 2007; 17(1): 29-41.

Silva EC. Participação comunitária nos processos de educação em saúde e ambiental: região de Paranapiacaba e Parque Andreense [dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública – USP; 2009.

\_\_\_\_\_. Participação comunitária, educação em saúde e ambiental: analisando as representações sociais de duas comunidades das áreas de mananciais de Santo André – São Paulo. In: Pelicioni MCF, Mialhe FL. *Educação e promoção da saúde: teoria e prática*. São Paulo: Santos, 2012. p. 479-497.

\_\_\_\_\_. Participação social e promoção da saúde: estudo de caso na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013; 18(2): 563-572.

Silveira C. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: Dowbor L, Pochmann M (org.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo; 2010. p. 41-66.

Smith RC. Circuitos de subjetividade: história oral e o objeto de arte. *Estudos Históricos*. 2002; (30); 76-90.

Sofiatti A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: Loreiro FB, Layrargues PP, Castro RS, (org.). *Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 2 ed. São Paulo: Cortez; 2002. p. 23-67.

Souza DV, Zioni F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. *Saúde Soc*. 2003; 12(2): 76-85.

Souza ML. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 5 ed. São Paulo: Cortez; 2008.

Spink P. et al. Continuidade e descontinuidade administrativa: uma análise de fatores que contribuem para a manutenção de programas, projetos e atividades públicas de êxito em governos locais brasileiros. Relatório de Pesquisa nº 60. São Paulo - Núcleo de Pesquisas e Publicações EAESP/FGV/NPP. 2001.

Stotz EM. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*. 2005; 3 (1): 9-30.

Tatagiba L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 2005, 25; p. 209-13.

Thompson P. História oral e contemporaneidade. Associação Brasileira de História Oral. 2002; 5: p. 9-28.

Triviños ANS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 1987.

Turato ER. Métodos Qualitativos e Quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev. Saúde Pública. 2005; 39(3): 507-14.

Ugarte PS. Que participação para qual democracia. In: Coelho VS, Nobre M (orgs). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34; 2004. p. 93-106.

Valla VV. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. Cad Saúde Pública. 1998; 14 supl. 2: 507-18.

Vasconcelos EM. Educação Popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva. 2004; 14(1): 67-83.

Vázquez Barquero A. Una salida territorial a la crisis. Lecciones de la experiencia latinoamericana. Revista Eure. 2009; 23 (105): 5-22.

\_\_\_\_\_. Desarrollo local, una estrategia para tiempos de crisis. CENES. 2009; 28 (47): 117-132.

Veiga JE. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond; 2008.

Wallerstein N. Empoderamento e participação da comunidade na efetividade da promoção da saúde. In: SENAC. Boletim Técnico do SENAC: a revista da educação profissional. Rio de Janeiro. 2009; 35 (2): 80-85.

Waltner-Toews D, Fernandes O, Briceno-Léon R. Um enfoque ecossistêmico para la salud y las enfermedades transmisibles. In: Feola, G, Bazzani, R editores. Desafíos y estrategias para la implementación de un enfoque ecossistêmico para la salud humana em los países em desarrollo – Reflecciones a propósito de las consultas regionales realizadas. Uruguay: CIID; 2002.

Westphal MF. Participação popular e políticas municipais de saúde: Cotia e Vargem Grande Paulista [tese de livre docência]; São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP; 1992.

Westphal MF, Bógus CM, Faria MM. Grupos focais: experiências precursoras em programas educativos em saúde no Brasil. Bol Oficina Sanit. Panam. 1996; 120 (6): 472-82.

Westphal MF. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: Campos GWS et al organizadores. Tratado de saúde coletiva. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Fiocruz; 2006. p. 635-67.

WHO. Health and Sustainable development: addressing the issues and challenges, Genebra: WHO; 2002.

WHO. Ecosystems and human well-being : health synthesis : a report of the Millennium Ecosystem Assessment. Switzerzerland: WHO; 2005.

# **ANEXOS**

---

Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: Territorialidade e Promoção da Saúde na Vila de Paranapiacaba - SP

**Pesquisador Responsável:** Elaine Cristina da Silva Colin

Esta pesquisa faz parte de meu doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP e tem o objetivo de identificar e analisar as ações voltadas ao crescimento da Vila de Paranapiacaba e as formas como os moradores locais estão inseridos nesse processo verificando em que medida elas tem sido ou não promotoras da saúde, bem como verificar as formas de participação dos moradores na gestão local, a partir de suas experiências.

Para tanto será necessário realizar conversas com os moradores identificados na Vila para conhecer algumas de suas experiências e percepções relacionando-as com sua participação nos assuntos relacionados ao local em que moram, ou seja, à Vila de Paranapiacaba e seu entorno. Assim gostaria de convidá-lo (a) para participar contando um pouco sobre sua experiência de vida durante o tempo que o (a) sr(a) achar conveniente. Para maior segurança quanto aos dados coletados solicitamos sua autorização para que tais entrevistas sejam gravadas. Na divulgação das informações obtidas, o seu nome e de outros membros da comunidade não serão citados sem o seu consentimento. Esclarecemos que as fitas permanecerão em poder do pesquisador durante 5 anos e após este período serão destruídas. Caso seja necessário, posteriormente às entrevistas o (a) senhor (a) poderá também ser convidado a participar de 1 reunião para realização de uma entrevista coletiva chamada Grupo Focal para aprofundamento das questões levantadas anteriormente. Sua participação é muito importante e vai garantir o sucesso desta pesquisa.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem qualquer consequência;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade.
4. Em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos, procurar esclarecimentos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no telefone 11 3061-7779 ou Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César, São Paulo - SP,

Declaro estar ciente do exposto e concordo em participar da projeto.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Eu, *Elaine Cristina da Silva*, RG. (\_\_\_\_\_) sob orientação de Doutorado da Professora Dra. Maria Cecília Focesi Pelicioni do Departamento de Prática de Saúde Pública da FSP/USP declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.  
Telefone para contato : \_\_\_\_\_

## Anexo 2 - Roteiro de entrevista

Nome:  
Idade:  
Grau de instrução:  
Cidade de origem:  
Tempo em que mora na Vila:

### FAMÍLIA/ INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

1. Fale sobre a sua família: qual a origem? Fale um pouco sobre ela - personalidade. (naturalidade dos pais, grau de instrução, ocupação, número de irmãos).
2. Onde o (a) Sr (a) passou sua infância e adolescência? Fale um pouco sobre as suas vivências durante este período.
3. Durante a adolescência como ocorreram suas relações de amizade?
4. Conte sobre o seu papel na família.
5. O (a) Sr. (a) participava das decisões da família?
6. Participava de algum grupo organizado?

### CHEGADA NA VILA, PERCEPÇÕES E INTERAÇÃO SOCIAL

7. Por que veio morar na Vila?
8. Como se sente morando no local?
9. Como era a Vila quando você veio morar aqui? Como foi chegar aqui?
10. E hoje a visão é a mesma? O que mudou?
11. Como é a sua relação com os outros moradores?
12. Há integração? Organização?
13. Como o (a) Sr. (a) vê a situação de saúde aqui na Vila?

14. Na sua opinião como morador da Vila, o que seria ter qualidade de vida na Vila?
15. Qual a relação disso com a saúde?
16. Como o (a) Sr. (a) vê a questão ambiental aqui na Vila de Paranapiacaba?
17. Como o (a) sr. (a) se sente em relação à Vila?
18. Como o (a) sr. (a) se sente em relação ao Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba?

### PARTICIPAÇÃO E RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO

19. De quais ações desenvolvidas pelo poder público você já participou?
20. Conte sobre as experiências que já teve.
21. O que te motiva ou já motivou a participar das ações relacionadas à Vila e ao Parque?
22. Como o (a) Sr. (a) vê a participação dos moradores na Gestão da Vila?
23. Há algum acontecimento marcante em relação à participação dos moradores que você poderia relatar?
24. O que você poderia contar/falar sobre o desenvolvimento local?
25. Qual a sua visão de futuro para a Vila? Seus projetos futuros incluem a Vila?

### Anexo 3 – Principais funções da Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapicaba e Parque Andreense:

- melhoria contínua da qualidade ambiental da região;
- conservação dos recursos naturais da região;
- implantação e licenciamento dos empreendimentos econômicos ambientais sustentáveis;
- manutenção das áreas e equipamentos públicos da região;
- provimento de serviços de infra-estrutura urbana (pavimentação, capina, limpeza, água, esgoto, drenagem, energia, coleta de lixo e reciclagem, entre outros);
- fiscalização ambiental e posturas municipais;
- controle da ocupação irregular;
- apoio ao turismo ecológico, histórico e esportivo;
- desenvolvimento de projetos de educação ambiental na região;
- desenvolvimento de programas de qualificação profissional;
- desenvolvimento de programas de recuperação do patrimônio histórico e arquitetônico da Vila de Paranapiacaba.

## Anexo 4 – Currículo Lattes

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Maria Cecília Focesi Pe... <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=ap...>



### Maria Cecília Focesi Pelicioni

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1006683875453587>  
Última atualização do currículo em 06/08/2013

Maria Cecília Focesi Pelicioni concluiu o mestrado em 1989 e o doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, em 1995. É Professor Associado da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, desde 2000. Publicou 49 artigos em periódicos especializados e 39 trabalhos completos e 94 resumos em anais de eventos. Possui 43 capítulos de livros e 6 livros publicados. Tem 169 itens de produção técnica. Participou de 33 eventos no exterior e 223 no Brasil. Organizou 29 eventos. Orientou 22 dissertações de mestrado e 07 teses de doutorado e 1 pós-doutorado e 185 especializações em educação em saúde e educação ambiental. Atualmente orienta 1 mestrado e 4 doutorados. Recebeu 14 prêmios e/ou homenagens. Entre 1984 e 2013 participou de 49 projetos de pesquisa, sendo que coordenou 15 destes. Participa de 5 projetos de pesquisa. Atua na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Educação em Saúde e Educação Ambiental, temas de especialização realizada na Faculdade de Saúde Pública da USP. Em seu currículo Lattes os termos mais freqüentes na contextualização da produção científica, tecnológica e cultural, são: Promoção da Saúde, Educação em Saúde, Educação Ambiental, Meio Ambiente, Qualidade de vida, Saúde Pública, Escola Promotora da Saúde, Formação de Recursos Humanos, Saúde Escolar, Saneamento Básico e Participação Popular. **(Texto informado pelo autor)**

### Identificação

<b>Nome</b>	Maria Cecília Focesi Pelicioni
<b>Nome em citações bibliográficas</b>	PELICIONI, M C F; PELICIONI, MARIA CECÍLIA FOCESI

### Endereço

<b>Endereço Profissional</b>	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública. AV DR ARNALDO 715 - Térreo CERQUEIRA CESAR 01246-904 - Sao Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617796 Ramal: 7761 Fax: (11) 30833501 URL da Homepage: <a href="http://www.fsp.usp.br/hsp">http://www.fsp.usp.br/hsp</a>
------------------------------	---

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Elaine Cristina da Silv... <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4253...>



## Elaine Cristina da Silva Colin

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7276238854514422>

Última atualização do currículo em 24/11/2013

Doutoranda em ciências pela Faculdade de Saúde Pública - USP. Possui bacharelado (2001) e licenciatura plena (2003) em Ciências Biológicas pela Universidade São Judas Tadeu; especialista em Educação Ambiental pela Universidade de São Paulo (2005) e mestre em ciências pela Faculdade de Saúde Pública USP (2009). Atuou na gestão do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba de 2008 a 2010. Atualmente é gerente de educação e extensão ambiental do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Santo André. **(Texto informado pelo autor)**

### Identificação

<b>Nome</b>	Elaine Cristina da Silva Colin
<b>Nome em citações bibliográficas</b>	SILVA, E. C.; SILVA COLIN, E. C.

### Endereço

<b>Endereço Profissional</b>	Prefeitura Municipal de Santo André, Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Pq. Andreense. Rodovia Índio Tibiriçá, km 39,5 Parque Andreense 09160970 - Santo André, SP - Brasil Telefone: (011) 44395000
------------------------------	---

### Formação acadêmica/titulação

<b>2010</b>	Doutorado em andamento em Ciências - Área: Serviços de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública - USP. Título: Territorialidade e promoção da saúde na Vila de Paranapiacaba, Santo André, SP., Orientador:  Maria Cecília Focesi Pelicioni. Palavras-chave: promoção da saúde; educação; participação social; territorialidade. Grande área: Ciências Biológicas / Área: Biologia Geral / Subárea: educação ambiental.
<b>2007 - 2009</b>	Mestrado em Ciências. Área: Serviços de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Título: Participação Comunitária nos processos de educação em saúde e ambiental - Região de Paranapiacaba e Parque Andreense, Ano de Obtenção: 2009. Orientador:  Maria Cecília Focesi Pelicioni. Palavras-chave: participação comunitária; promoção da saúde; educação ambiental.